



**Por uma Geografia
Feminista:
As Mulheres na
Conquista do Território
Guajuviras, Canoas/RS**

Márcia Ivana da Silva Falcão

Atena
Editora

Ano 2020



**Por uma Geografia
Feminista:
As Mulheres na
Conquista do Território
Guajuviras, Canoas/RS**

Márcia Ivana da Silva Falcão

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Por uma geografia feminista:
as mulheres na conquista do território Guajuviras,
Canoas/RS**

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Autora: Márcia Ivana da Silva Falcão

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

F178p Falcão, Márcia Ivana da Silva.
Por uma geografia feminista [recurso eletrônico] : as mulheres na conquista do território Guajuviras, Canoas/RS / Márcia Ivana da Silva Falcão. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-258-6
DOI 10.22533/at.ed.586201008

1. Ocupação Guajuviras (Canoas, RS) – História. 2. Direito à moradia. 3. Mulheres – Depoimentos. I. Título.

CDD 303.484

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

Dedico esse livro à Cida, Aninha, Roselma, Beatriz, Vera, Christina, Mardeli, Leidi, Loraine, Solange e Tania (em memória), mulheres valentes e fortes que ousaram ocupar, resistir e tecer as redes de apoio e organização comunitária fundamentais, ontem e hoje, para fazer do “Guajuviras: Terra da Gente”. E em seus nomes, meu reconhecimento às mulheres que forjaram e forjam as teias de sustentação dos territórios de periferias das cidades brasileiras.

APRESENTAÇÃO

ELAS sabem que lutar por moradia conquista sua emancipação na cidade

Para apresentar a obra *Por uma geografia feminista: as mulheres na conquista do território Guajuviras, Canoas/RS* chamo a atenção sobre discussões de gênero na geografia na releitura e na compreensão da luta das mulheres pelo direito à cidade. Na sua obra, Márcia Ivana da Silva Falcão articula diferentes possibilidades do conhecimento da ciência geográfica para debater em torno de uma **geografia feminista** e sua complexidade metodológica, evocando na sua análise os desafios teóricos e empíricos no processo de construção de sua pesquisa durante o Mestrado em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Márcia Falcão, envolvida por muito tempo com movimentos de educação popular, movimentos sociais, lutas das mulheres pelo direito à cidade, impulsionou seus questionamentos de pesquisa envolvida pelos territórios de atuação. Assim nasce os questionamentos e os desdobramentos da pesquisa seguindo as cores vivas de uma vida cotidiana pouco discutida na ciência e construída por **mulheres**. A pergunta, **como as práticas sócio-espaciais das mulheres participam na constituição do território?** provoca o silenciamento da ciência geográfica em analisar as práticas territoriais construídas por mulheres e da necessidade de pontuar uma forte discussão sobre gênero e geografia. Com base nesse questionamento analisa as origens do Guajuviras, atualmente um bairro do município de Canoas, a partir do protagonismo das mulheres. O dia era 17 de abril, ano 1987, e assim surgia um dos maiores movimentos de ocupação e direito à moradia na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS.

A retomada, a luta pela moradia e o direito de pertencer à cidade ocorre no Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti que estava com suas obras paralisadas e as unidades habitacionais estavam totalmente abandonadas. A pesquisadora Márcia Falcão analisa toda a tensão em torno do processo de ocupação e os dilemas vividos especialmente por mulheres na luta e defesa de seu espaço, as dificuldades que se agravam devido as migrações campo-cidade, a falta de trabalho e de possibilidades de inserção social que necessitavam ser incluídas no projeto de desenvolvimento da cidade.

Para a construção desse diálogo, a autora não abre mão de sua trajetória política com a cidade. Com sua inserção pelos movimentos sociais e educação popular, a opção metodológica da pesquisa é qualitativa e comprometida com conhecimento compartilhado baseado na pesquisa-participante e também na análise de discurso. Na pesquisa-participante, o grupo foi constituído por mulheres presentes no movimento de ocupação das unidades habitacionais que apresentaram, em diversos encontros, suas memórias e vivências envolvidas pelas práticas espaciais e que vão compor as narrativas centrais desta obra e a análise da construção de um território vivido por mulheres.

Para fortalecer a construção desse diálogo, utiliza também o referencial teórico e

metodológico da Análise de Discurso (AD). A opção por esta análise permite compreender os diferentes discursos em notícias sobre a Ocupação do Guajuviras nos principais jornais do município de Canoas. No caminho da pesquisa, lança questões para leitura dos discursos como: *Faz referência à(s) mulher(es)? Em que condição? O que diz?* O conjunto dessas questões permitem trazer à tona representações sobre as mulheres e suas práticas espaciais veiculadas pela mídia impressa. Essa estratégia metodológica destaca a presença de discursos hegemônicos sobre o processo de luta e resistência da Ocupação do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti. Os resultados de sua análise reverbera o quanto existem silenciamentos na forma de narrar um fenômeno e como a cidade é representada nestes discursos a partir de um único repertório sócio-cultural.

Podemos ver que a partir dos resultados de suas referências teóricas e metodológicas, a intensidade do pensamento racional moderno ordena e prioriza conhecimentos, impondo a dominação colonial que no seu processo histórico valoriza a sociedade patriarcal e oprime as mulheres mantendo-as invisibilizadas dentro do saber-fazer científico que impossibilita marcar a presença feminina no espaço. Esse conhecimento da racionalidade preza o desenvolvimento e a sustentação de uma epistemologia científica baseada no planejamento das cidades subservientes ao capital. A autora vai trazer para o âmago da ciência geográfica essa discussão evidenciada pelas narrativas que as mulheres apresentam e como está circunscrita na produção e reprodução do espaço urbano representado por subjetividades, trajetos, comportamentos, usos, circulação, produção e apropriação.

Prefiro queimar o mapa, traçar de novo a estrada, ver cores nas cinzas, e a vida reinventar¹

Esse trecho da letra Triste, Louca ou Má nos ajuda a perceber onde a autora Márcia Falcão vai chegar com esta importante obra. Ela está dividida em 3 (três) grandes partes composta por discussões articuladas em capítulos. Para a primeira parte da obra, Márcia Falcão, vai marcar essa discussão em *Geografia e gênero: por uma epistemologia da existência*. Representa o movimento de discussão para romper com o silenciamento da ciência. Trata de uma argumentação necessária (muito debatida por nós duas em diversos momentos do processo de pesquisa) de teorias, sobretudo feministas com autores e obras da ciência geográfica, para compreender que os corpos e todos os afetos dessas mulheres produzem territórios.

Na segunda parte, a obra apresenta o que a Márcia denominou “o coração da pesquisa”, denominando-a de *Guajuviras, terra da gente!*. Nesta, a autora nos convida para leitura dos relatos emocionantes, intensos das interlocutoras da pesquisa. Registra com coragem as vivências das mulheres que fizeram parte das narrativas. A densidade textual das narrativas nos convida para o debate de uma geografia feminista para os estudos urbanos. O cotidiano é o palco do protagonismo feminino, representa a resistência e força à imposição dos modelos de dominação marcado por marchas, lutas, caminhadas,

¹ Trecho da letra da música Triste, louca ou má da banda Francisco, El Hombre. 2016

assembleias coletivas, cuidados com o território e com o lar, cuidado com os filhos e filhas e as possibilidades de se reinventar no espaço. Visibiliza compreender o lema das marchas das mulheres “Guajuviras: terra da gente”. Espaço-tempo coexistem na relação cotidiana. É passado, presente e futuro. As forças que movem o presente estão ancoradas pelo passado de lutas e projetam um futuro com mais justiça social que ainda faz parte das demandas do bairro. Suas diversas e diferentes práticas de resistência nos confronta, nos comove, nos afeta. Tensiona as contradições da ciência que ainda segrega a mulher no planejamento das cidades, mas também torna o caminho aberto para as possibilidades de incluir o gênero nesse debate.

Nesta parte há capítulos que complexificam as discussões a partir das diferentes escalas de espaço e tempo contidas nas narrativas e, sobretudo, tratando os processos de disputas territoriais e a ocupação Guajuviras como parte de um processo mais amplo de migrações e urbanização brasileira.

Na parte 3 (três), *As práticas das mulheres na constituição do território Guajuviras* apresenta todo o esforço da análise dos discursos. Através de reportagens obtidas em jornais, representam a visão e os discursos políticos sobre o processo de ocupação do Guajuviras e os modos de apresentar e subjetivar a participação das mulheres nesse processo. As práticas descritas nas matérias e visualizadas nas imagens naturalizam as ações e decisões das condições de existência das mulheres da Ocupação Guajuviras e retiram do protagonismo feminino o projeto revolucionário de suas estratégias e táticas do fazer cotidiano, tornando-as naturalizadas dentro do espaço doméstico, um contexto de trabalho feminino não-valorizado e invisibilizado.

Novas racionalidades impõe-se com grande valor em relação à cientificidade padronizada dentro dos grandes centros de estudos e pesquisas. A mulher, na sua luta cotidiana, nas suas relações de afetos e de emoções, na busca de sua espiritualidade perdida com a razão moderna, passa a aflorar em um momento histórico bastante especial na **condição humana**. Márcia Falcão, nos apresenta essa discussão: são outras racionalidades, um encontro com o tempo-espaço envolvido com a vida cotidiana que incita uma outra proposta de desenvolvimento que preze a equidade econômica, cultural e a as diferentes práticas sócio-espaciais desejáveis para diferentes gêneros.

Nosso Guajuviras, nosso lugar de fala

Ao chegar ao final da obra Márcia Falcão diz: *a determinação para ocupar e resistir, abandonar o emprego e ficar realizando as tarefas cotidianas de buscar água, lavar roupas, preparar alimentos, cuidar dos filhos em condições precárias, etc., são tarefas da esfera privada, realizadas para responder às demandas da vida doméstica. A realização destas não tinham o objetivo de ser atos políticos. **No entanto, o foram!*** É na sua escrita e na percepção de suas narrativas que o lugar de fala de mulheres da Ocupação Guajuviras revela que **habitar é um direito que não pode-se abrir mão**. As narrativas dessas mulheres se entrecruzam com muitas outras narrativas espaciais vivenciadas em outros bairros e

idades. 17 de abril de 1987 foi um marco na compreensão da urbanização brasileira na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS: as mulheres apropriam-se dos espaços e evidenciam por suas práticas a necessidade de repensar uma nova configuração de cidade. Quando mulheres tomam para si todo o movimento, o mundo caminha com elas...

Convido a tod@s para aprender junt@s com estas MULHERES! Boa leitura!

Cláudia Luísa Zeferino Pires

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1	17
AMPLIANDO O REFERENCIAL PARA UMA ANÁLISE DE GÊNERO DO ESPAÇO	
CAPÍTULO 2	38
O GUAJUVIRAS PELA VOZ DAS MULHERES	
CAPÍTULO 3	54
TRANSITANDO ENTRE ESCALAS: O GUAJUVIRAS NO QUADRO GERAL DA URBANIZAÇÃO DE CANOAS, BRASIL E AMÉRICA LATINA	
CAPÍTULO 4	68
COMO AS MULHERES SÃO REPRESENTADAS? UMA ANÁLISE DE DISCURSO DAS NOTÍCIAS SOBRE O GUAJUVIRAS	
CAPÍTULO 5	90
COMO AS MULHERES E SUAS PRÁTICAS PARTICIPAM NA CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	111
SOBRE O AUTOR	115

O presente texto de dissertação é resultado e síntese do esforço de identificar e analisar as práticas sócio-espaciais das mulheres e o papel destas na conquista e constituição do território, através da pesquisa do processo de ocupação urbana do Guajuviras, em Canoas/RS. A partir de metodologias participativas de pesquisa, mulheres que vivenciaram a ocupação e permaneceram morando no Guajuviras narraram suas trajetórias e o processo de luta por moradia da ocupação, em 1987, até o reconhecimento da posse, em 1989. Tais narrativas são apresentadas densamente neste texto e são tomadas com caráter de fonte documental histórica que apresenta o espaço-tempo recortados, desde a perspectiva das mulheres que participaram do mesmo. As trajetórias comuns de migração, assim como eventos e fatos marcantes nas narrativas das mulheres, foram refletidos no sentido de identificar os contextos os quais tomam parte, em processos dialéticos que perpassam diferentes escalas de tempo e espaço. Assim, as trajetórias das mulheres e suas famílias em busca de trabalho na cidade metropolitana, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, e a luta por moradia, através da ocupação Guajuviras, foram discutidos do ponto de vista do processo de urbanização brasileiro e latino-americano. Por fim, atravessando e iluminando a análise geográfica com teorias feministas, sobretudo com a categoria de gênero, o estudo buscou identificar e visibilizar práticas produtoras do espaço e território marcadas pelos papéis sociais diferentemente atribuídos a mulheres e homens, nas esferas privada e pública, demonstrando que ambas são esferas com caráter político. Desse modo, pretende-se demonstrar que as práticas sócio-espaciais são marcadas por relações de gênero e são representadas segundo parâmetros de valoração desigual de acordo com critérios de gênero. Com isso, o estudo almeja participar na construção de uma Geografia Feminista, compromissada em visibilizar as relações sociais de classe, gênero e racialidade na produção do espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Território Guajuviras; Práticas Sócio-espaciais; Mulheres; Gênero; Geografia Feminista.

ABSTRACT

The present dissertation is the result and synthesis of the effort to identify and analyze the socio-spatial practices of women, and their role in the conquest and construction of the territory, through the study of the process of urban occupation of Guajuviras, in Canoas/RS. Based on Participatory Research methodologies, women who witnessed the occupation and lived in Guajuviras narrated their trajectories and the struggles in the process of occupancy in 1987, until the recognition of the land possession in 1989. These narratives are fully presented in this text, being taken as historical documentary sources that present a space-time cut, from the perspective of women who participated in it. The common migration trajectories, as well as important events and facts in the narratives of that women, were reflected in the effort of identifying the contexts which they belong, in a dialectical process that span different scales of time and space. Thus, the trajectories of that women and their families in search of work in the metropolitan city in the 1960's, 1970's and 1980's and the struggle for housing in the Guajuviras occupation were discussed from the point of view of the Brazilian and Latin American urbanization processes. Finally, by traversing and illuminating the geographic analysis with feminist theories – especially with the category of gender – the study sought to identify and to make visible the practices producing space and territory marked by social roles, differently attributed to women and men in the private and public spheres – demonstrating that both are spheres with a political character. Thus, it is intended to demonstrate that socio-spatial practices are marked by gender relations and are represented according to unequal parameters of valuation according to gender criteria. With this, the study aims to participate in the construction of a Feminist Geography, committed to making visible the social relations of class, gender and race in the production of space.

KEYWORDS: Guajuviras Territory; Socio-spatial practices; Women; Gender: Feminist Geography.

OS CAMINHOS DA DISSERTAÇÃO

i. Palavras iniciais

Dois acelerados anos se passaram e aqui início as linhas que compõem o documento final de uma etapa de formação, não só acadêmica e científica, mas, e sobretudo, uma etapa de formação pessoal e militante. Esta é a perspectiva na qual trilhei o percurso do mestrado com suas tarefas e é a perspectiva na qual introduzo a dissertação resultante do esforço de pesquisa, estudo e reflexão pessoal e compartilhada, que não se encerra, mas encontra a síntese desta etapa.

Antes de tudo, é importante dizer à leitora e ao leitor que este não é um documento circunscrito em uma concepção de ciência que se pretenda apartada da realidade ou neutra. Esta é uma produção que busca colocar-se na perspectiva “na qual a teoria de pesquisa considerada no plano social e no plano do conhecimento é apresentada como técnica de relacionamento ou de comunicação entre o polo investigador e o polo investigado” (THIOLLENT, 1980, p.23). Portanto, trata-se de uma pesquisa marcada pelo esforço de promoção de encontro de saberes. Por isso, mais importante do que o resultado em que consiste a dissertação é o caminho de pesquisa e aprofundamento teórico que se percorreu em sua construção. Tomando emprestado as palavras de Manuel Castells, aqui advirto, sobre o caráter deste texto: “De hecho, este [...] debe ser leído y considerado más como una experiencia que como un resultado, más como un itinerário intelectual que como un producto teórico” (CASTELLS, 1974, p.1).

Além de ser a síntese de um processo de formação que em muitos momentos se deu de forma compartilhada, esta texto pretende ser um instrumento que contribua para promover visibilidade e reconhecimento a uma importante luta por moradia que, neste ano de 2017, completa 30 anos de histórias e geografias acumuladas. Para trilhar esse itinerário, apresento a seguir os caminhos da dissertação: as opções de recortes de pesquisa, as inquietações que se fizeram pergunta, os objetivos e a trajetória metodológica da prática de pesquisa.

ii. Pergunta e recortes do objeto da pesquisa

Certamente, qualquer olhar atento lançado às lutas por moradia via ocupação urbana perceberá a presença intensa e ativa das mulheres em todo o processo. Do ponto de

vista de um olhar geográfico interessado em perceber a dimensão de gênero operando no espaço, para cada um destes processos poderia ser feita a seguinte pergunta: Como as práticas sócio-espaciais das mulheres participam na constituição do território? É com esta pergunta central que foram trilhados os caminhos da pesquisa que tomou como experiência concreta de análise a ocupação do território Guajuviras, em Canoas/RS, no ano de 1987, o processo de resistência e luta por água, luz e demais condições de morar, até o reconhecimento da posse dos imóveis, no ano de 1989.

Esse é um recorte que, como tal, assume um conjunto de informações, elementos e dimensões e deixa fora todo um outro universo que compõem a grandeza e complexidade do espaço em questão. Por isso, ainda com caráter introdutório e antes de adentrar no tempo-espaço do recorte da pesquisa, apresento algumas informações que permitem conhecer um pouco mais sobre a riqueza e complexidade do território Guajuviras.

Atualmente o Guajuviras é um grande bairro popular do município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Rio Grande do Sul (Figura 1). Segundo o Censo do IBGE, em 2010, viviam nele 39.528 dos 323.827 habitantes da cidade de Canoas. A conformação atual do bairro é resultado de várias ocupações iniciadas em 1987, com a ocupação do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti e seguida por diversas outras ocupações¹ ao longo dos anos 1990 e 2000.

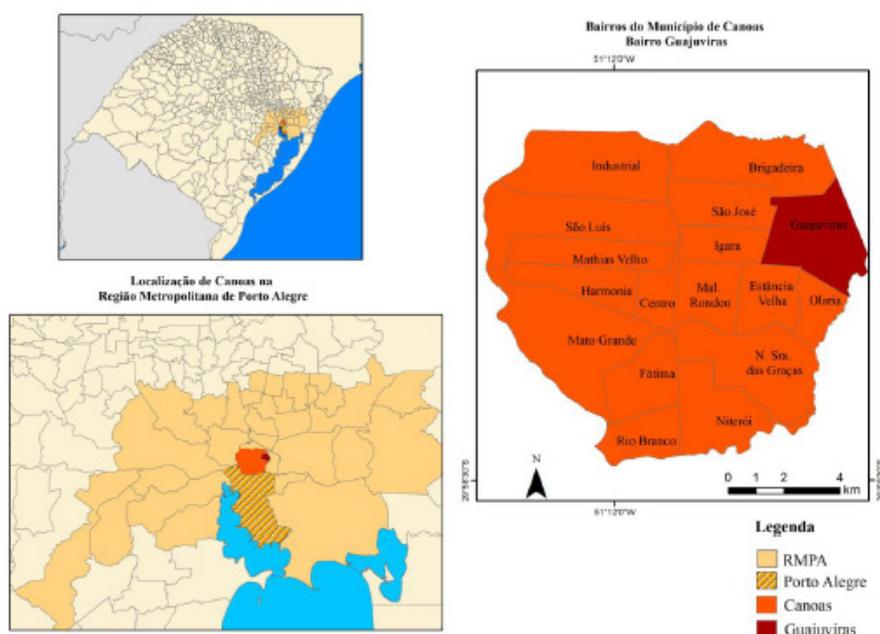


Figura 1 - Canoas e Guajuviras na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS

Fonte: GAMALHO (2015).

¹ As maiores ocupações que constituem a conformação do bairro Guajuviras, hoje consolidadas como Vilas, são: São José, São Miguel, CAIC, Brehm, Comtel, Recanto dos Seus, Banhado e Triângulo da Nazário. Estas são fruto de ocupações de áreas verdes realizadas ao longo da década de 1990. Há ainda das várias ocupações chamadas “MQ” (em referência à macro quarteirões) que foram se dando ao longo dos anos 1990 e toda a primeira década de 2000. Ainda as vilas Nancy Pansera e Por do Sol são fruto de duas grandes ocupações ocorridas nos primeiros anos de 2000. O mapa detalhado das ocupações, assim como contexto em que se deram pode ser aprofundado em GAMALHO (2015, p. 66).

O Guajuviras é hoje uma complexa conformação espacial resultante de várias ocupações ocorridas, principalmente, entre os anos 1987 e 2010. É o fruto de tensões e conflitos sociais que têm como centro o direito à moradia, frente à morosidade e/ou negligência do Estado. Como afirma Nola Gamalho, “o Guajuviras foi uma produção de espaço irregular empreendida pelo Estado” (GAMALHO, 2015, p. 57). Nas imagens que seguem (Figuras 2, 3, 4 e 5) estão paisagens que contribuem para uma aproximação do Guajuviras tal qual é na atualidade.



Figura 2 - Rótula de acesso principal pela Av.17 Abril com árvore Guajuviras

Fonte: Foto Ireno Jardim. Arquivo Pref. Munic. Canoas.



Figura 3 - Território De Paz Guajuviras

Fonte: Foto Ireno Jardim. Arquivo Pref. Munic. Canoas.



Figura 4 - Avenida 17 de Abril

Fonte: <<https://segurancaedemocracia.wordpress.com/2011/01/04/guajuviras-ha-50-dias-sem-homicidios/>>.

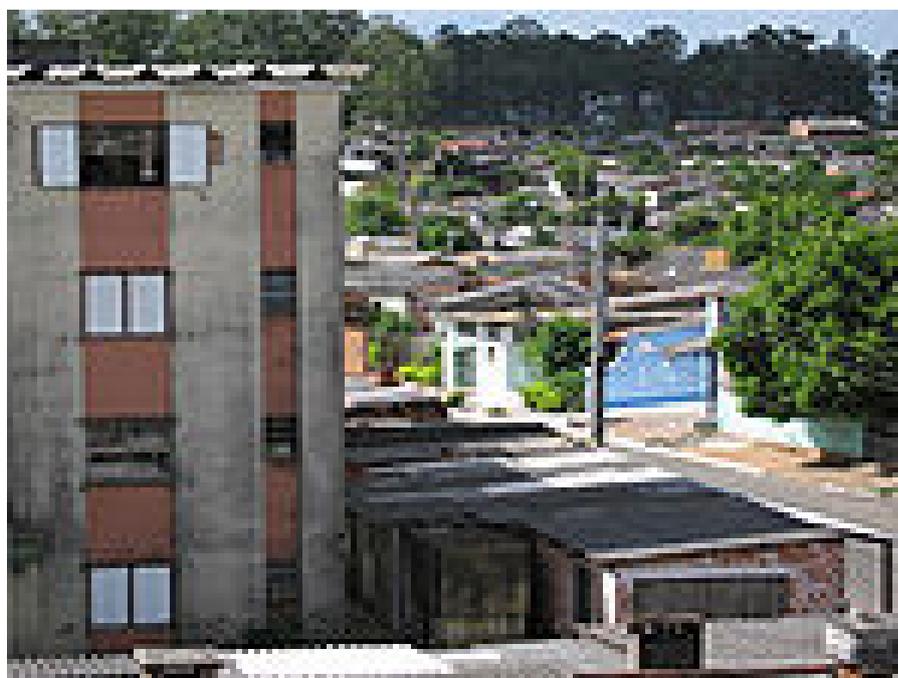


Figura 5 - Prédio do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti e casas de ocupações posteriores

Fonte: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Guajuviras>>.

São 30 anos de histórias e geografias em constante feitura. Afirmar isso significa reconhecer que há um marco inaugural nesta história e é justamente este o objeto desta pesquisa que reconhece a primeira das ocupações que constituíram o Guajuviras como um marco com papel fundacional: a ocupação das mais de 6 mil moradias do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti (CHIM).

O Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti foi um empreendimento imobiliário da Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul (COHAB RS), com recursos do Banco

Nacional de Habitação (BNH). Sua construção, como de outros na RMPA², estava inserida na estratégia de desenvolvimento da RMPA chamada Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM) – proposta pelo Grupo Executivo da Região Metropolitana (GERM) no início dos anos 1970 (MOG, 2016).

No ano de 1975, a COHAB e a Prefeitura Municipal de Canoas entram em acordo e nos anos seguintes iniciaram as obras de construção do CHIM nas terras da antiga Fazenda Guajuviras (MOG, 2016). Ao longo da construção, por diversas vezes, parte ou o conjunto da obra era paralisada por demoras nos repasses de verbas, falência das empreiteiras, entre outros motivos. Um dos jornais de circulação na cidade de Canoas, o jornal *O Timoneiro*, no dia 24 de julho de 1986, afirmava que “o Guajuviras é um cemitério de empresas”, referindo-se às repetidas vezes que as obras haviam paralisado. Em 1987 as obras do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti estavam paralisadas, depois da extinção do BNH (em 1986, pelo então presidente José Sarney), da falência de duas das quatro empresas construtoras responsáveis pela execução da obra e de denúncias envolvendo desvios e corrupção (MOG, 2016). Com isso, a tensão social em torno do dilema habitacional na cidade se ampliava e, em 17 de abril de 1987, iniciou a ocupação. Estima-se que durante os primeiros três dias da ocupação, mais de 700 famílias, com cerca de 3.000 pessoas ocuparam apartamentos e casas em processo de construção (algumas das moradias estavam acabadas, mas a maioria não). Era um feriado de Páscoa e, ao longo de todo o feriado e semana seguinte, a ocupação foi se dando, por diferentes acessos e com diferentes táticas para driblar a polícia.

Na imagem a seguir (Figura 6) está uma fotografia aérea do Guajuviras, registrada pela Força Aérea Brasileira em 1991, quando ainda haviam basicamente somente as construções do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti. Nela, estão em destaque as principais avenidas de acesso e os setores, referência de localização bastante utilizada pela população.

² Assim como o CHIM, outros conjuntos habitacionais foram construídos no mesmo período pela COHAB – RS, quais sejam: Conjunto Residencial Sarandi, Rubem Berta e Parque dos Maias, em Porto Alegre; 11 de Abril (cujo nome registra a data da ocupação em substituição ao nome original Verdes Campos), Jardim Algarve e Jardim Porto Alegre, em Alvorada; Conjunto Grande Esperança e Grande Esperança em Cachoeirinha e Morada do Male III, em Gravataí. Todos estes conjuntos habitacionais foram ocupados entre 11 de abril e 16 de maio de 1987 e somavam cerca de 17 mil unidades habitacionais (GAMALHO, 2015).



Figura 6 - Imagem aérea do Guajuviras (1991) com marcação de avenidas e setores

Fonte: Elaboração da autora com base em imagem da Metroplan.

Ainda nestas linhas de introdução, é importante fazer um esclarecimento com relação ao nome do empreendimento ocupado que, por designação da COHAB RS, chamava-se Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti. No entanto, este não era o nome usado de forma corrente pelos jornais da cidade e, especialmente, pelos ocupantes. O nome efetivamente usado era Guajuviras, identidade, por assim dizer, assumida pela população da cidade e, por isso, assumida neste estudo.

É, então, pelo papel inaugural do processo de constituição do território Guajuviras, pela amplitude em termos de número de pessoas envolvidas e pela intensidade da luta realizada que se dá o recorte do espaço-tempo que vai do processo de ocupação, resistência, lutas pela infraestrutura básica, até reconhecimento da posse e início da regularização da mesma por parte da COHAB RS. Este período e recorte se estende, basicamente, de 1987 até 1989. Trata-se, na verdade, de uma pesquisa da história da espacialidade ou, de uma

geografia histórica, como diz Milton Santos (2012, p. 51):

A geografia histórica pretende retratar o passado, mas ela o faz assentada no presente, isto é, no momento em que é escrita. [...] Enfrentamos, aqui, o difícil problema de discernir, através de uma geografia retrospectiva, o que, num dado ponto do passado, era, então, o presente.

Neste recorte espaço-temporal há ainda um recorte social fundamental, que é o recorte de gênero. O olhar para o espaço-tempo ocupação do Guajuviras buscou identificar como as práticas sócio-espaciais das mulheres participou do processo de territorialização. Para isso, duas outras perguntas auxiliares provocam duas diferentes perspectivas importantes para a análise, sendo uma, a perspectiva de mulheres que vivenciaram a ocupação e, a outra, a perspectiva das matérias de jornais que cobriam a ocupação. São elas: *Como as mulheres ocupantes percebem e narram sua participação neste processo? E como são representadas nos jornais da época?* E, centralmente, a análise buscará responder: *Como as práticas sócio-espaciais das mulheres participaram na constituição do território Guajuviras?*

iii. O percurso da inquietação e interesse que se fez pesquisa

Compreendendo que a dissertação é, antes de tudo, uma síntese de reflexões, análises e elaborações inscritas na trajetória de vida, estudo e pesquisa de quem a produz, desejo compartilhar a trajetória da constituição das inquietações e interesses que se tornaram objeto e pergunta de pesquisa. Trata-se de uma trajetória muito pessoal, mas que dá sentido e profundidade à construção teórica aqui expressa.

A curiosidade epistemológica expressa no objeto e pergunta desta pesquisa é resultado de vivências, inquietudes e interesses que foram se desenvolvendo por muitos anos. As mulheres e suas lutas cotidianas sempre foram alvo de minhas reflexões. Na infância e juventude camponesa, sentia um misto de admiração e compaixão pelas minhas avós, minha mãe e todas as outras vizinhas que, desde muito jovens, trabalhavam na roça lado a lado com os homens e eram as responsáveis prioritárias pelo cuidado da casa e dos filhos. Ao voltar para casa, depois da jornada na roça, eram elas as responsáveis pelo preparo do alimento, o cuidado da roupa e o asseio da casa. Ainda eram elas que cuidavam das galinhas, dos porcos e da horta; todas estas tarefas produtivas fundamentais para garantir o sustento da família. Seus jardins eram cuidados, floridos, lindos. Seus fogões de lenha e suas panelas brilhantes, mas suas mãos... (algumas delas que por muitas vezes me benzeram) tinham a minha compaixão! Certamente daí nasce uma intensa inconformidade com as muitas formas da invisibilidade e subvalorização atribuídas às mulheres e suas práticas cotidianas nas esferas da produção e reprodução social.

Se as mulheres camponesas e suas lutas e lutas me interessavam, mais ainda me interessou as histórias das mulheres das comunidades de periferias com quem passei a conviver, ao mudar-me para Porto Alegre, em 1999. Atuando em uma ONG de Educação

Popular – o CAMP³ (Centro de Assessoria Multiprofissional) – em diversos bairros pobres das cidades de Viamão, Alvorada e Canoas, pude conviver com mulheres que lutaram desde meninas pela sobrevivência e estavam ali, trabalhando em galpões de reciclagem, fornos comunitários e grupos diversos de Economia Popular e Solidária (EPS)⁴. Eram muitas as suas histórias de verdadeiras batalhas para conquistar onde morar, trabalhar e gerar alguma renda capaz de garantir a manutenção das famílias.

Foi em conexão com as histórias de lutas com as quais tive contato, e porque não poderia tratar de todas, que escolhi uma delas: a memorável luta por um lar na ocupação Guajuviras, sobre a qual ouvi relatos por dezenas de vezes, desde de 2001, quando comecei a conviver com as mulheres dos grupos de EPS, do galpão de reciclagem, e as Promotoras Legais Populares do Guajuviras. Assim brotou e cresceu a inquietação e o interesse que se fez pesquisa.

iv. Objetivos

Conforme já expressei, além de cumprir uma etapa da formação acadêmica com a ampliação e aprofundamento teórico inerente a esta, outros objetivos com caráter político pautaram a pesquisa. Conhecê-los é importante para compreender as opções e caminhos metodológicos que conduziram a pesquisa e a estrutura da dissertação.

O objetivo geral que pautou a pesquisa demonstra a importância e o caráter dado à dimensão metodológica durante o estudo: Realizar uma análise territorial com recorte de gênero da ocupação e constituição do Guajuviras, em Canoas/RS, de forma dialógica, de modo que as mulheres que participaram de tal espaço-tempo possam narrar as suas práticas, as quais serão sistematizadas, possibilitando a visibilidade destas enquanto práticas sócio-espaciais e de seu papel na produção do espaço e território.

Enquanto objetivos específicos, a pesquisa pautou-se pela busca de:

Produzir um registro daquele espaço-tempo que visibilize as práticas das mulheres como políticas e constituintes do território.

Identificar como as mulheres aparecem – ou não – nos discursos dos documentos, notícias de jornais que tratam da ocupação e consolidação do Guajuviras.

Revelar o fazer cotidiano, da esfera pública/coletiva e da esfera privada/ doméstica, enquanto práticas sociais, políticas e espaciais, marcadas pela estrutura social econômica-política e cultural-valorativa sexista.

Produzir uma análise territorial que visibilize as relações de gênero e contribua com a ampliação do debate e da produção acadêmica com a perspectiva de gênero na Geografia.

3 O CAMP é uma ONG de Educação Popular, sediada em Porto Alegre. Fundado em 1983 no contexto de luta pela redemocratização brasileira, o CAMP participou ativamente da organização comunitária dos bairros de Porto Alegre e Região Metropolitana, da CUT e de importantes movimentos sociais do campo e da cidade. Atualmente atua em diversas frentes na defesa dos direitos humanos, econômicos, políticos e culturais tendo a Educação Popular como perspectiva e prática. Mas informações em www.camp.org.br.

4 Economia Popular e Solidária (EPS) é o movimento ou articulação de grupos de geração de trabalho e renda autogestionários (associativos e/ou cooperativas) formais ou informais, baseado em uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário.

Tais objetivos pretendem demonstrar o papel político da dimensão metodológica, de modo que esta não tenha somente o caráter de meio para o esforço de teorização, mas sim de parte sem a qual a teorização desejada não pode acontecer. Dessa forma, a teorização, em si, toma uma dimensão política mais ampla, qual seja: problematizar a invisibilidade feminina ainda hegemônica na pesquisa geográfica e somar-se à justa tarefa de garantir visibilidade às mulheres como sujeitas históricas e assim, no âmbito da Geografia, somar-se na construção de uma Geografia Feminista⁵.

v. Metodologia da pesquisa

Método e metodologia são, para esta pesquisa, parte fundamental do processo de aprendizado e construção do conhecimento e estarão referenciados filosoficamente e teoricamente no capítulo destinado ao referencial teórico e epistemológico. Do ponto de vista de método, está presente no texto o esforço de pensamento dialético, buscando compreender e tratar os processos articulados em contextos espaciais e temporais mais amplos dos quais são parte. Enquanto metodologia, a pesquisa qualitativa desenvolvida apoiou-se pedagogicamente na Pesquisa Participante, enquanto prática de pesquisa e produção de conhecimento compartilhado que nasce no universo político pedagógico da Educação Popular latino-americana.

Para a implementação de tal proposta, do ponto de vista operativo, por assim dizer, foi constituído um grupo de mulheres que, no princípio, chamei de Grupo Participativo, com o caráter de ser um fórum pontual e temporário de compartilhamento de memórias das vivências da ocupação do Guajuviras. A constituição do grupo de mulheres se deu pelos seguintes critérios: ter participado da ocupação, em 1987, e ter permanecido morando no Guajuviras. Primeiro, convidei cinco mulheres ativistas e militantes de diferentes frentes e lutas do Guajuviras: A Beatriz Aguiar (Bia), atuante das lutas em defesa das catadores e dos catadores, fundadora da Cooperativa de Reciclagem ARLAS; a Leidi Rosa, militante de Economia Popular e Solidária (EPS), ativista nos conselhos municipal e estadual de EPS e fundadora da Cooperativa Vida Saudável; a Tânia Cunha, Mulher da Paz, ativista pelo fim da violência contra as mulheres e membra do Conselho Local de Saúde; e as irmãs Ana Mossatte e Maria Aparecida Flores (Aninha e Cida), Promotoras Legais Populares e ativistas nas lutas pelo fim da violência contra as mulheres, participantes de vários conselhos municipais. Ao convidá-las para participar do grupo, pedi que ajudassem identificar outras mulheres mediante os mesmos critérios. Assim, agregaram-se ao grupo: Maria Chistiana Leite, Mardeli Quadros Rosa, Loraine Crippa, Roselma Aguiar e Vera Lucia Lima Pereira. Todas mulheres participantes de diferentes grupos e projetos do bairro. Quando estávamos

⁵ É importante advertir que a afirmativa expressa no títulos desta dissertação, como em diversas partes da mesma, qual seja: *Geografia Feminista* (no singular), não pretende, de forma alguma, apagar ou negar a multiplicidade, diversidade e, em muitos aspectos, divergências existentes no universo de abordagens teóricas e políticas que constituem o feminismo. Da mesma forma, como não poderia deixar de ser, o que chamamos Geografia Feminista é múltiplo, diverso e heterogêneo, como o são os processos sociais e históricos. Apenas para um panorama geral da diversidade de abordagens feministas no âmbito da Geografia na atualidade, ver *Geografías feministas de diversas latitudes: Orígenes, desarrollo y temática contemporáneas /coords. María Verónica Ibarra García, Irma Escamilla Herrera. – México, UNAM, Instituto de Geografía, 2016.*

realizando o primeiro encontro do grupo, em uma das salas do Centro de Economia Popular e Solidária, localizado no setor 4B, uma mulher que participava de outra reunião, em outra sala do prédio, parou-se na porta onde estávamos e disse que gostaria participar do grupo porque também fizera parte da ocupação. Assim, Solange Maria dos Santos agregou-se ao grupo que constituiu-se com 11 mulheres ocupantes, moradoras do Guajuviras e ativistas pelas causas de seu bairro.

Com relação aos encontros do grupo, haviam sido planejados cinco encontros (ANEXO 1), cada um motivado por uma pergunta geradora semi-estruturada. No primeiro encontro, foi apresentada e entregue uma folha impressa com um resumo da proposta de pesquisa para a qual elas estavam sendo convidadas a participar de uma parte importante, assim como os objetivos e o roteiro proposto para os cinco encontros. Com isso, além de situá-las de forma mais qualificada sobre a proposta da pesquisa e o papel dos encontros e delas na mesma, tive a intenção provocá-las a pensar nas questões que seriam tratadas em cada encontro e, assim, acionar suas memórias guardadas. Cada encontro era planejado para durar entre uma hora e, no máximo, um hora e meia. No entanto, o primeiro durou duas horas e vinte minutos e só foi encerrado após alguma insistência minha. Os demais duraram entre uma hora e meia e duas horas. Talvez porque conheciam as propostas de cada encontro, em três encontros todas as questões propostas foram densamente acionadas e narradas, quais sejam:

- 1º encontro: Apresentação da proposta dos encontros e o contexto e motivações que às levaram a decidir por ocupar. Neste encontro também as convidei para contar de onde vieram, caso não fossem naturais de Canoas, e onde moravam antes da ocupação.
- 2º encontro: A ocupação e os primeiros tempos no Guajuviras (não demarqueei este tempo em dias, semanas).
- 3º encontro: As lutas que travaram até eliminar a possibilidade de despejo e o reconhecimento da posse das moradias.

Todos os encontros (Figura 7) foram gravados em áudio e imagem que somaram mais de 5 horas de registros. Após, as gravações foram transcritas e editadas, compondo o Capítulo 2 deste documento. Somente as falas compartilhadas durante os encontros e gravadas estão registradas ao longo deste texto. Isso em decorrência da opção por adotar as narrativas do grupo não como narrativas individuais de cada uma das mulheres participantes, mas como narrativa coletiva, visto que ali cada uma poderia reagir concordar ou discordar daquilo que estava sendo falado para ser gravado e usado como o conteúdo da pesquisa. Fora dali, o que foi falado individualmente, não tinha o mesmo caráter.



Figura 7 - Mosaico de fotos dos três encontros do grupo de mulheres

Fonte: arquivo próprio.

A edição das narrativas que compõem o Capítulo 2 foi realizada com base metodológica da História Oral⁶, enquanto metodologia de escuta e coleta de depoimentos que toma os testemunhos como documento com valor próprio. Nesse capítulo, o texto é apresentado em linguagem literária, sem nenhum comentário ou análise. A edição teve por critério não repetir o relato sobre os mesmos eventos e situações e apresentar as narrativas dentro de uma cronologia temporal.

Outro recurso metodológico importante para a pesquisa, enquanto fonte de dados secundária, foi a revisão e seleção de matérias dos três jornais de circulação na cidade à época – *O Timoneiro*, *Folha de Canoas* e *Radar* – tratando dos diferentes temas referentes ao Guajuviras. Este valioso acervo foi gentilmente cedido pela Dra. Nola Patrícia Gamalho, colhido por ela ao longo de sua pesquisa de doutorado desenvolvida no Guajuviras e defendida em 2015, intitulada: *Entre Dominações e Apropriações, Reproduções e Criações, Centralidades e Periferias: Práticas e Espaços de Representações de Jovens do Guajuviras – Canoas/RS*.

As matérias foram selecionadas pelo critério de tratar de assuntos que referem à construção, ocupação e lutas em torno das condições de morar, até o reconhecimento da posse das moradias e início da regularização das mesmas. Basicamente, as matérias selecionadas e analisadas cobriram toda a década de 1980.

É importante registrar que as notícias dos jornais cumpriram papel de suporte às informações advindas das narrativas das mulheres ocupantes. Aquilo que foi notícia

6 História Oral é uma metodologia utilizada especialmente na pesquisa histórica. Mais informações serão apresentadas no capítulo destinado ao referencial teórico.

na cidade auxiliou as narrativas, na maioria das vezes, para apoiar o exercício de contextualização de conteúdos e temas em escalas mais amplas. As matérias serviram, também, para demonstrar a perspectiva discursiva em que os temas eram tratados no âmbito da cidade e, sobretudo, foram o objeto do exercício de análise de discurso com objetivo de identificar como as mulheres eram representadas.

vi. O mapa da dissertação

Por fim, apresento o mapa – a estrutura – da dissertação, de modo que a leitora e/ou o leitor possa ir percorrendo as partes que compõem o texto conhecendo a proposta em seu conjunto. A dissertação está construída em três partes assim estruturadas: A *Parte Um*, intitulada *Geografia e Gênero: por uma epistemologia da existência*, composta por um capítulo (capítulo 1), é dedicada ao esforço de delimitação e reflexão epistemológica e metodológica para o exercício da pesquisa e análise empreendida. A *Parte Dois*, intitulada *Guajuviras: terra da gente*, tem um valor central na dissertação. É composta por dois capítulos (capítulos 2 e 3) destinados a apresentar densamente o objeto ao qual se volta a análise: a ocupação do Guajuviras. Por fim, a *Parte Três*, intitulada *As Práticas das Mulheres na Constituição do Território Guajuviras*, é composta por dois capítulos (capítulos 4 e 5) que se voltam às perguntas orientadoras da pesquisa. Ainda nesta parte estão as reflexões conclusivas da dissertação.

No capítulo 1 (*Parte Um*), mais do que apresentar o referencial teórico da pesquisa, dei-me a oportunidade de refletir de forma mais delongada alguns autores e teorias. Assim, argumentando pela importância da ampliação de epistemologias na análise geográfica, atravessando-a e iluminando-a com teorias do campo das ciências sociais, sobretudo as contribuições do pensamento feminista, capazes de iluminar teoricamente dimensões fundamentais da existência e vida no território, experimentada e realizada por corpos sexuados e generificados. No Capítulo 2 (*Parte Dois*), por assim dizer, está “o coração da pesquisa”, a partir do qual tudo circula e flui. Nele está a voz das mulheres ocupantes que participaram do grupo da pesquisa. Tão somente o que elas decidiram e como decidiram narrar. É o capítulo de autoria coletiva de 12 mulheres: o conteúdo é todo das 11 mulheres que compartilharam suas trajetórias, sentimentos e vivências marcadas por coragem, ousadia e determinação, e o registro e edição das narrativas é a minha parte e responsabilidade. Este capítulo deseja permitir mais do que uma leitura que apresente a realidade concreta recortada na pesquisa. Ele deseja convidar para uma experiência intelectual e de sensibilidade humana que permite aproximar dos dramas, medos, esperanças e, sobretudo, da força e coragem das mulheres e homens que tornaram o Guajuviras a “terra da gente”. Tudo o mais que está refletido e analisado nos capítulos que seguem partiu daquilo que foi evidenciado pelas narrativas contidas neste capítulo. Ainda na *Parte Dois* está o Capítulo 3 da dissertação. Nele está o esforço de contextualizar fatos e processos repetidos e fortemente marcados nas narrativas de várias ou de todas as mulheres participantes do grupo. Trata-se de um capítulo que não havia sido planejado

e nem mesmo havia sido cogitado antes dos encontros e do contato com as narrativas, mas fez-se necessário a partir delas. É um capítulo que busca ampliar escalas de espaço e tempo e compreender os percursos trazidos nas narrativas e, sobretudo, a ocupação Guajuviras como parte de um processo mais amplo de migrações e urbanização brasileira. Assim, o capítulo busca identificar os contextos históricos de que fazem parte os principais fatos e processos narrados, tendo como referencial teórico a abordagem de Milton Santos e Manuel Castells, sobre a urbanização do Brasil e da América Latina.

Na *Parte Três*, está o capítulo 4 que busca identificar nos discursos sobre a ocupação como as mulheres e suas práticas sócio-espaciais são representadas. Neste capítulo, além de um exercício prático de análise, está apresentado o referencial teórico e metodológico da Análise de Discurso (AD), segundo Michel Pêcheux. A opção por concentrar no mesmo capítulo a apresentação densa da teoria que constitui a análise de discurso adotada, é preciso advertir, pode gerar uma quebra na fluidez da leitura, mas torna mais evidente e qualificada a teoria que sustenta a análise. No exercício de análise de discurso realizado, notícias sobre a ocupação veiculadas por jornais foram tomadas como discursos para os quais a seguintes perguntas foram lançadas: *Faz referência à(s) mulher(es)? Em que condição? O que diz?* A partir destas indagações ao conjunto de notícias, uma delas foi amplamente discutida por seu conteúdo discursivo profundamente revelador das representações sobre as mulheres e suas práticas. No Capítulo 5 está o esforço concentrado de apontar elementos e reflexões que respondam a pergunta central da pesquisa: *Como as mulheres com suas práticas sócio-espaciais participaram da constituição do território Guajuviras?* Em seguida estão as considerações finais e algumas últimas palavras encerrando o texto.

Por fim, os anexos têm o objetivo de compartilhar documentos que apoiaram metodologicamente a pesquisa e, o mais importante, a transcrição integral das narrativas das mulheres, visto que tudo o que disseram ao longo dos encontros tinha o objetivo de ser registrado e compartilhado. Assim, que seja esta dissertação um esforço compartilhado de “rever, escrever e assinar os autos do passado antes que o tempo passe tudo arraso” (Cora Coralina).

PARTE UM - GEOGRAFIA E GÊNERO: POR UMA EPISTEMOLOGIA DA EXISTÊNCIA



Figura 8 - Dia ensolarado no Guajuviras.
Fonte: Acervo pessoal de Maria Aparecida Flores.

“De que são feitos os dias?

De pequenos desejos,

vagarosas saudades e

silenciosas lembranças”.

Cecília Meireles

AMPLIANDO O REFERENCIAL PARA UMA ANÁLISE DE GÊNERO DO ESPAÇO

A perspectiva de ciência que aqui pretendo traçar é uma ciência interpelada pela vida, pela realidade vivida em suas diferentes dimensões. Paulo Freire (1996) fala da curiosidade epistêmica para referir ao interesse e curiosidade frente à vida, à sociedade em movimento e processo que provoca para ir além da superficialidade, que move para a investigação, para leituras possíveis que, no entanto, são sempre incompletas e limitadas.

Nesse sentido, de buscar uma ciência interpelada pela vida, faz-se necessário uma postura reflexiva e problematizadora frente às teorias, categorias e conceitos que compõem o arcabouço teórico da ciência a partir da qual se posiciona a investigação e estudo. Trata-se de um exercício trabalhoso de escolha de instrumental teórico – teorias, categorias e conceitos – que demonstrem ser adequados para a operação de leituras da realidade. E nesse sentido, os limites e fronteiras das ciências – como modernamente foram concebidas – precisam ser extrapolados, atravessados, iluminados por categorias e conceitos de outras ciências específicas.

As ciências lidam efetivamente com seus limites, descobrem que não podem mais responder às suas perguntas nos redutos de suas especialidades, no reduto em que se mantiveram em reprodução ampliada. [...] Os limites não nos servem, ou melhor, apresentam valor limitado no rumo do conhecimento; deve-se manter estas contribuições especializadas e, ao mesmo tempo, abrir-se uma atividade genuinamente filosófica no trato dos objetos e dos recursos acumulados (SILVEIRA; VITTE, 2010, p.14).

No artigo intitulado *Debate e Epistemologia na Gênese da Geografia Moderna*, os autores acima referidos apontam no sentido de não só transpor os limites das fronteiras entre as ciências específicas como provocam para pensar a epistemologia da Geografia com postura e conduta filosófica. Isso significa tomar as teorias não como dadas, completas, mas como objeto de reflexão e problematização, como “conhecimento científico na sua forma de construção” (SUERTEGARAY, 2005, p.7), marcados por seu tempo e espaço e pelas posições ocupadas por quem as propõe. Isso não significa descartar ou negar, mas reconhecer a construção da teoria como algo que pode e deve ser problematizado na medida em que seja insuficiente para compreender as complexidades dos diferentes tempos, espaços e recortes sociais.

Ainda refletindo os desafios de uma ciência interpelada pela realidade, pensar epistemologia é, também, pensar método enquanto caminho da construção de conhecimento

que se apoia em concepção de mundo, de sociedade e de ciência. Nesse sentido, método tem caráter prático, mas antes disso, filosófico.

Neste trabalho, a concepção de método que balizou o esforço de construção de conhecimento se deu situado nas heranças da tradição marxista. Materialista, porque buscou, em todos os momentos, ser interpelado pela vida vivida, pelas realidades concretas, materiais e simbólicas. Dialético, porque buscou identificar as forças e tensões operando no espaço e compreender o fenômeno como processo, como movimento, sendo parte de contextos históricos e geográficos mais amplos e do fazer destes (SUETEGARAY, 2005; CAMPOS, 2011; BERNARDES, 2000).

Assim se fizeram os pilares epistemológicos que ancoram a pesquisa, no esforço permanente de refletir os conceitos que compõem a Geografia, por vezes vergando-os para melhor operar as análises, por outras atravessando fronteiras, compartilhando e transversalizando conceitos. Sobretudo, buscando nas teorias feministas e na emergente geografia feminista suportes teóricos capazes de lançar luzes às complexidades da realidade do ponto de vista de gênero.

A ANÁLISE GEOGRÁFICA DO ESPAÇO E TERRITÓRIO

Protocolarmente, este seria o capítulo em que deveriam estar referenciadas as categorias e os conceitos da análise geográfica. No entanto, será também uma oportunidade de exercício pessoal, que aqui torna-se compartilhado, de reflexão e elaboração acerca de inquietudes sobre o debate teórico, sobretudo em torno do espaço, categoria central da Geografia. Vale aqui recordar que já na apresentação desta dissertação está advertido sobre o caráter fortemente marcado pelo registro do processo pessoal da experiência de mestrado, com tudo que isso envolve.

Uma análise geográfica é sempre, antes de tudo, uma análise do espaço (SUERTEGARAY, 2005). Nessa perspectiva de compreensão, antes – e junto – de referenciar teoricamente as feições de território atribuídas ao Guajuviras, referenciarei este como um espaço concebido e empreendido dentro de estratégias de produção de espaços urbanos marcados por seu contexto econômico e político. Para isso, anoro-me na herança teórica de Milton Santos e o faço de modo a defender a riqueza e amplitude possibilitada por sua abordagem que, em muitos casos, é acionado de forma restrita e estreita em sínteses insuficientes para abarcar o legado teórico do autor para a análise do espaço.

Espaço

Ao tomar Milton Santos como principal referencial teórico para a análise do espaço nesta pesquisa, o assumo como um importante intelectual, reconhecido por sua obra,

considerada clássica na Geografia brasileira. É importante afastar qualquer noção de que uma obra clássica seja como uma peça antiga que em outro tempo teve valor e que, se a mantemos, é para resguardar a memória do que foi. Como afirma Enrique Laraña (1999, p. 30), “uma obra clássica não é a que perdeu vigência e validade, mas aquela que conserva estes atributos porque alguns de seus pressupostos seguem sendo aplicáveis à realidade social e iluminam o caminho para sua investigação” (apud SILVA, 2006, p.127). Não trata-se de assumir como dogma ou de forma acrítica, mas de apoiar-se, de forma reflexiva, naquilo que oferece potencial de análise e vergá-la, alargá-la, de modo responsável e coerente, para que melhor sirva ao propósito. Além disso, neste texto – e contexto histórico em que é escrito – acionar Milton Santos tem o papel de reafirmar a importância deste autor, enquanto negro, brasileiro e latino-americano que contribuiu para a construção de uma Geografia crítica e compromissada com a denúncia e enfrentamento das injustiças e opressões sociais impostas a esta parte da Terra.

Tradicionalmente, quando acionamos a conceituação de espaço em Milton Santos, ficamos na síntese: “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único, como a história se dá” (SANTOS, 2012, p.63). No entanto, uma leitura um pouco mais atenta, mostra que esta é a conceituação – ou síntese – de um dado momento da trajetória intelectual do autor. Nas páginas anteriores a citação acima, (SANTOS, 2012, p.61-62), o autor trata de sua *démarche* intelectual, apresentando suas conceituações do espaço, quais sejam:

Numa primeira hipótese de trabalho, dissemos que a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos (SANTOS, 1978). [...]

Uma outra possibilidade é a de trabalhar com um outro par de categorias: de um lado, a configuração territorial e, de outro, as relações sociais (Santos 1988).

O que desejo sublinhar aqui é o processo de permanente esforço intelectual de reflexão, estudo e síntese conceitual de duas décadas entre a primeira e a última proposição teórica (que certamente carregam reflexões de uma trajetória muito anterior a 1978). Frente a esta constatação, é possível – e coerente – pensar que novas sínteses teóricas seriam propostas, caso a partida deste plano da existência não encerrasse a trajetória do autor em 2001.

Dito que considero um ato político acionar Milton Santos e que seu conceito de espaço deve ser considerado como uma síntese em processo, portanto, síntese de um momento da trajetória intelectual em movimento, insisto agora na importância do exercício de alargamento das leituras do autor no sentido de apreender o que mais aponta enquanto elementos e dimensões necessárias e importantes na análise do espaço. Esse exercício inspira e insita à aventura imaginativa acerca da direção para onde apontam as preocupações do autor que, provavelmente, viriam a se converter em novos elementos a

compor seu conceito de espaço, pois, compreendendo sua obra como um todo, não há nenhuma coerência em pensar que seu aporte teórico não seria renovado, atualizado e ampliado.

Em seus últimos trabalhos, ao final e virada do século XX, o autor demonstra estar formulando sobre novos aspectos e dimensões, ou mesmo outras perspectivas da abordagem do espaço. Aqui apontarei passagens das seguintes obras: a) do livro *A Natureza do Espaço*, publicado em 1996, b) de uma aula no XVI Encontro Estadual de Professores de Geografia (EEPG), realizado em Passo Fundo/RS, em 1996 e publicado no Boletim Gaúcho de Geografia do mesmo ano, sob o título *Por Uma Geografia Cidadã: Por Uma Epistemologia da Existência* e, por fim, c) de seu último livro publicado no ano 2000, intitulado *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Nestes textos, duas importantes dimensões do espaço e, conseqüentemente, duas perspectivas da abordagem e análise do espaço ganham consistência e força.

A primeira delas está expressa na proposição do ‘Espaço Banal’, onde o autor evidencia a importância da atenção ao cotidiano, às dimensões da existência: da corporeidade, da individualidade e da sociabilidade e para a dinâmica da coexistência:

O espaço banal é o espaço de todos os alcances, de todas as determinações; o espaço banal é o espaço de todos os homens, não importam as suas diferenças; o espaço banal é o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço banal é o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder (SANTOS, 1996, p. 9).

E ainda deixa claro que não se refere apenas às dimensões materiais que compõem este espaço:

O cotidiano também nos põe diante de outras categorias, como a da materialidade e a da imaterialidade. O cotidiano são os dois, ele não é dado apenas pela materialidade que nos cerca. A imaterialidade também é um constrangimento às vezes mais forte de que a materialidade (SANTOS, 1996, p.10).

Também aponta para o movimento e conexão entre escalas, através das redes implantadas graças a técnica, assim como das relações dialéticas e, por isso, contraditórias, na produção do espaço:

A rede é global, mas também é local. Ela é global, porque no mundo onde a produção se internacionalizou de forma extrema, no mundo onde a própria técnica se unificou, no mundo onde a informação é mundializada, tudo isto sendo possível a partir das redes. Mas a rede também é local, porque em cada lugar há traços destas redes globais. [...]

Cada homem, cada empresa, cada instituição se define em relação com o que pode usar de um espaço dado. As instituições, as empresas, os homens não encontram no mesmo espaço três respostas iguais aos seus desígnios e é isto que faz a diferença entre as pessoas. Esta cooperação no conflito e este conflito na cooperação levam à negociação permanente, explícita ou implícita, mas negociação sempre (SANTOS, 1996, p.12).

Desse modo, um espaço sempre em construção: “O espaço é síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS, 2012, p.109). E, por isso, sempre aberto, por vir, como possibilidade: “Seja qual for o momento da história, o

mundo se define como um conjunto de possibilidades. Isto é que é o mundo” (SANTOS, 1996, p.13). E o autor, por muitos momentos e em vários dos seus livros, revela sua esperança e crença no devir:

Mas a interação humana pode forjar novas relações, criando a surpresa e impondo a novidade. Aliás, a força própria do lugar vem das ações menos pragmáticas e mais espontâneas, frequentemente, baseada em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade (SANTOS, 2012, p.228).

Outra dimensão importante da produção do espaço e, portanto, para a análise do espaço, é a dimensão ou universo da produção de sentidos, das narrativas, dos discursos, da(s) ideologia(s). Obviamente, trata-se de dimensões sociais diferentes, assim como de conceitos teóricos diferentes. No entanto, são dimensões sociais e conceitos teóricos que devem ser compreendidos em conjunto, atuando de forma dialética, colaborativamente produzindo hegemonias e poder e, sempre, onde há poder e hegemonia, há também o contraditório, o conflito. Assim, produzindo uma trama fundamental na produção do espaço e, portanto, fundamental para a análise do espaço. Estes temas ficarão evidentes nas passagens a seguir, especialmente dos livros *A Natureza do Espaço* e *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*:

Um outro elemento da ação atual é a retórica, dado fundamental do movimento do mundo. Os objetos novos, que transportam o sistema das técnicas atuais, exige um discurso. [...] Os objetos têm um discurso que vem de sua estrutura e revela sua funcionalidade. É o discurso do uso, mas, também, o da sedução. E há o discurso das ações, do qual depende sua legitimação. Essa legitimação prévia tornou-se necessária para que a ação proposta seja mais docilmente aceita e mais ativa se torne na vida social. O discurso invadiu o cotidiano, ele se torna presente em todos os lugares onde a vida se instala (SANTOS, 2012, p.226-227).

Sobre a ideologia, no livro *A Natureza do Espaço*, no subtítulo *O Papel do Símbolo e da Ideologia no Movimento da Totalidade*, afirma o autor:

A ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente toma a forma de objetos. A ideologia é, ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência, no final do séc. XX. Ela está na estrutura do mundo e também nas coisas. É um fator constitutivo da história do presente. [...] Nestas condições, a totalidade social é formada por mistos de “realidade” e “ideologia”. É assim que a história se faz (SANTOS, 2012, p.126-127, grifos do autor).

Em *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*, publicado no ano 2000¹, Milton Santos afirma: “A ênfase central do livro vem da convicção do papel da ideologia na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização atual” (p.14). E a ideologia se manifesta e se materializa no discurso. Um livro marcado pela denúncia da narrativa (do discurso) da globalização como uma fábula e pela denúncia das consequências concretas para a maior parte da população e para o

¹ Este é um livros publicado um ano antes do falecimento do autor, em 2001, após lutar por cerca de sete anos contra um câncer. Neste livro, Milton Santos escreve de forma muito diferente de seus anteriores, onde fazia vastas revisões bibliográficas, citações e um grande esforço intelectual de formulação teórica. É um livro crítico, mas sobretudo humanista e filosófico.

território, consequências estas que a chama de perversas². No entanto, também um livro marcado pela esperança e pela crença humanista na realização das possibilidades de “um outro mundo” por parte dos povos “de baixo” da pirâmide socioeconômica.

É neste momento de sua obra que o autor denomina todo o processo de produção de narrativas (disseminadas pela mídia para formar opiniões) e de discursos (que antecedem, dão sentido e legitimam ações e objetos introduzidos no espaço) enquanto sistema ideológico:

O sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considera-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e aceitação dos remédios sugeridos. [...]

Considerando, em primeiro lugar, a emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e da informação, intimamente relacionadas. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo *ethos* as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas [...] base de novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que assistimos (SANTOS, 2001, p.36-38).

Desse modo, se compreendemos a obra do autor como processo, como um movimento intelectual, e se considerarmos de forma ampliada as dimensões e apontamentos no que refere à busca de novas epistemologias capazes de possibilitar a análise da existência no espaço, creio ser possível e coerente considerar o espaço em Milton Santos como:

1. Conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações que, amparado e legitimado por sistemas ideológicos, todos não considerados isoladamente, mas atuando dialeticamente como o quadro único como a história se dá.
2. Espaço banal, esfera da existência cotidiana, da corporeidade, da individualidade e da sociabilidade; o espaço banal que é dado pela materialidade e pela imaterialidade, do simbólico, da crença, da cultura.
3. O espaço banal como coexistência, de todos os homens e de todas as mulheres, não importam as suas diferenças, de todas as instituições, não importa a sua força, de todas as empresas, não importa o seu poder. Por isso, da cooperação no conflito e do conflito na cooperação, o que leva à negociação permanente, explícita ou implícita, mas negociação sempre. O espaço é carregado de possibilidades, em todos os momentos históricos, portanto, sempre em feitura.

Considerando estar amplamente amparada no pensamento do autor, alargando seu conceito ou, para ser mais prudente teoricamente, adotando suas abordagens ampliadas acerca do espaço, as quais considero densas, pertinentes e potentes do ponto de vista da permanente construção da Geografia. E, no caso desta pesquisa, adequada para a análise do espaço-tempo ocupação Guajuviras como: a) expressão de sistema de objetos, de ações e ideológico de uma determinada concepção e intenção de gestão e desenvolvimento

² Vale recordar que aquele contexto reflete a década de 90, com a implantação no Brasil das políticas neoliberais pelos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, sobretudo este último, com oito anos de mandato. Foi um período em que o desemprego alcançou cerca de 17% da PEA nacional, chegando ao alarmante registro de 41% de desemprego nas regiões metropolitanas. Consequentemente, muita pobreza e fome (QUADROS, 2003).

por parte do Estado e atores privados que, b) em conflito com a demanda por moradia por parte de milhares de famílias, c) realiza-se como possibilidade de moradia, mediante a luta, para milhares de famílias que naquele espaço passam a viver suas vidas cotidianas, suas relações e tudo mais que isso significa.

Desde o ponto de vista de quem deseja corroborar na construção de uma Geografia com matizes feministas, é preciso dizer que Milton Santos não superou a compreensão do “homem” como um sujeito universal. Esse suposto sujeito neutro é, deve ser reforçado, um falso sujeito universal, encravado na linguagem, na cultura e na ciência como registro de uma concepção de mundo que ignora e nega a mulher como sujeita, reproduzindo a invisibilidade das mulheres. Paulo Freire (1921–1997), importante intelectual brasileiro e contemporâneo de Milton Santos, que, como ele sofreu o exílio por força da Ditadura Militar brasileira, escrevia às educadoras e aos educadores, às educandas e aos educandos, sem prejuízo literário ou de qualquer ordem, garantindo a justiça da visibilidade às mulheres e aos homens em sua obra e assim, corroborando para a superação da invisibilidade feminina e construção da equidade de gênero. Porém, não é por isso que Milton Santos deixa de servir para a construção de uma geografia que pretende ser feminista. Mais uma vez, ampliando o conceito, juntamente com o compromisso com a análise das desigualdades diversas que compõem o espaço banal, nada impede que se analise também as desigualdades de gênero ou, mais amplamente, a dimensão de gênero atuando na produção do espaço.

Outro autor brasileiro que vem aportando importante contribuição à Geografia, é o professor Marcelo Lopes de Souza. De sua contribuição teórica sobre o espaço, este estudo adota sua abordagem ao afirmar que a análise do espaço é também a análise das relações sociais. Desse modo, o autor estabelece uma síntese objetiva e contundente ao afirmar:

Para se compreender e elucidar o espaço, não basta compreender e elucidar o espaço. É preciso interessar-se, profundamente, e não somente epidermicamente, também pelas relações sociais. É necessário interessar-se pela sociedade concreta, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entra em cena o *sócio-espacial*, no qual o “sócio”, longe de apenas qualificar o “espacial”, é, para além de uma redução do adjetivo “social”, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais (SOUZA, 2013, p.16, grifos do autor).

Conforme o autor, o uso da terminologia “sócio-espacial”, separando “sócio” e “espacial” com hífen, demonstra que “as relações sociais³ e o espaço são, ambos, devidamente valorizados e articulados entre si com densidade no decorrer da construção do objeto e da própria pesquisa” (SOUZA, 2013, p.12).

As relações sociais, enquanto trama de ações de múltiplos agentes, contém a

3 SOUZA (2013), para apresentar a conceituação de *relações sociais*, inicia por retomar Max Weber, com conceito de ação social: “A ação social, portanto, é uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento de outros e se orienta no que diz respeito ao seu desenvolvimento” (WEBER, 1995:400 apud SOUZA, 2013, p.241). Em seguida, o autor afirma: “Quanto às relações sociais, constituem elas uma trama formada pelas ações (sociais) dos múltiplos agentes; são, por assim dizer, o resultado compartilhado das ações individuais [...] nelas as condutas dos agentes são orientadas por um sentido compartilhado” (p.244).

dimensão espacial, onde “a carga espacial diz respeito a aspectos que vão da identidade de um grupo (e do indivíduo no seu interior) à organização sócio-espacial” (SOUZA, 2013, p.246, grifo do autor). Assim, trata-se do desafio de “iluminar o espaço recorrendo às relações sociais, e estas recorrendo-se ao espaço, em uma dialética sem fim” (SOUZA, 2013, p.18).

É nessa perspectiva que pretendo analisar o Guajuviras via relações e práticas sociais, com o foco nas relações de gênero na produção do espaço. Ao buscar responder como as práticas sócio-espaciais das mulheres participaram na conquista e construção do território – por isso antes, da disputa e apropriação do espaço – afirmo que pretendo analisar não quaisquer práticas, mas as que estão circunscritas nas relações sociais em torno do espaço. Sejam as relações sociais que estabelecem atribuições e tarefas segundo recorte de sexo, na esfera privada e doméstica – o uso cotidiano do espaço e seus recursos para as demandas da reprodução da vida – ou sejam as práticas coletivas e públicas de demarcação, defesa e disputa do espaço que o constitui enquanto território.

Território

Falar do processo de lutas desde a ocupação do Guajuviras, a resistência e defesa, as reivindicações e negociações até o reconhecimento da posse pelos ocupantes é, sobretudo, falar de um processo de territorialização. Para Marcelo Lopes de Souza, o “território é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2013, p.78). Neste contexto e autor, o poder⁴ é entendido “como a dimensão política das relações sociais” (SOUZA, 2013, p.88). Quando estas relações têm o espaço como objeto, este é territorializado.

É importante afirmar que, ao definir genericamente o conceito, a partir das relações de poder ou da dimensão política das relações, não se está negando e nem se deve negligenciar as dimensões que motivam estas relações tal qual se estabelecem. Elas podem ser prioritariamente de ordem econômica – seja como valor de troca/capital/mercadoria ou como valor de uso/recurso/abrigo – pode ser de ordem cultural/identitária ou outras. O que, no entanto, deve ser registrado, é que estas dimensões podem e tendem a operar conjuntamente. Outra preocupação teórica está no trato destas diferentes dimensões da vida e da teoria (política, econômica, cultural, etc). Ambas são distintas e devem ser distinguíveis conceitualmente, no entanto, em se tratando de análise de realidades concretas, é necessário que sejam compreendidas operando em conjunto. Também é necessário não negligenciar a dimensão política “sempre lá” na dimensão econômica e, é preciso reconhecer, também presente na dimensão cultural/identitária, ainda que a análise se dê a partir de determinado ângulo e perspectiva e que privilegie uma delas.

4 É necessário registrar de que compreensão de poder se trata. O autor apoia-se em Hannah Arendt ao afirmar que poder é uma relação social, antes de tudo, e que não pode ser confundida com dominação e violência. Ver SOUZA, 2013, p. 79, 80, 81 e 82.

Em Raffestin (1993) está uma importante e amplamente reconhecida abordagem sobre o território. Seu conceito remete ao processo de organização, ocupação e resistência marcante na conquista do Guajuviras. Para o autor, o território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p.144). Da contribuição teórica do autor, dois elementos serão aqui recortados e destacados. O primeiro deles é a explicitação da existência de ator e/ou atores atuando sobre o espaço, segundo intencionalidades e projetos: “O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa)” (p.143, grifo do autor). Em seguida, em sua clássica “ilustração para compreender a construção territorial” (p.148), tratando das ações e práticas dos atores que vão estabelecendo pontos/referências e articulando outras relações e assim produzindo tessituras, o autor diz: “A rede real não corresponde a nenhum desses projetos, mas resulta do jogo multilateral dos múltiplos atores em causa” (p.148). Mais adiante o autor trata destes múltiplos atores, dizendo:

Do Estado ao indivíduo, passando pelas organizações pequenas ou grandes, encontra-se atores sintagmáticos que “produzem” o território.” [...] Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que, estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p.152-153).

Nessa perspectiva, ao recortar dentre os múltiplos atores inscritos no campo de poder e da problemática relacional, que atuam empregando energia e informação dentro de projetos e objetivos, por que não recortar as mulheres enquanto atores – ou atrizes – sintagmáticas, em nossas análises territoriais?

O segundo elemento a ser recortado e destacado na mesma obra é a informação atuando como forma de energia, como um trabalho dentro do sistema de objetivos/projetos/estratégias, na produção do território. Ainda que careça de precisão na definição de como entende a informação operando na produção de território, o autor deixa compreender a importância dela na reflexão que tece sobre a representação cartográfica, como a forma de comunicar a intenção e demarcar limites/abrangência e assim “manifestar o poder numa área” (p.153).

Não se trata mais do “espaço”, mas do espaço construído pelo ator que, comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema semântico. [...] É, em suma, o espaço que se tornou território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p.147).

Assim, é possível depreender que juntamente com energia e trabalho está o ato – sistema de atos, práticas, estratégias – de comunicação/informação, operando no processo de territorialização. Nessa perspectiva, articulando a reflexão provocada pela pergunta do parágrafo anterior, e adotando o recorte de gênero na análise do território, tomando as mulheres como sujeito coletivo, portanto, como atrizes sintagmáticas que empregam

trabalho e energia no território, como opera a dimensão da informação, da comunicação, dos discursos sobre elas e suas práticas? Essa é uma dimensão que muito importa à pesquisa. Além de buscar identificar como as mulheres e suas práticas participaram no processo de territorialização, identificar também como discursivamente elas são representadas nesse processo. Para isso, todo um arcabouço teórico legado do pensamento feminista faz-se indispensável.

POR UMA GEOGRAFIA FEMINISTA

“O que pretendo é justamente mostrar que é possível iluminar

a teoria geográfica com matizes feministas.”

Susana M. Veleda da Silva

Compreendendo que esta dissertação participa e busca corroborar com os esforços de proposição de uma Geografia capaz de visibilizar a dimensão de gênero em suas análises – portanto, constitui-se como um discurso – mais do que apenas referenciar, as linhas que seguem buscarão construir uma justificativa e argumento referente à importância e potência da perspectiva feminista na análise geográfica.

Os discursos e silêncios que reproduzem desigualdades

Se, de um lado, a ciência produziu e ainda produz discursos hegemônicos que invisibilizam e valoram de forma desigual as mulheres, de outro, novos discursos de resistência desestabilizam discursos e poderes hegemônicos que estruturam a sociedade – e a ciência – sob bases sexistas, classistas e racistas.

No que refere ao tratamento dado pela ciência às construções das desigualdades de gênero, é preciso registrar que pressupostos fundamentais que hegemonizam até os dias de hoje a produção científica são pensamentos e discursos, senão forjados, pelo menos legitimados e consagrados pelo discurso científico. Um desses pressupostos é a separação do público e privado, sendo o público o *locus* masculino e o privado, não igualmente valorado, o *locus* feminino. A cientista política Carole Pateman, em seu livro *O Contrato Sexual*, demonstra como os teóricos basilares do pensamento moderno – os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau – contribuíram enormemente na legitimação e afirmação do poder patriarcal⁵. Para eles, somente os homens eram considerados cidadãos aptos para vida pública. Segundo a autora,

A história do contrato social é tratada como um relato da constituição da esfera pública

⁵ Poder Patriarcal – Segundo Pateman (1993), é um conceito problemático e controverso, contudo, fundamental por ser estruturador de relações sociais constitutivas da sociedade civil moderna. Centralmente, o conceito trata do poder exercido pelo homem sobre a mulher, seja enquanto pai ou marido e que se estende às relações sociais com a dominação masculina. Tal poder patriarcal foi expresso em termos de direito civil e político, produzindo marcas sociais e culturais presentes até os dias de hoje.

da liberdade civil. A outra esfera, a privada, não é encarada como sendo politicamente relevante. [...] O domínio público não pode ser totalmente compreendido sem a esfera privada (PATEMAN, 1993, p.18-19).

Tal pensamento embasou toda a teoria política e jurídica da sociedade moderna, assim como está espelhado na ciência e na cultura. Com isso, reproduzindo ainda hoje dificuldades às mulheres no acesso ao universo público – especialmente nos espaços de poder e decisão – e, valorando de forma desigual e até mesmo tendendo a invisibilizar e deslegitimar o fazer feminino. Obviamente esse quadro é alvo de permanente contradição e conflito, no entanto, basta querer ver os dados referentes à condição das mulheres⁶ na sociedade para constatar que a igualdade de gênero ainda é um horizonte a ser construído.

A filósofa política Susan Moller Okin (2008) também questiona duramente a noção de público e privado construída no advento da modernidade. Segundo a autora, é preciso romper com a dicotomia entre estas duas esferas da vida, não negando sua existência, mas explicitando a forma como tal noção foi concebida e suas implicações para cada um dos sexos:

Como os estudos feministas têm revelado, desde o princípio do liberalismo no século XVII, tanto os direitos políticos como os direitos pertencentes a concepção moderna liberal de privacidade e do privado tem sido defendido como direito dos indivíduos; mas esses indivíduos foram supostos e, com frequência explicitamente definidos como adultos, chefes de família masculinos (OKIN, 2008, p. 308).

Em seguida, a autora faz a afirmação central de sua crítica:

Nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem o domínio da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro. [...] Nós demonstramos como as desigualdades dos homens e mulheres no mundo do trabalho e da política são inextricavelmente relacionadas, em um ciclo causal de mão dupla, às desigualdades no interior da família (p.314).

O argumento de Susan Okin é importante porque explicita o caráter político da esfera privada e suas práticas cotidianas de reprodução da vida. Romper a dicotomia das noções de público e privado é fundamental para uma análise territorial desde a perspectiva de gênero, de modo que se possa revelar tanto as práticas cotidianas na produção do espaço como as representações sociais e culturais valorativas destas práticas.

Amesma autora ainda acrescenta outros questionamentos referentes aos pressupostos do ‘Homem’ como ser universal – na maioria das vezes escrito sem nem mesmo a atenção ao uso do ‘H’ maiúsculo – e o pressuposto da linguagem neutra. A autora critica o que ela chama de falsa neutralidade de gênero e afirma:

No passado, os teóricos políticos usavam explicitamente termos masculinos como “ele” e “homem”. Em geral, ficava claro que seus argumentos centrais eram, de fato, sobre chefes de família masculinos. Esses argumentos têm sido lidos, frequentemente, como se eles dissessem respeito a todos nós (OKIN, 2008, p.309).

⁶ Uma rápida pesquisa na internet é o suficiente para acessar indicadores que demonstram a diferença salarial e vulnerabilidades no mundo do trabalho, a baixa presença nas esferas político/institucionais, a vulnerabilidade a violências, entre outros indicadores graves que, ainda que sejam constantemente veiculados pela mídia, parecem pouco sensibilizar a sociedade.

Na mesma perspectiva, Bautista e Tavira (2011) denunciam a suposta neutralidade científica dos pressupostos da linguagem no gênero masculino e do sujeito universal ‘homem’. Para isso, apoiam-se no argumento de Ardití (2000, p.45):

El lenguaje está surcado por relaciones de poder y su uso cotidiano refleja y reproduce desigualdades. En este sentido se hizo hincapié en que expresiones como “los derechos del hombre”, reflejan una codificación masculina del mundo público, pasando por alto la particularidade de las mujeres, al subsumir à éstas bajo el supuesto universal de lo masculino. Con ello se denuncia la falácia metonímica de tomar una parte, los hombres, como representantes del todo, la humanidad (apud BAUTISTA; TAVIRA, 2011, p.70).

Tais pressupostos, ao passo que orientam as práticas sociais e científicas, também as reproduzem marcadas pela estrutura sexista e desigual. Conforme as autoras, apoiando-se no conceito de *habitus* de Bourdieu, trata-se de um “conjunto de relaciones históricas depositadas en los cuerpos individuales en forma de esquemas mentales y corporales de percepción, apreciación y acción” (BAUTISTA; TAVIRA, 2011, p.67).

Susana M. Veleda da Silva, no livro *Geografías Feministas de Diversas Latitudes* (2016), faz coro à mesma crítica ao afirmar:

El conocimiento no es universal, neutral, objetivo, ni racional, al contrario, las categorías de análisis son fruto de su lugar en el tiempo y en el espacio y, por lo tanto, pueden ser construidas y (de)construidas (VELEDA DA SILVA, 2016, p.70).

Felizmente, a estabilidade de tais discursos científicos que invisibilizam as mulheres e reproduzem representações sexistas é desestabilizada por um novo discurso que vai sendo forjado, a partir dos anos 1960, sobretudo nas décadas seguintes (SILVA, 2003). São as teóricas feministas afirmando que não é somente a classe que estruturava a sociedade de forma desigual, mas também o sexo e a raça. Joan Scott, em seu artigo intitulado *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica – e geográfica*, devo acrescentar – assevera:

[...] os/as pesquisadores/as de estudos sobre a mulher que tinham uma visão política mais global, recorriam regularmente à essas três categorias para escrever uma nova história. O interesse pelas categorias de classe, raça e gênero assinalavam primeiro o compromisso do/a pesquisador/a com a história que incluía a fala dos/as oprimidos/as e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão [...] as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos (SCOTT, 1989, p.4).

Desde a perspectiva de gênero, que não aceita como naturais as diferentes formas de restrições e opressões sexistas impostas à, pelo menos, metade da humanidade, e rejeita explicações essencialistas, fez-se necessário revelar e explicitar a construção histórica – e geográfica – dessas desigualdades.

Aprendemos que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história (GORDON *et al*, apud SCOTT, 1989, p.3-4).

E, de uma nova Geografia, interessada em compreender como a dimensão de gênero opera na produção do espaço e do território, enquanto uma das dimensões das relações que o compõem e o constituem.

Gênero como categoria de análise

Para tratar do pensamento feminista e lastrear o conceito de gênero, considero importante iniciar por Simone de Beauvoir que, na passagem da metade do século XX, problematiza as desigualdades entre homens e mulheres. É necessário deixar claro que naquele momento histórico ainda não se usava o conceito de gênero, no entanto, Beauvoir deixou claro o conteúdo que mais tarde comporia o mesmo. Ela afirmava que os papéis, os comportamentos e condutas de homens e mulheres não são determinados unicamente pelas diferenças biológicas, mas, e sobretudo, por construções sociais. Do seu livro *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, destaca-se a emblemática e ontológica frase: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p.9).

Mas é na década de 60 do século XX que ganham corpo teórico as formulações das feministas em torno do conceito de gênero. Segundo Joan Scott (1990), as feministas passaram a usar o conceito de gênero “como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos” (p.2). Segundo a autora,

O gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1990, p.3).

Assim, gênero se constitui enquanto um conceito teórico de importante potência política que nega a naturalização e o essencialismo do que se compreende socialmente por homem e mulher. Afirmando que homem e mulher, como socialmente são entendidos, não são dados apenas pelas diferenças biológicas, o conceito nos permite revelar como os papéis e representações são histórica e culturalmente atribuídos a cada um de forma relacional, de modo que só se pode analisar a um se em relação ao outro.

[...] a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que implica no estudo do outro. Este uso insiste na idéia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1989, p.7, grifo fa autora).

Ainda nesse campo de discussão de gênero, vale registrar importantes discussões e problematizações contemporâneas em torno da noção de mulher enquanto sujeito coletivo

no discurso teórico e político do feminismo. Tais problematizações se dão especialmente no escopo das teorias *Queer*⁷ e têm como uma importante teórica a intelectual e ativista Judith Butler. A autora rejeita a noção de uma identidade estável e homogênea de mulher enquanto sujeito político. Aqui destaco uma de suas importantes afirmações no sentido da atenção necessária frente às complexidades das realidades que constituem as mulheres e suas vivências:

Se una <<es>> una mujer, es evidente que eso no es todo o que una es. [...] el género no siempre se constituye de forma coherente e consistente en contextos históricos distintos, y por que entrecruza con modalidades raciales, de clase, étnicas, sexuales y regionales de identidades discursivamente constituídas. Así, es imposible separar el <<género>> de las intesecciones políticas y culturales em las que constantemente se produce y se mantiene (BUTLER, 2007, p.48-49, grifos da autora).

Esta é uma problematização importante, pois chama a atenção para as diversas intersecções atravessando e constituindo as vivências objetivas e subjetivas das mulheres. Porém, como afirma Susana Veleda da Silva (2016, p.90), “*género es un concepto democrático con una gran capacidad transdisciplinaria que possibilita una reflexión relacional amplia*”.

Ainda na crítica de Butler (2007), é igualmente importante a abordagem que chama a atenção para a complexa construção do sujeito coletivo mulher, tão importante para o discurso feminista. Faz pensar, inclusive, que não basta ser mulher – ter nascido ou se constituído como mulher – para defender as causas das mulheres. No entanto, para esta pesquisa e, sobretudo, para esta pesquisadora, a afirmação da condição do sujeito coletivo mulher é imprescindível e imperativo para a superação da realidade ainda persistente de desigualdade de gênero, manifesta em dados concretos e fatos cotidianos na sociedade.

Nancy Fraser (2001), de outra perspectiva, também trata dos marcadores que, junto com a classe, constituem-se como condicionadores na condição de vida das mulheres pela forma em que a sociedade se estruturou e estrutura. Para a autora, gênero e raça/etnia constituem-se como coletividades que sofrem injustiça econômica-política, pois ambas (gênero e raça) estruturam o trabalho nas dimensões da produção e reprodutivo (especialmente gênero, com trabalho de reprodução social não remunerado). Da mesma forma, estrutura a hierarquização do trabalho (do ponto de vista de poder e renda), o deve ser compreendido enquanto caráter de política econômica que estrutura da sociedade. Também gênero e raça/etnia constituem-se como pilares culturais-valorativos da sociedade, onde *per se*, são vítimas de valoração cultural e social desiguais. Quando se trata de mulheres negras, somam-se injustiças econômico-políticas e cultural-valorativa, tornando ainda mais graves as desigualdades à que são submetidas. Segundo a autora, tais marcadores

7 Joseli Maria da Silva (2010, p.25) fala de “Pensamento acadêmico queer” e diz que seus pensadores “comungam as idéias que a heteronormatividade e as hierarquias sexuais precisam ser questionadas, a fim de que outras realidades sejam visíveis e, também, que não há linearidade entre sexo, gênero e desejo, pois as identidades instituídas de ilimitadas configurações entre estes elementos estão em permanente transformação e sempre abertas ao novo”.

se entrelaçam para se reforçarem entre si dialeticamente por que as normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado, na economia e a desvantagem econômica das mulheres restringe a “voz” das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana (FRASER, 2001, p.234).

Tal abordagem é muito importante pela forma como trata a sobreposição de fatores geradores da desigualdade, mas especialmente por demarcar e explicitar pilares constitutivos e estruturadores da sociedade, tratando a dimensão econômica como política e revelando o conteúdo valorativo da cultura.

Gênero na Geografia

Na Geografia, os esforços por introduzir uma perspectiva de gênero são datados dos anos 1970. Segundo Janice Monk (2011, p.88)⁸, “as primeiras sessões acadêmicas dentro da União Geográfica Internacional sobre gênero na geografia ocorreram em 1981 e 1982”. Conforme a autora, um esforço de institucionalização da pesquisa de gênero dentro da UGI – União Geográfica Internacional – aconteceu no Congresso de Paris, em 1984, com a criação de uma rede de pesquisadoras e pesquisadores que, posteriormente pleiteariam a criação de um grupo formal de trabalho. Só em 1992 foi criada formalmente a Comissão sobre Gênero e Geografia na UGI. Em sua análise de avanços, resistências e tensões, a autora revela serem escassas as pesquisas de Geografia sob a perspectiva de gênero. Ainda conforme a autora, a maior parte das pesquisas existentes estão concentradas no hemisfério norte, sobretudo na Europa (MONK, 2011, p.91). Um exemplo importante é o Grupo de Estudo Geografia e Mulher – Women and Geography Study Group (WGSG) – ligado ao Instituto Britânico de Geografia, para quem a Geografia Feminista deve ser compreendida como uma abordagem que

explicitamente leva em conta a estrutura de gênero socialmente criada da sociedade; e na qual, um compromisso tanto para aliviar a desigualdade de gênero em curto prazo quanto para a sua remoção, através de mudança social na direção da igualdade real, em um prazo mais longo, está expressa (WGSG, 1984, p.21 apud FRANSCISCO, 2011).

Ana Caroline Rocha Spitalere, em seu TCC intitulado *Geografia e Gênero: Considerações sobre a produção acadêmica brasileira*, defendido em 2014, faz uma especial dedicatória:

A todas e todos as(os) educandas(os) que tiverem contato com esse trabalho. Quero me deter aqui principalmente as mulheres, em especial as geógrafas que, assim como eu, não tem acesso ao conhecimento das Geografias Feministas na grade – no sentido semântico da palavra – curricular de nosso curso (SPITALERE, 2014, p.5).

A autora sabe que suas palavras têm batimento nas inquietações de um universo crescente de acadêmicas e geógrafas – e muitos homens que também são feministas – que não aceitam mais o silêncio ainda hegemônico na Geografia brasileira quanto às

⁸ Artigo “Colocando Gênero na Geografia: Política e Prioridades”, publicado no livro “Espaço, Gênero e Poder: conectando fronteiras” (SILVA; SILVA, 2011).

questões de gênero na análise do espaço. Pessoalmente, senti-me contemplada com as palavras. Contudo, a autora também representa um novo tempo na geografia brasileira. Segundo Cesar e Pinto (2015), integrantes do GETE – Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – enquanto que, dos anos 80 até os anos 2.000 foram publicados apenas sete trabalhos científicos com a temática de gênero⁹, de 2000 até 2013 foram publicados 160 trabalhos.

As pesquisas que têm o gênero como um dos conceitos importantes na análise geográfica vêm afirmando que é necessário, além da opção da pesquisadora e do pesquisador, uma especial atenção metodológica ao estabelecer a escala de análise, conforme afirma Joseli Maria da Silva:

Uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico. Durante muito tempo a abordagem do espaço na geografia esteve centrada nos estudos dos espaços político-institucionais, nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como uma instância supra-orgânica (SILVA, 2003, p.34).

No âmbito da Geografia gaúcha, no ano de 1998, a geógrafa Susana Veleda da Silva publicou artigo no Boletim Gaúcho de Geografia intitulado *Geografia e Gênero/ Geografia Feminista. O quê é isto?* Nele, a autora afirma: “O que pretendo é justamente mostrar que é possível iluminar a teoria geográfica com matizes feministas” (p.105). Quase duas décadas se passaram desde a publicação do referido texto e a crítica tecida pela autora permanece pertinente no que refere à importância dada à dimensão de gênero na Geografia brasileira.

Trata-se, então, de explicitar as desigualdades. A Geografia, de uma maneira geral, tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo. [...] Entendido que o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações de gênero (SILVA, 1998, p.108).

Como caminho para superar tal negligência, a autora aponta para a dimensão da vida e do cotidiano para revelar e analisar as vivências das mulheres sob a perspectiva de gênero. Dialogando com a proposição de Milton Santos, do espaço banal, ela escreve:

Gostaria de privilegiar aqui os estudos do cotidiano como forma de dar visibilidade às relações de gênero. Segundo Milton Santos (1996b) é no cotidiano que o espaço banal pode ser apreendido com toda sua plenitude [...] No estudo do cotidiano podemos explicitar as desigualdades sócio-econômicas e espaciais entre mulheres e homens e mostrar que as possibilidades de cada indivíduo além de depender “*das oportunidades oferecidas pelos lugares*” (SANTOS, 1996:271) ainda dependem das relações de gênero (SILVA, 1998, p.109, grifos da autora).

Trata-se de fazer opções teóricas e metodológicas que possibilitem privilegiar a atenção ao cotidiano e suas escalas. Assim, poder analisar e visibilizar as especificidades

⁹ Foram analisadas 13.990 publicações em revistas científicas da Geografia Brasileira - Qualis A1 à B5 - através de palavra-chave 'Gênero', do ano 1974 até 2013.

da vivência de gênero no espaço.

Nesse sentido, Silva, Nabozny e Ornat (2010), em artigo intitulado *A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escalas metodológicas*, discutem a importância das estratégias metodológicas escolhidas em suas pesquisas, para dar visibilidade às lutas e às dinâmicas de mobilidade das mulheres pobres de bairros de Ponta Grossa/PR. No artigo, compartilham:

Nossas primeiras pistas de que a pobreza não era igualmente distribuída entre os sexos estava em Mészáros (2002), que chamava a atenção dos cientistas sociais para criarem diferentes abordagens das relações sociais que produzem a pobreza no mundo. Em sua obra *Para Além do Capital*, o autor aponta que 70% dos pobres do mundo são mulheres (SILVA *et al*, 2010, p.30).

Conforme a autora e os autores, “o jogo de escalas de análise evidenciou diferenças internas de espaços que, na escala da cidade, eram hegemônicas. Assim, as diferenças de papéis sociais desempenhados por homens e mulheres tornou-se visível nas espacialidades específicas” (SILVA *et al*, 2010, p.23). Desse modo, puderam evidenciar o papel das mulheres em seus territórios e lugares “enquanto produtoras do espaço urbano”.

Em setembro de 2016, María Verónica Ibarra García e Irma Escamilla Herrera, ambas professoras do Instituto de Geografia da Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM), coordenaram um esforço internacional de diagnóstico a cerca das produções em geografia feminista e/ou geografia de gênero¹⁰. Geógrafas e geógrafos de diversas latitudes escrevem sobre seus contextos acadêmicos. Passando pela literatura anglo-saxônica, argentina, brasileira, espanhola, francesa, suíça, austríaca, alemã, italiana e mexicana, as e os diferentes autores apontam o *status* da produção acadêmica em geografia feminista e os principais temas tratados nestas. O que, em suma, se constata, é que, desde a década de 1980, há um esforço crescente para incorporar a dimensão de gênero como categoria analítica aos estudos em Geografia. No entanto, é apenas a partir do século XXI que este campo de estudos vem ganhado maior adesão, presença e visibilidade nos diferentes fóruns – encontros e seminários – de Geografia. No mesmo livro, falando dos esforços e importantes avanços na construção da geografia feminista brasileira, Susana Veleza da Silva tece uma crítica e aponta um desafio, com o que concordo:

Aún se tiene un largo camino que recorrer en el sentido de soltar las amarras de la geografía feminista anglófona, europea y estadounidense, y crear una brasileña que dialogue con las geografías latinoamericanas y a través de un esquema teórico y conceptual propio que dé cuenta de la diversidad y de las interseccionalidades que dialécticamente se mezclan con diferentes pesos y maneras (SILVA, 2016, p.89).

É atravessando a Geografia com o denso e potente universo teórico feminista apresentado, que ancore a análise materializada nesta dissertação, buscando – e desejando profundamente – acrescentar e contribuir na processo de feitura da geografia

10 Sobre Geografia Feminista e/ou Geografia de Gênero, Susana Veleza da Silva (2016, p.79) afirma: “La primera incorpora las contribuciones teóricas del feminismo para explicar e interpretar los fenómenos geográficos y la geografía del género utiliza al género como categoría de análisis.

feminista brasileira e latino americana.

Para isso, juntamente com um instrumental teórico e conceitual coerente para a operação de análise, as opções metodológicas buscaram caminhos participativos, em sintonia com os objetivos da pesquisa. Entendendo que uma opção metodológica é, antes de tudo, uma concepção de mundo fundamentada em teorias político pedagógica, seguem expressas não somente os caminhos metodológicos da pesquisa, como a concepção político pedagógica em que se ancoram.

CAMINHOS METODOLÓGICOS: PESQUISA PARTICIPANTE E HISTÓRIA ORAL

Enquanto método – caminho para – retomo o já declarado esforço de pensamento e ação dialética que, assumindo posição ou ponto de vista de mundo, busca compreender os fenômenos contextualizados espacial e temporalmente, com sua dinâmica interna, contradições e conflitos. Desde esta perspectiva, perpassou toda a concepção, planejamento e execução da pesquisa a preocupação com o conteúdo e a forma da produção do conhecimento decorrente. O processo de pesquisa foi, ele também, objeto de interesse da pesquisa. Por isso, elementos de metodologia estiveram presentes nos objetivos que guiaram a mesma. Trata-se da compreensão de metodologia como expressão de posições político-teóricas e/ou ético-teóricas que revelam concepções do papel da ciência e do papel do “eu” e da/o “outra/o” na produção de conhecimento.

Essa concepção político-pedagógica de prática de pesquisa como processo participativo, compartilhado e promotor de conhecimento para todas as partes envolvidas, situa-se na tradição da Educação Popular da América Latina, especialmente expressa na obra de Paulo Freire. Nela, o ato de conhecer o mundo é mediado por práticas solidárias e dialógicas e anda de mãos dadas com a intencionalidade de fortalecer a autonomia das sujeitas e dos sujeitos que nela tomam parte, fecundando sonhos, organização e lutas capazes de intervir no mundo, transformando-o num mundo melhor (FREIRE, 1998 e 2005).

Dentro deste universo teórico e metodológico está a Pesquisa Participante, enquanto ferramenta metodológica de pesquisa qualitativa em ciências sociais tornada prática de produção de conhecimento compartilhado e participativo. Nesta proposição, tramam-se o processo de pesquisa, especialmente em seus momentos “de campo”, com um processo de aprendizagem/ensinagem. Desse modo, todas nós nos tornamos atoras-autoras da pesquisa e do conhecimento dela resultante, conforme dito por Brandão e Streck (2006) em *Pesquisa Participante - O Saber da Partilha*:

Uma pesquisa que é também uma pedagogia que entrelaça atores-autores e que é um aprendizado no qual, mesmo quando haja diferenças essenciais de saberes, todos aprendem uns com os outros. Uma pedagogia de criação solidária de saberes sociais em que a palavra-chave não é o próprio “conhecimento”, mas é, antes dele, “o diálogo”. [...] um diálogo de e entre idéias e experiências de pesquisas participantes que se estende à um diálogo entre grupos e povos, para quem a busca do conhecimento e de sua realidade é parte do desafio de sonhar [...] (BRANDÃO e STRECK, 2006, p.13).

A vivência concreta e privilegiada das opções referenciais acima se deu no grupo de mulheres que, num primeiro momento, eu o havia chamado de Grupo Participativo, em referência às proposições teóricas em Pesquisa Participante adotadas especialmente de Markus Brose (2010) e Danilo Streck e Carlos Brandão (2006). Mas, logo que o grupo se constituiu, todas passaram a se referir ao coletivo como “grupo de mulheres ocupantes”, estabelecendo assim novo nome ao grupo.

Como já fora apresentado na introdução, o grupo teve três encontros efetivos, longos e intensos. Além dos encontros, muitas falas com conteúdos importantes foram feitas em conversas paralelas, visitas minhas às suas casas e encontros casuais em atividades públicas da cidade. No entanto, no capítulo dedicado às narrativas, optei por adotar apenas o que foi falado nos encontros, porque estas efetivamente eram, naquele ambiente e propósito em que foram pronunciadas, as falas do grupo e, porque apenas estas foram registradas em imagem e áudio, constituindo-se, assim, em falas documentadas.

Para desencadear o diálogo e reflexão não foram usados questionários. No início de cada encontro eram lançadas perguntas geradoras, apenas apontando o assunto previsto para ser recordado em cada encontro, conforme foi combinado no primeiro, onde cada uma recebeu uma folha com a proposta de questões/perguntas geradoras. Com isso, a intenção era favorecer a autenticidade das narrativas, segundo suas memórias das vivências, assim como suas percepções sobre suas próprias práticas.

Na posição de pesquisadora, o papel que busquei praticar foi o de facilitadora e problematizadora. No primeiro, propondo questões, buscando viabilizar ambiente e relação favoráveis para a participação. No segundo, lançando novas perguntas e ajudando a explicitar e revelar mensagens e sentidos que, em alguns momentos, se colocam de forma velada em falas repetidas, em silêncios e não ditos (onde algo parece faltar na informação ou era manifesto em um riso, uma hesitação, etc.) e falas estranhas ao contexto.

Outra contribuição teórica e metodológica importante para o processo desenvolvido e, especialmente determinante da forma como as narrativas foram organizadas e apresentadas, vem da História Oral. Trata-se de “um método de pesquisa que utiliza entrevistas e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”, conforme define Sônia Maria Freitas, em seu livro *História Oral: Potencialidades e Procedimentos* (FREITAS, 2006, p.18). Na História Oral há uma valoração diferenciada das narrativas. Estas são tomadas não só como fonte ou substrato para a pesquisa, ou ainda como recortes para corroborar em argumentos. São um texto em si, um documento com valor próprio que permite acessar os processos vividos.

Na metodologia de História Oral¹¹ não existe compromisso com pretensão alguma de exatidão, objetividade e com textos gramaticalmente corretos. No entanto, para facilitar a comunicação e evitar estranhamentos desnecessários por parte de quem lê,

11 Outras referências sobre História Oral História Oral e Narrativa: Tempo, Memória e Identidade, de Lucília de Almeida Neves Delgado, Revista Dossiê, 6, 2003, p.9-25; História Oral, Feminismo e Política, de Daphne Patai, 2010.

sobretudo se se tratar de textos acadêmicos, é perfeitamente possível empregar edição às narrativas de modo que não altere seu conteúdo, tal qual orienta **Eduardo José Manzini em *Considerações sobre a transcrição de entrevistas* (2016)**. Desse modo, na edição e trato do texto que será apresentado, optei por fazer uso de uma linguagem literária. Além disso, optei por poupar algumas expressões e sons excessivamente repetidos, tais como “né”, “tá”, “aí”, etc. Assim como algumas locuções foram conjugadas corretamente para favorecer a leitura, sem, com isso, alterar sentidos.

Com relação ao papel das narrativas na pesquisa e na dissertação, além de tudo que já foi dito referente à sua importância como registro e documento histórico com valor próprio que apresenta as vivências que são objeto deste estudo, além do valor pedagógico do processo de partilha, também cumprem o papel de apontar, a partir da escala do vivido individual, os processos coletivos e sociais em que se inserem, conforme aponta Guy Michelat:

Existe uma espécie de paradoxo no fato de se dirigir a indivíduos, em suas particularidades, através de suas vivências, de suas personalidades, para atingir-se o que é social. Com efeito, a partir dos discursos das pessoas interrogadas que exprime a relação delas com o objeto social do qual lhes pedem que fale, nosso objetivo é passar pelo que há de mais psicológico, de mais individual, de mais afetivo, para atingir o que é sociológico, o que é cultural (MICHELAT, 1980, p.196).

Assim, as narrativas que serão apresentadas a seguir têm um papel central na pesquisa que esforçou-se por se pautar por elas nas dimensões aprofundadas em análises posteriores. Desse modo, todos os capítulos posteriores se pautam por elas, buscando aprofundar as dimensões que apontam no sentido de buscar as “respostas” que instigam a investigação.

PARTE DOIS - GUAJUVIRAS, TERRA DA GENTE!



Figura 9 - Mulheres em luta. Fonte: Arquivos das Irmãs da Divina Providência núcleo Guajuviras.

“Tempo, memória, espaço e história caminham juntos”.

Lucília de Almeida N. Delgado

O GUAJUVIRAS PELA VOZ DAS MULHERES

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Iniciemos aqui um percurso por memórias de dificuldades, dores, esperanças e, sobretudo, de coragem. Nas linhas que seguem misturam-se as palavras, as memórias e as emoções que compõem a narrativa de trajetórias pessoais em busca de trabalho e moradia e que se encontram na luta da ocupação do Guajuviras. As memórias e as palavras de Aninha, Roselma, Bia, Leidi, Cida, Vera, Tania, Solange, Mardeli, Loraine e Chistiana somam-se, misturam-se e, costuradas pelas minhas poucas palavras, tecem a trama da narrativa dessa intensa luta, de modo que nem é mais possível separá-las, tornando a autoria do capítulo completamente compartilhada.

Ainda que a palavra escrita não seja capaz de guardar toda a intensidade de emoções da palavra falada, embargada ou calada e entre risos ou lágrimas, em alguma medida, buscarei registrar estas manifestações que também compõem a narrativa. As muitas reticências indicam as pausas para recordar, instantes de reflexão e silêncios. As citações entre aspas indicam diálogos por elas relatados. Entre parênteses estarão registros das emoções, alguns poucos complementos e algumas informações que, foram subtraídas ou alteradas, deixando apenas pistas de que algo importante aconteceu naquele contexto. Isso se fez necessário por motivos éticos de não exposição das mulheres, visto que todas optaram por manter suas identidades na narrativa. Em alguma medida, também a sensibilidade da leitora e do leitor favorecerá o acesso à riqueza das memórias das vivências que aqui serão narradas.

As trajetórias narradas neste capítulo são divididas em sete partes, passando pelos percursos delas e suas famílias migrando do interior em busca de trabalho, pelas dificuldades de moradia em Canoas e a decisão de ocupar, até as lutas e momentos intensos dos meses e anos seguintes à ocupação que fizeram do “Guajuviras Terra da Gente”.

AS ORIGENS E PERCURSOS

Sentadas em torno de uma mesa coberta por um lindo e colorido chitão, chazinho e alguns biscoitos, começamos o encontro de partilha da palavra, da memória, da história de cada uma que se funde na história do Guajuviras. Tania, com um misto de ansiedade e

alegria é quem inicia contando sua trajetória, seguida por Vera e Roselma:

Eu gostaria de começar a minha história com meus pais! Eles vieram de Cachoeira do Sul. Eu gostaria de fazer o trajeto que meus pais fizeram. Os meus pais saíram de Cachoeira com uma mala e as roupinhas deles dentro. Quando chegaram aqui... o meu pai veio pra cá em Canoas porque ele já tinha um emprego. Porque tinham conseguido um emprego pra ele. Por isso eles pegaram a malinha e vieram. Mas era só o emprego, porque não tinha mais nada. Aí, arrumaram uma casinha pra eles morar aqui em Canoas, na Niterói, Rua Santa Cruz esquina com a Berlim. Daí eu nasci em Canoas, no bairro Niterói. Ali passei a minha infância, minha juventude. Conheci meu marido e...

Eu nasci em Santa Maria. Meu nome é Vera Lúcia Lima Pereira. De Santa Maria vim pra Niterói, em Canoas; e, de Niterói vim pro Guajuviras. Eu vim pra cá com 10 anos. A mãe, viúva né... com 15 filhos... e aí nós viemos. Nós... a minha mãe veio pra Canoas, porque que ela vendeu a casa que tinha... porque meu pai era ferroviário. Aí ela vendeu a casa que tinha lá e pegou os filhos solteiros e as filhas e viemos pra Canoas. Aqui ela estava empregada, sabe... com pessoa doente. E aqui, ela botou todos nós empregado em casa de família, até nos casar. Aqui eu me casei e tive meus filhos em Niterói e viemos pro Guajuviras.

Ah... eu esqueci de contar que nós casamos escondido da mãe dele, eu era menor e ele era menor também (16 anos). Tem toda uma história... agora temos 43 anos de casados.

Meu nome é Roselma. Eu nasci em 64, em Santiago e vim em final de 86 pra Canoas. E aí eu fui pro bairro Estância Velha, final de 86...

Roselma é filha de Beatriz. Quando casou, Roselma mudou-se da casa da mãe, na Restinga, em Porto Alegre, para Canoas. Beatriz se emociona ao contar que mudou para perto da filha por insistência da netinha:

Lá em Santiago eu nasci, me casei, tive meus filhos. Daí depois eu vim pra Porto Alegre. Trabalhei um bom tempo em Porto Alegre. Depois, a Roselma veio morar em Canoas e a minha neta me convidou, e eu vim pra cá... Ela dizia: "aí vó, eu vou comprar uma casinha... fazer uma casinha só pra ti vir morar em Canoas". Eu não queria vir. Não gostava. Achava muito longe. Eu vinha visitar eles, mas eu achava longe... ai meu Deus que coisa longe! Eu morava na Restinga e disse: aí é muito longe!

A Maria Aparecida Flores, conhecida por Cida, conta sua história. Como Cida, também sua irmã Ana e a Leidi compartilham suas trajetórias:

Eu nasci em Camaquã, nasci no centro da cidade. Morei um tempo com meus avós. Depois de 7 anos fui morar no interior, em Arambaré. E depois casei e na década de 70 vim morar em Canoas, no bairro Fátima onde morei em casa alugada por 17 anos.

Na década de 60, apareceu lá na fazenda onde a gente morava um casal, de caminhão, procurando serviço de carga. E daí fez amizade lá com o dono da fazenda e no outro ano ele já foi pra trabalhar lá na fazenda, fazendo transporte do arroz pros engenhos. E no outro ano ele levou o irmão dele pra trabalhar com ele... que foi o meu marido. E eles eram daqui de Canoas. Daí nós casamos. Depois que nós casamos eu morei ainda 3 anos lá. Eu fui professora lá na escolinha na comunidade onde a gente morou. E daí, na década de 70, a gente veio embora. Em 1970 a gente veio embora porque não tinha mais emprego, não tinha mais condições da gente permanecer no campo porque o meu marido trabalhava de mecânico de trator, sem carteira assinada, sem nenhum direito. Eu já tinha as duas gurias, a Flávia e a Dulce. Quando elas nasceram foi de cesariana e eu tive que parcelar o pagamento do parto das duas no hospital porque não tinha direito à assistência do INSS naquela época, era só quem contribuísse. Bom... daí a gente resolveu. Já que ele tinha uma profissão, ele era técnico, ele instalava postos de gasolina...

Bom... meu nome é Ana Flores Mossatte. Eu morava em Arambaré. Ali era de Camaquã. Eu nasci em casa. Diz que era uma lua muito bonita. A Aparecida (Cida é sua irmã) lembra quando eu nasci. Diz que era uma lua assim... não sabiam quem vinha nascendo, se era eu ou a lua. Bem cheia... Fiquei lá a minha infância. Com 12 anos eu vim pra cá, em 70, com a Aparecida... é que onde ela andava eu andava atrás. Depois, em 79, meus pais vieram pra cá. Vieram morar em Canoas.

O meu nome é Leidi Rosa Toniollo da Silva. Eu sou de Itatiba do Sul. É bem perto do rio Uruguai. Eu me lembro da serração que vinha do rio... A gente morava lá e daí eu fui pra Erechim estudar, fazer o segundo grau, porque em Itatiba não tinha e eu queria estudar. Isso foi em 75. Em 83 eu fui liberada da JOC (Juventude Operária Cristã), que eu participava em Erechim, e aí eu fui liberada do Rio Grande do Sul e vim pra Canoas.

Mardeli também veio ainda bem jovem para Canoas em busca de emprego e oportunidades:

De São Gabriel eu vim pro bairro Fátima. Morei em São Gabriel até os 17 anos. Nasci em 1961. Até então eu era filhinha de papai, sustentada pelo pai. Meu pai era pintor de parede. Como no interior não tem fábrica, nada... eu resolvi que tinha que tentar. A princípio, vim só eu e meus irmãos. Tinha avós aqui. Eu escrevi pra eles e disse que "não dá pra ficar aqui porque não tem trabalho". Eu estava na metade do primeiro ano do segundo grau... Aí eu disse: "vou embora pra Canoas pra trabalhar"! Aí meu pai me deixou, né... "Então tudo bem, vai então". Aí eu vim pra cá. Em julho eu vim e em setembro meu pai e a minha mãe não aguentaram a saudade e vieram embora também. Daí eu comecei a trabalhar e fiquei no bairro Fátima... e fiquei lá até meus 25 anos, depois eu vim pro Guajuviras.

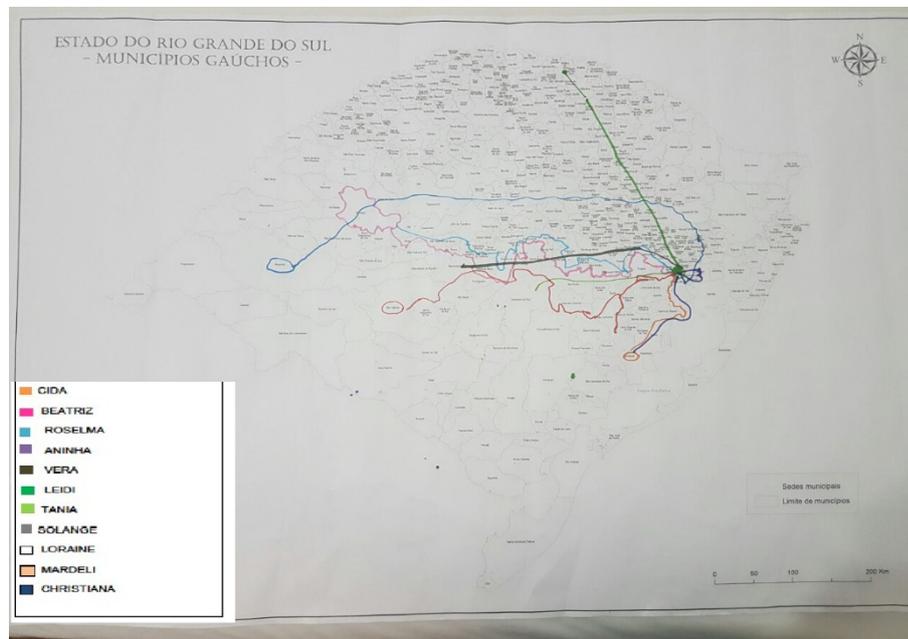
A Chistiana chegou a ter emprego onde morava, mas a empresa fechou:

Eu nasci em 54 em Alegrete. Nasci e me criei lá e fiquei até 78. Como não tinha serviço lá... a Cobal (Companhia de Alimentos Brasileiros) tinha terminado, que era o meu trabalho... aí eu tive que achar pra onde ir. Aí eu vim pra Porto Alegre. Fiquei um ano só e vim pra Canoas...

Loraine e Solange moravam em de Porto Alegre, mas apenas Loraine nasceu na capital. Solange havia saído ainda menina de sua cidade natal, Ilópolis, na serra gaúcha, para morar com uma madrinha e garantir seus estudos. À época da ocupação, Solange estava inscrita para adquirir um apartamento da COHAB no Guajuviras. Já esperava há muito tempo que sua inscrição se efetivasse na tão sonhada casa própria e aos domingos vinha passear em Canoas com seu esposo e os 4 filhos e ver o andamento das obras.

Na mesa, em volta da qual estávamos sentadas, havia um mapa do Rio Grande do Sul onde cada uma, após compartilhar sua trajetória, marcava com uma canetinha colorida o seu percurso. O resultado foi uma teia colorida de percursos, saindo de diversas regiões do estado em direção à Canoas. Até a Tânia, que foi a única do grupo que nasceu em Canoas, fez questão de registrar o percurso de seus pais.

Segundo a Leidi, esse era o perfil das pessoas que ocuparam o Guajuviras: "nós sempre fazíamos esta pesquisa e olha... tanto que o nome do prédio ali... nós botamos *Dos Imigrantes*. Porque ninguém morava aqui. Ninguém era daqui de Canoas. Todos eram de fora".



Fonte: Elaboração coletiva do Grupo de Mulheres Ocupantes sob base de mapa político do RS.

Figura 09 - Mapa Temático: os percursos de migração das mulheres.

AS CONDIÇÕES DE MORAR EM CANOAS E A DECISÃO DE OCUPAR

A Cida, que veio de Arambaré com o marido que era natural de Canoas, foi morar no bairro Fátima, em uma casa alugada, onde permaneceu por 17 anos.

Eu não conhecia aqui. Também não gosto nem de me lembrar daquele lugar lá. Tudo bem que morei 17 anos lá... mas quando eu cheguei naquela casa feia... barro por tudo ao redor... uma casa muito feia, muito suja. Eu acho que eu fiquei um mês escovando com esfregão de aço e escova. Era uma casa velha, mas a gente transformou aquela casa. A gente arrumava; a gente pintava. Meu marido viajava e eu pintava por dentro. Eu comprava caminhão de areia e botava ao redor, porque era tudo... eu pegava os pneus velho, pintava os pneus de branco, plantava flor dentro dos pneus. Sempre fui assim... essa coisa da casa ser bonita, sempre enfeitadinha né... E, enfim, ali a gente morou 17 anos. A gente veio pra cá (Guajuviras) em 87... Em 86 terminou o Plano Cruzado. Então a inflação sobe e o desemprego bate na porta dos trabalhadores, além da inflação. Em subindo a inflação, sobe os aluguéis. Ficou quase impossível as famílias, principalmente aquela que estavam desempregadas, pagar aluguel.

A Aninha, mana da Cida, tinha vindo morar em Canoas com a irmã em 1970. Em 1979, quando o restante da família veio embora, ela, que estava empregada, foi morar com seus pais para ajudar a pagar as contas. Aninha, a irmã e dois irmãos mantinham os custos da casa, já que seu pai e sua mãe, ainda que tivessem idade, não eram aposentados. Seu pai sempre trabalhou como empregado nas granjas e fazendas sem carteira assinada e a mãe era dona de casa.

Aí minha irmã alugou uma casa na Vila Fernandes. Depois pediram a casa na Vila Fernandes e a gente teve que desocupar e alugamos uma casa no bairro Fátima, de novo. Tudo alugado. Do bairro Fátima, juntamos todo o dinheirinho dos filhos que vieram e arrumaram emprego... daí, a gente juntou dinheiro dali, dinheiro de cá e construímos... fomos pra Morada do Vale (Gravataí). Construímos pra morar nos fundos da casa do meu irmão, que era casado. Na época só a Aparecida e ele que eram casados. Aí depois,

juntando graninha daqui, graninha dali, uma pagava o gás, outra comprava rancho... o pai e a mãe não tinham condições... nem aposentados eram... Aí uma fazia o rancho, um pagava água e a luz, outro comprava o gás e assim a gente vivia... Eu trabalhava em Porto Alegre e namorava o Mossatte. Em 87 a gente pensa em casar. Aí, depois, quando a gente quer casar, quer casa!

A Mardeli concorda com a Aninha. Também casou e quis uma casa pra constituir sua família:

Primeiramente eu morava com a vó. Quando meus pais vieram, nós nos mudamos pra uma casa alugada e eu que trabalhava... eu é que pagava o aluguel da casa. Até eu casar, eu é que paguei o aluguel. Com 25 anos eu casei e... foi quando em seguida a gente veio pro Guajuviras.

A Leidi também morava de aluguel e estava namorando o Acyr. Também casou e queria casa:

Quando eu vim pra cá, nós montamos um grupo de mulheres. Morava em seis no começo, depois em cinco. Moramos juntas por um bom tempo, na Niterói e depois viemos pro bairro Fátima. Depois veio essa ocupação. Antes disso, eu ia voltar pra Erechim. Aí eu encontrei o Acyr e acabamos casando e morando por aqui. Mas nesse meio tempo sempre pagando aluguel, desde que eu fui pra Erechim... vim pra cá... sempre pagando aluguel e não ia sair disso.

A Vera, a Tania, a Roselma e a Christina vinham sofrimento muito e há muitos anos, em função de suas condições de moradia. Ou falta dela... Quem começa compartilhando é a Vera:

Nós tava... bah... Deus nos livre... Deus sabe o que a gente passou. Até separação deu. Que a sogra se metia muito né... que eu sou negra e a gente dele não me aceitava. Eu sou morena e a gente dele são mais pra loiro e eu sou... e a gente dele não me aceitava, nunca me aceitava. Então, quer dizer que a gente passou uns trabalhinhos né... e aí... estamos aí. Vencemos. Graças a Deus. Hoje eu sou muito feliz no Guajuviras... Feliz! Só eu sei... eu não gosto de me lembrar. É que dói muito né! (Um silêncio se impõe e Vera não segue sua fala).

Com a Tania, a situação era bem parecida:

Quando a gente se casou, aí eu fui pra Mathias. Saí da Niterói com uma filha, de três meses pra quatro... pra Mathias. Fui lá pra Mathias. Aqui na Mathias nós fomos morar numa casa onde o meu sogro tinha duas casas no pátio e alugava. E ele cedeu uma casa pra nós morar e nós não pagávamos aluguel.

Instantes de silêncio e cabeça baixa... e a fala é retomada, com voz embargada e face molhada, Tania continua:

A gente não pagava aluguel, mas a gente se incomodou muito... porque também eles não gostavam... porque eu era negra e meu marido é claro e a família dele achavam que eram ricos. Então aqui a gente passou por muita coisa. Tinha que aguentar porque não tinha pra onde ir. Aqui eu engravidei do meu segundo filho e nós já estávamos inscritos nas casas da COHAB. Em 81 nós nos inscrevemos. E nós segurando aquela inscrição que parecia ouro pra nós.

A Roselma foi breve... e quase não conseguiu nominar o lugar onde morava:

Eu morava nos fundos da casa da minha sogra... era uma... uma... como é que a gente diz? Uma casa de galinha...

Um galinheiro, nomeiam as demais presentes.

É. Era uma peça nos fundos que botavam as galinhas e ali eu arrumei, lavei, limpei e vim morar ali. Aí deu a invasão do Guajuviras e eu não poderia...

A Christina chegou a um momento em que viu-se sem ter para onde ir. Estava sem teto... com seu esposo e três filhos pequenos.

Eu morei 7 anos na Mathias... aluguel. Nem era eu que alugava, era o meu irmão que pagava. Eu não tinha condições. Depois fui pra Niterói, morei mais 3 anos e meio. Também ele pagando. Depois venderam a casa... cada casa que eu ia vendiam. Na Mathias também tinham vendido. Vendiam e eu tinha que sair. Aí lá de Niterói, foram pra praia e quando voltaram quiseram a casa. E aí eu não tinha pra onde ir. Aí eu amontoei... uma vizinha me deu uma peça...amontoei as minhas tralhas lá... tinha filhos e marido. Éramos 5 pessoas. Aí, ia dormir na minha sogra e na minha irmã. Foi quando deu a ocupação em Alvorada. Foi meu cunhado e eu... Levei martelo, alicate, pra tentar entrar lá. Mas aí não tinha... cheguei lá não tinha... não tive coragem. Já estava tudo ocupado e eu não tive coragem de entrar pra dentro.

A OCUPAÇÃO E OS PRIMEIROS DIAS DE RESISTÊNCIA: OS RISCOS E MEDOS, A OUSADIA E A CORAGEM

Das mulheres do grupo, Vera foi a primeira a entrar na ocupação, naquela tarde de 17 de abril de 1987.

Eu entrei aqui no dia 17, no dia mesmo. E não me comuniquei com ninguém. Nós ficamos sabendo com um senhor que era guarda na frente da nossa casa, na Corsan. E ele nos disse: "ó... tá tendo uma movimentação e estão dizendo que vão invadir o Guajuviras. E vocês, como eu sei que fizeram as inscrições, vocês não vão conseguir entrara lá depois que invadir". Aí o Caio, que também era guarda na Corsan, ele disse pro meu cunhado bem assim: "Olha, se vocês não irem, vocês vão perder". O Neco (esposo) era metalúrgico... ele e o meu cunhado... os cagão disseram que não vinham. Aí eu e a minha cunhada, a Bia, trabalhava na Trenzurub. A Bia grávida com 4 meses. Eu disse assim: "é nesse que nós vamos"! Os nossos maridos deram pra trás. Eu disse (para o esposo): "se tu não me acompanhar nós vamos ficar aqui sofrendo como nós sofremos. Vamos!" Aí a Bia disse: "Vamos"! Eu disse: "tu pega o Dodo e eu pego o Marcelo", o meu guri mais velho. Aí nós viemos. Não tinha policiamento nenhum. Nós entramos. E se achar depois? Porque já era uma escuridão, uma serração. Era uma neblina que estava caindo. E sabe como nós saímos. Nós saímos só com a roupa do corpo. Eu com a minha roupa do corpo, o meu filho só com a roupinha dele do corpo, e a Bia e o menino. E mais duas vizinhas que moram ali até hoje e os esposos delas. E viemos. O meu filho ficou só com a partezinha de cima do tênis, que ele não podia mais caminhar porque perdeu a sola. E nós entramos em todas as casas lá da frente. Tudo vazias. Nós pudemos tirar carpetes ainda de dentro dos outros apartamentos porque nós não tínhamos como dormir sem cobertura. Nós só conseguimos entrar pelas janelas. Nós olhamos lá na frente e combinamos assim: não vamos ficar com as casas da frente porque se a polícia chegar eles vão tirar primeiro os daqui da frente pra depois chegar lá em nós e aí nos vamos saber como é que está... se tem negociação... Daí eu entrei naquela casa e naquela casa eu fiquei todo tempo entrando pela janela. Até o meu marido resolver entrar pro Guajuviras... Aí, quando ele resolveu, teve que entrar lá pelas fazendas... e só depois de 5 dias que ele resolveu entrar. E nós se lavava com água da valeta, e quem levou comida pra nós foram uns brigadianos. O meu vizinho que era um brigadiano. Ele ocupou também; e os outros levaram comida pra ele e levavam pra nós também. Porque 5 dias sozinhas lá... aí nós conseguimos lata e nós vínhamos pedir água numa firma de carvão que tinha. Ali nós conseguia um pouco de água, mas nós se lavava com a água de um valinho que corria

nos fundos da casa. Olha, foi feio! Nós passamos trabalho. E nós não tinha vela, nós só tinha a fogueirinha. Na beirada do cordão que nós botava a fogueirinha. O Guajuviras caiu do céu pra mim. Eu sou invasora mesmo! E se dependesse do meu marido eu não tinha vindo, estava lá até hoje. E o marido da Bia também, porque ele era funcionário da Corsan e o meu era metalúrgico e ele dizia que ia perder o serviço se invadissem. Depois é que eles vieram. Graças a Deus temos a nossa casinha. Dali eu nunca saí.

A Tania também era inscrita na COHAB e depositava imensa esperança naquela inscrição: “aquela inscrição que parecia ouro pra nós”.

Quando houve a ocupação eu estava na frente da TV no domingo de Páscoa, né. Eu olhei na TV a ocupação... teve várias ocupações na época, né. E eu olhei pro meu marido e ... “terminou nossa esperança”... eu disse pra ele. “Porque eu acho que não vai ter mais casa pra nós”. Daí ele ficou olhando e disse: “Não. Vamos esperar”. Eu disse: “Não! Não vamos esperar!” Na segunda-feira de manhã eu continuei cuidando o noticiário e ainda seguia a ocupação. Eu disse pro meu marido: “Olha, nós vamos ter que dar um jeito. Nós vamos ficar sem casa”. E ele... e ele: “ah já devem ter ocupado tudo, já nem tem onde ir”. E eu chorava, porque eu tinha minha inscrição... Digo: “Mas como? Se nós temos nossa inscrição?!” Daí na terça-feira eu só disse pra ele: “Eu tô indo. Tô me atirando pra lá!” Me arrumei... ele foi trabalhar, e eu fui pra aquela fila que tinha ali na frente... Que a COHAB estava avisando o pessoal que tinha a inscrição pra ir pras filas, pra poder pegar a senha pra poder... não foi? Foi bem assim. Fiquei três dias naquelas filas tentando chegar até a COHAB... que era muita gente. Tudo fechado já, né gurias? E o meu marido disse... eu me lembro que o meu marido disse assim... uma das últimas coisas que ele disse: “Não, não dá bola... isso aí vai sair no jornal, um edital chamando”. Aí eu disse: “Tá, tu espera teu edital que eu tô indo...” e me fui. Aí ele saiu pra trabalhar. Depois de três dias, no terceiro dia ... quando chegou a vez de pegar a senha, eles disseram: “Não, tu tem que ter teu marido, ele é que trabalha, que tem carteira assinada”. Aí eu fui num orelhão, ele trabalhava lá em Porto Alegre, e eu disse: “Olha, tu vem agora!” Ele disse: “Não, mas eu não posso”. “Tu vem sim! Que se tu não vier, tu nem chega mais perto de mim”. Não deu muito tempo, eu não sei como, ele chegou com os documentos. E era de noite já. As kombis da COHAB levavam nós lá pra baixo, setor 6. Muita gente achava que não tinha casas ainda lá pra baixo. Quando nós olhamos... o meu marido abriu a janelinha de uma casa e disse: “Mas é pequena.” Eu digo: “Que pequena nada! Entra. Entra numa vez e abre aquela porta pra mim entrar”. E tinha dois brigadianos que estavam ocupando aquela casa. E a COHAB disse bem assim: “Olha... agora não é mais com nós. Se a casa estiver ocupada, vocês vão ter que achar outra”. E eu dizia: “Nossa... ai... que não tenha ninguém!” Chegamos lá...os dois brigadianos já tinham desistido, por isso que a janela já estava aberta. E eu disse pra ele (marido): “Entra aí pra dentro de uma vez e abre aquela porta!” Era com aquelas coisinhas por dentro né (fechadura)... “que eu quero ver a minha casa.” Tudo forradinho, com carpete... tudo limpinho (um choro emocionado interrompe o relato...). Eu disse pra ele: “E agora tu vai pra casa, me traz um colchonete, me traz o liquinho que eu vou ficar aqui”. Ele disse: “Tu vai ficar sozinha?” Eu disse: “Eu não tô sozinha, tem esse pessoal aqui tudo em volta. Eu vou ficar aqui. Não viu o homem dizer que se a gente sair perde. Eu vou ficar”. E ele disse: “Tá, mas aí eu vou pra casa. Vou buscar alguma coisa pra ti e ... o que eu trago?” Eu disse: “Ah.. me traz um colchonete que eu já me viro”. Era ruim... tinha que descer (do ônibus) aqui em cima (Boqueirão) e ir à pé até aqui (setor 6)... e ele, não sei porque... me trouxe um colchonete e um espeto. E trouxe um pacote de vela. A vela teve um valor assim... a gente ascendia a vela e colocava na janela, pra dizer que já tinha gente. Era dia e noite, gente passando na rua... a gente escutava as vozes. Além das pessoas procurando casa... a gente tinha medo. Também tinha na rua os cavalos. Os brigadianos fazendo a ronda. Aquilo não tinha horário. E eu, quando cheguei lá, tinha vizinhos que já estavam há uma semana...e sem tomar banho. Eu cheguei lá e vi... aqueles cabelos tudo em pé... parecia um bando de gente dos primitivos, sabe? E o meu marido: “Tu tem certeza que tu vai ficar aí”? Eu toda arrumadinha. Tinha feito unhas naquela semana. Eu com a bolsa grudada no corpo... mas disse: “Vou. Vou ficar”. Aí as pessoas começaram a se chegar, porque eles queriam saber notícias aqui de cima. Queriam saber o que estava se passando pra cá. Ele tinha que trabalhar e ver as crianças... conseguir alguém pra cuidar...foi tudo assim, rápido.

Eu fui ver ele uma semana depois. Eu dependia dos outros homens pra me cuidar... os homens iam trabalhar durante o dia e aí era só mulher. Tinha um que cuidava toda a quadra. Tinha que eleger um líder, né... e os homens passavam na quadra cuidando as mulheres, os que podiam ir, né. Fiquei 30 dias sozinha. Só saí no dia das mães... que a minha mãe ficou com os meus filhos pra eu poder vir...

Eu tenho vergonha de falar... Olha, vocês não tem noção do que a gente passou (antes da ocupação). Eu me agarrei aqui... eu entrei num desespero quando eu vi que o pessoal estava entrando. Eu disse: "Nossa, eu vou ficar sem a minha casa". Quando eu falei que eu ia vir, eu me atirei mesmo. Eu terminei... Sabe, assim... era um inferno. Eu terminei com o inferno! Isso tudo que eu passei aqui, pra mim, foi uma felicidade. Eu sabia que eu dormia ali sozinha, com esse medo, assim... Então, eu tenho orgulho de morar aqui. Amo! Assim... a minha paixão aqui!

A Roselma foi outra que tomou a decisão e ocupou, contrariando o marido:

Disseram: "ah... tem um apartamento que tá fechado, mas tem coisa lá dentro". Aí o meu marido, na época disse: "Mas é bem capaz que eu vou entrar se tem coisa..." Eu disse: "Mas eu entro e eu vou a luta." Aí vim. Nós passamos lá por baixo, acho que era pela Esperança (rua), com as crianças, lá pelo fundo, era cheio de fazendas... a gente caminhou, caminhou... era longe, longe. E fui. Cheguei lá e fiquei no apartamento. Dali uns 10 dias apareceu um senhor lá, e eu não estava... que eu ia lá embaixo com as mulheres buscar água. Era lá embaixo, onde é a São José agora. E aí eu cheguei em casa e o meu ex-marido (conversando com um senhor), assim: "Tá, mas o senhor tem que me dar uns 3 dias pra gente sair daqui com as crianças". E eu disse: "O quê? Sair da onde? Aí o senhor disse: "Esse apartamento é meu". Eu disse: "Não. Não é seu. O que é seu é isso aqui que tá nessa sacola. É um bujão de gás e essas coisas que eu nem sei o que é. Isso aqui é seu. Aqui não é seu. É meu!" Aí ele disse: "ah, mas a senhora vai brigar comigo?" Eu disse: "Vou! Se for necessário eu brigo. Senão o senhor pega as suas coisinhas e tchau da minha casa. Essa casa é minha. Esse apartamento é meu!" Aí o homem disse: "ah... eu vou tá brigando... então a senhora me dá um dinheiro". Eu disse: "Não. Não dou dinheiro nenhum. O senhor pega as suas coisinhas e tchau". E aí ele pegou as coisas e foi embora. Era de propósito. Já deixavam as coisas pra ir lá e te pegar dinheiro. Algumas pessoas faziam isso. Muitos em desespero pra arrumar uma casinha até pagavam. E ali a gente já começou na luta, no prédio... pra buscar água aqui em cima... e aí foi as lutas.

A Christiana, que tinha inscrição da COHAB e estava sem ter onde morar, também viu na ocupação a sua única alternativa naquele momento:

Quando deu a ocupação eu vim, fiquei a noite inteira ali na frente até entrar. Entrei correndo, achando que... primeira tentativa eu passei, mas a polícia me deu volta, me fez dar a volta. Depois na próxima eu fui a primeira ... era uma fila assim... "aí quem é que vai primeiro? Quem é que vai primeiro?" Então eu vou! Atravessei a Boqueirão e corri, corri, corri... corria não sabia pra onde. Corria! Quando eu me dei conta eu estava lá no setor 1, por lá.

A Solange também tinha a inscrição na COHAB e esperava ansiosamente pelo seu apartamento. Quando aconteceu a ocupação, ela teve que escolher entre seu emprego, como técnica de enfermagem, ou sua casa:

Eu, na verdade... a gente tinha feito a inscrição há muito tempo atrás, pra morar aqui, porque meus sogros moravam aqui na Estancia Velha. E nunca ficava pronto. Quando a gente vinha nos domingos, pra passar junto com a família, a gente vinha até a Boqueirão pra dar uma olhadinha pra ver como é que estava... quando vai sair. E a expectativa era muito grande. Nessa época, eu morava em Porto Alegre. Nós trabalhávamos em Porto Alegre. E, no domingo da Páscoa, quando houve a invasão, o meu sogro foi lá nos buscar. Aí eu disse, mas como que nós vamos? Nós tínhamos 4 crianças pequenas e...

como é que... ah, vamos levar as crianças. “Tá todo mundo entrando e vocês vão ficar sem casa”(disse o sogro). Ai meu Deus do céu... mas amanhã eu tô escalada as 7 horas da manhã pra uma cirurgia, como é que vou fazer? Aí ele disse: “Dá um jeito. Tu escolhe. Ou é a tua casa ou é o teu serviço.”

Nós chegamos aqui no início da noite. Viemos de ônibus. E os guardas ficaram me olhando...só que eu não vi... atrás de mim tinha um bando de crianças. E eu e os meus 4... O guarda me perguntou: “Isso tudo é teu?” Eu disse que sim. E ele disse: “Passa, passa, passa...” e quando eu olhei atrás de mim tinha um bando... não sei de quem eram aquelas crianças. Eles ficaram ali no setor 4 A e eu vim mais... porque eles tinham saído pra comprar coisas pra comer. As crianças saíam pra comprar.

A Loraine era adolescente quando veio. Não entendia bem o que era aquele lugar onde sua mãe foi parar... mas logo fez grandes descobertas no Guajuviras. Lições que marcaram sua vida:

Que eu lembro a mãe era bastante aventureira, assim, então ela tinha uma amiga lá na COHAB da Vila Nova e essa Vilma tinha um cadastro aqui. Só que, quando a gente ficou sabendo do Guajuviras, que a mãe comentou... a gente achava que o Guajuviras era em Pelotas... e o meu pai e a mãe eram separados. E a mãe disse: “Ó, eu vou pro Guajuviras, com a Vilma, por causa do apartamento dela, que entraram lá”. E a gente tinha que ficar escondendo essas coisas do pai... e eu não sabia o que era direito. E o pai, 3 dias posterior à mãe ter sumido, né... e a gente não sabia de nada... a minha irmã ficou doente e eu tive que levar ela lá pra Vila Nova e o meu pai desesperado atrás da minha mãe. “Onde é que ela tá”? Aí eu tive que dizer... ela foi pra Pelotas... eu achava que o Guajuviras ficava em Pelotas. Aí, até depois a gente ver no noticiário que não... o Guajuviras ficava em Canoas. Mas lá eu sabia onde era Canoas, eu morava em Ipanema (Porto Alegre). Aí o meu pai, bem desesperado... e eu sustentava que ela tava em Pelotas. Depois de uma semana a mãe apareceu em casa, que foi no dia 27 de abril... Foi em casa pra avisar pra nós onde é que era e o que estava acontecendo. Aí foi toda suja, toda rasgada... ela tava virada num caco. Aí a mãe disse assim: “olha, eu entrei num apartamento, do lado da Vilma, porque nós ocupamos”. Mas eu não entendia o que era ocupar. Como assim ocupado? “É... não tem água e não tem luz e eu tô voltando pra lá agora”. Tá, mas e aí.. “o que a gente vai contar pro pai?” Ela disse: “Ah não sei. Vocês se virem com o pai de vocês. Só que não pode dizer onde é”. Como a gente tinha dito que era Pelotas, a gente continuou mantendo que a mãe tinha ido pra Pelotas ... até então, pro pai não achar a mãe. Aí a mãe conseguiu com um tal de Carneiro, que ele deu a chave pra ela, ela não precisou arrombar. Ele botou ela ali na frente do CAIC num prédio, que ali selecionaram... colocaram as mães com filhos; solteiras, né... a maioria eram mães chefes de família, que era o caso da mãe. Acho que o seu Paulo, que ajudava ali, que cuidava das mulheres... eles faziam turno, né... pros homens não entrar porque aquele prédio ali era o que tinha mais mulheres e crianças. Daí nós ficamos mais 4 dias sem notícias da mãe. Mas a mãe tomava insulina, que ela tinha diabetes... Ela teve que ir pra casa por causa da insulina. Aí ela conseguiu uma autorização, por ser diabética, que eu poderia entrar. Aí eu estudava lá no Três de Outubro (escola), que fica na Tristeza, né... E eu pegava e enrolava o pai, que eu estava na escola e vinha pra cá, pra trazer insulina pra mãe e comida, água... Com 14 anos. Até um dia que eu fiquei bastante chateada e foi onde me deu uma crise, que o cara virou a vianda que eu tinha feito pra mãe. Eu tinha feito a comida, imagina? De lá de Ipanema pra vir até aqui... A gente botava o prato, as coisas assim... pra mãe. E ele virou e botou fora. Aí eu tive uma crise lá. Acho que eu me botei nele, alguma coisa assim. Foi onde a minha mãe teve conhecimento que eu estava fazendo briga no portão com o guarda... e ela saiu correndo. Mas não foi só ela, né? Foi ela e um bando de gente pra me salvar porque... Eu não sei... Não me lembro muito bem, mas acho que eu entrei em surto pela grosseria do guarda de ter jogado a comida que eu tinha preparado pra minha mãe doente, né... Porque pra eles a minha mãe era saudável, mas pra mim ela era doente ... Então, aquilo ali pra mim me incomodou muito. E aí, quando eu consegui... Não sei porque cargas d'água, depois dessa situação, um oficial, um superior deles lá, permitiu a minha entrada. Aí foi a perdição deles, porque daí

eu comecei a trazer, como todo mundo... Mas eu trazia de Ipanema... roupa de cama; trouxe cadeira pra minha mãe sentar; trouxe colchão enrolado nos fios... no trem. Eu trouxe tudo isso pra mãe poder não dormir no chão. E eu conseguia entrar. Aí a mãe, depois conseguiu ir lá e trazer as minhas duas irmãs. Eu não tenho noção de tempo, mas não deve ser muito, porque o meu pai vivia perseguindo a minha mãe, então não deve ter sido muito... Essa noção de tempo eu não tinha... era muito agitado pra nós... Quando eu entrei aqui, nossa, fiquei apavorada. Eu achei... nem sei o que eu achei. Eu achei que a minha mãe estava presa. A primeira impressão que eu tinha quando eu vi lá de fora é que a minha mãe estava presa, eu não tinha conseguido entender o que a mãe estava fazendo aqui. Até que alguém me explicasse aquilo eu sentia que a minha mãe estava presa e eu estava trazendo as coisas aqui pra ela. Até eu entender, né... Aí o que aconteceu, essa Vilma tinha um filho que era da Base Aérea, e ele trazia comida pra ela... Quando eu consegui trazer um fogão, as coisinhas, assim... pra mãe aquecer e tomar um café, porque ela era diabética, aí ele trazia escondido baldes de comida, porque ele era cozinheiro. E a mãe fazia... misturava, assim... e servia pra todo mundo. Então, foi o primeiro apartamento que servia, e servia pra todos! Só que a gente não podia contar a origem da comida. Ela dava uma modificada, porque... estrogonofe... era uma coisa muito chique... e tinha que dar uma disfarçada pra esconder de onde vinha. Como aqui só se comia arroz com linguiça, né... Essas coisas assim, muito forte, a mãe não podia ter o hábito de comer todo dia. A mãe tinha que comer verdura... ela tinha que comer por causa da doença dela. E assim foi... Com essa permissão eu conseguia entrar... Porque a insulina dela... eu fazia isso diariamente. Eu vinha de Ipanema diariamente. Então eu vinha... eu saía de Ipanema de manhã com a comida da mãe, trazia a insulina e no final da tarde eu voltava porque eu estudava a noite no colégio. Aí eu passava no colégio, pra dizer um oi... eu acho... Pra não ter falta e não chamarem o meu pai... Voltava pra Ipanema pra gelar a insulina da minha mãe, pra trazer no outro dia, que a mãe tinha uma dose diária de insulina. Isso aí eu fiz também não sei dizer quanto tempo... Porque... criança e adolescente não tem muita noção de tempo. Até a gente conseguir vir. O que eu sei é que a gente ficou no mesmo apartamento 6 meses sem luz. Porque, a gente tinha problemas com os cabos. Nós não tínhamos os cabos e os cabos eram caros e ali, como a maioria das mães, das mulheres... eram chefes de família, não tinham marido, então... tinha uma dificuldade a mais pra ter o dinheiro.

AS TÁTICAS E ASTÚCIAS DOS PRIMEIROS TEMPOS

Neste momento, as narrativas pessoais, tão singulares e similares, ao mesmo tempo, vão se tornando narrativa coletiva. As falas se sobrepõem, as frases são iniciadas por uma e concluída pela outra, de modo que, em muitos momentos não é possível identificar a autoria das falas.

Dona Tania é quem começa a contar seus primeiros dias:

Dormia bem em frente da porta e acordava por qualquer barulho. As vezes, sonhava que a vela tinha apagado... Aí eu disse pro meu marido: "Quem sabe tu trás uma vela de 7 dias?" Mas a desgranida apagava também. E ela não dura os 7 dias. Isso eu descobri... ela não dura. Fiquei comendo banana e pão... aí, quando aparecia uma kombezinha... uma kombezinha que foi a primeira a entrar, vocês se lembram? Vendia linguiça. Aí a gente fazia arroz com linguiça... e era solidário! Tinha muita solidariedade. Não tinha cerca, não tinha muro, não tinha essas coisas... Ninguém podia dizer que era melhor. Todos tinham a mesma coisa. Quando alguém conseguia alguma coisinha, repartia. Dois homens que trabalhavam fora vinham todos os dias por dentro das fazendas e roubavam aipim... Sem água, sem faca...

Quando alguém precisava sair para reunião ou alguma outra situação, no prédio da Roselma, todos ficavam atentos: "lá embaixo, eu lembro, que a gente fez tipo um sino,

mas era uma lata. Aí qualquer coisa a gente corria lá e batia o sino”, assim alertavam a vizinhança. A Tania também conta como faziam para alertar sobre alguma situação ou presença estranha:

Na minha quadra era um apito. Como corriam boatos que estavam estuprando as mulheres lá de cima... então os homens ficavam cuidando. Qualquer estranho que passasse na rua... porque a gente se conhecia, sabia quem morava ali... eles botavam à correr. Diziam que até a política estava estuprando as mulheres. Eu acredito que eram boatos pra gente sair. Mas... lá embaixo a gente ouvia muito isso. É que queriam que o pessoal saísse das casas. E muitas pessoas desistiram. Eu acredito que era uma estratégia... é porque tinha muitas casas com mulheres sozinhas. Era uma estratégia. O prefeito da época não queria saber da ocupação.

Solange relata comentários feitos pelo prefeito: “o Lagranha chamava nós de sarna. Dizia que nós era sarna. Que devia morar tudo embaixo do viaduto.” A Bia complementa: “Ele dizia que nós tínhamos que tomar água da chuva e se quisesse luz que esperasse o sol”.

Apesar de ter todas as instalações feitas, a água e a luz não eram ligadas como forma de pressão. Mas dava-se um jeito:

A gente ia buscar água ali na bica, fazia fila. Ali na Corsan tinha uma bica. O pessoal ia de balde buscar água. Como nós morávamos perto, aqui, nós íamos de balde. A bica era em baixo da caixa da Corsan. Enquanto uns iam buscar de balde, tinha gente que ia de caminhonete com toneis e daí dava briga, porque tinha que ficar um tempão pra encher...

Era assim que a Leidi e as outras que moravam próximas à caixa da Corsan faziam. A Vera conseguiu umas latas nos primeiros dias da ocupação e ia buscar água em uma firma de carvão que ficava na Avenida Boqueirão. A Tânia, que conseguiu sua casa no setor 6, um pouco distante da Corsan, nos conta:

Nós tomava água das vertentes. Só bem tarde da noite que eles ligavam um pouquinho a água. Bem tarde da noite... e tinha que esperar pra juntar um pouco d'água. Mas lavar roupa, vaso... nós tínhamos muitos valos.

Tinha as instalações, tinha tudo. Mas eles não ligavam que era pra pressionar pra sair.

A Solange relata a condição da água:

Um dia eu fiquei sem água... eu tinha as crianças. Eu fui ali no guarda da Corsan e disse: “Libera água pra nós, eu tenho as crianças...” E ele disse: “Não vou liberar!” Aí eu disse: “Tomara que um dia tu morra de sede... tu tá negando água pras crianças”. Depois a gente vinha buscar água numas caixas de uns prédios... de noite. E a gente não via nada. Mas no outro dia a gente via... era cheio de larvas de mosquito. Aí a gente fervia e tomava tudo... ninguém morreu. Foi um período de luta, de coragem, porque se a gente não fosse corajoso... nós... Olha, desistia. Desistia!

Mas, conforme alguém confessou...

Nós também tínhamos nossas estratégias com eles... Porque eles não liberavam água pra nós... Tinha uma mulher que vinha ali... tinha um cara que cuidava da Corsan. Ela vinha pra lá, conquistar e namorar o cara e quando ela estava lá com ele, ele liberava a água. Ela era solteira mesmo... Era onde a gente conseguia água... Então, a gente já sabia... bom, tem água... a ‘fulana’ tá lá.

Como conta Tania,

Nós se organizava assim... ó... horário de pegar água. Não era tudo assim “à la vonte”. Tinha horariozinho ali, pra dar pra todo mundo. Nós se organizava pra lavar roupa, qual o valo que podia lavar roupa, onde que podei pegar água só pra beber.” E eram nestes encontros que a gente conversava, trocava informações e decidia o que fazer para resolver os problemas. Então, começaram as caminhadas e a bateção de painelas pra fazer pressão pela ligação da água e da luz.

Conforme Roselma:

Tinha, tipo, dois movimentos, as lá de baixo e as daqui e de cima e aí a gente fazia as lutas tudo assim, a gente vinha lá de baixo de painela e as outras daqui... era até a bica d'água, o local de encontro... Era na Corsan, na bica d'água”.

Nesse momento a Leidi deixa claro que eram as mulheres que ficavam na ocupação e faziam as lutas:

No começo era assim, se os dois trabalhassem, então quem ficaria... perderia o emprego. Sempre era a mulher! Então a mulher ficou aqui. Por isso que foi... Então, o marido, ele tinha que trabalhar. As lutas, as caminhadas quem faziam eram as mulheres.

Aninha e Tania complementam:

Nós batia painela. Nós ía pra rua em questão disso, de reivindicar a água, reivindicar a luz, transporte... Teve uma época que o prefeito Lagranha dizia: “ah.. se o Guajuviras quer água, espera chover”. Então... a gente se organizava pra poder buscar... Eles queriam tirar a gente daqui... “Vamos ver até quando essa gente vai aguentar.” Teve uma vez que nós saímos daqui e fomos pela Boqueirão, batendo... lá na Corsan (cerca de 8 km).

Mas quando ligaram a água, a Loraine, sua mãe e as mulheres do prédio se depararam com outro problema. No caso delas, a instalação não estava completa. Então... como fazer para comprar canos e fazer a instalação? A menina Loraine, que estava completando seus 15 nos, deu um jeito:

Eu ia fazer 15 anos. Eu pedi pro meu pai que eu queria fazer uma festa e pedi o dinheiro e usei o dinheiro pra comprar os canos d'água.... Que nós emendamos ali e levamos lá pro prédio. A gente só ajudou, porque o dinheiro não era muito... E a gente teve água no 1º(andar), embaixo do prédio, né... Então a gente tava chique. Porque daí a água desceu até nós. Porque era difícil pra nós subir (a ladeira) pra buscar água, que era bem ruim... Que a gente não tinha homem, não tinha pai, não tinha irmão...

Depois de muitas caminhadas batendo painelas, no Guajuviras e no centro de Canoas, na frente da prefeitura, depois de muitas reuniões de negociação e pressão, a prefeitura e a COHAB decidiram que ligariam a água e a luz. Alegria geral! Porém... todas as casas e apartamentos precisariam estar identificados com endereço... Claro, comentam elas: “Como é que iriam mandar a conta?” Mas criatividade e determinação não faltavam, então.... Dava-se um jeito, como o de Tania e suas vizinhas:

O dia que foi decidido que eram pra eles ligarem a luz, lá pra nós foi assim... vinha aquele boato: “ Ó ...vão ligar a luz. Só que só vão ligar pra quem tiver identificação nas caixas de luz. Senão a CEE não vai ligar”. E nós ficamos num desespero... E agora? Um dia meu marido tinha trazido uma lata de tinta creme... aí eu disse: “O gurias, eu tenho tinta aqui”. Cada uma pegou um pouquinho de tinta e saímos marcando as caixas com o dedo... Foi aquela correria... a gente botava nas caixas de luz o setor, a quadra e o número da

casa pra eles mandar a conta depois... Pra eles não dizer que não tinha identificação. Mas foi aquela correria. A gente lá com o dedo... Até agora, a minha ainda é velhinha e ainda tem a marcação. Eles arrumavam empecilhos e nós dava um jeito, porque senão eles iam dizer que a gente não se interessava... Ligaram a luz!

A Aninha até que curtiu sua lua-de-mel sem água e sem luz: “Nós tinha recém casado... tomava banho à luz de vela, de canequinha... um dando banho no outro... pra recém casado era tudo de bom!”. Mas ela também festejou a chegada da luz: “Que alegria quando acendia uma luz lá num prédio... a gente gritava “ê ê ê...”. Depois na outra quadra até que chegava na nossa e era uma gritaria de alegria...

Com feição reflexiva e de voz serena, Loraine diz:

Agora... eu já digo na questão da água e da luz... A água a gente festejou muito, mas a luz eu não festejei não. Porque a luz... pra mim, ela modificou a realidade do nosso prédio. Então, quando veio a luz as pessoas... elas se isolaram. Então pra mim era muito bonito porque quando eu morava lá, numa área de pessoas de classe melhor... pra mim aquele mundo de união ali era muito bonito. Então, eu... ainda mais pra mim adolescente, era muito bonito. Ah...o Guajuviras pra mim era um sonho, era quase um conto de fadas... Ah todo mundo junto, todo mundo jantava junto, todo mundo fazia tudo junto. Era maravilhoso e quando veio a luz, aí eu fiquei frustrada. Porque aí não tinha mais aquela coisa de todo mundo ficar junto de noite e eu fiquei frustrada. Aí cada um já tinha seu espaço e fecharam suas portas. Aí as portas se fecharam, porque quando não tinha luz, as portas eram abertas. Se dormia com as portas abertas porque ... o Paulo que era chefe das vigias, a mãe também fazia, eu também fazia, nas fogueirinhas ... mas aí quando veio a luz aquilo ali acabou e eu fiquei um pouco frustrada. Eu senti um pouco de frustração; não tanta alegria. Eu fique um pouco mais frustrada. Digo... tá, mas era tão legal e agora o pessoal meio que... eu tinha uma visão mais de adolescente, né.

A ORGANIZAÇÃO: A REPRESENTAÇÃO POR QUADRA, AS ASSEMBLEIAS E A COMISSÃO DE MORADORES

Tania relata como se dava a organização:

Aí tinha a comissão. Era um representante por cada quadra, um representante por setor e assim que formava a comissão. E pra chamar a assembleia... tipo, quem coordenava a minha quadra, aquele responsável chamava o pessoal da minha quadra pra ir naquele dia: “Ó, amanhã vai ter bateção de panela. Então nos encontramos todos em tal lugar”. Era assim que a gente se organizava. Não tinha telefone.

Cida complementa:

A gente ia lá pro setor 5, setor 6 e a gente fazia assembleia com um liquinho no meio da rua e o megafone, chamando o pessoal pra conversar... As assembleias que o sindicato emprestava carro de som pra gente chamar as pessoas... As assembleias por setores, os 7 setores do Guajuviras, que tem o setor 4 B (são 6 setores, no entanto tem o setor 4 A e 4 B), pra tirar os representantes dos setores... Foi isso. Eu vivia 24 horas a ocupação.

A Cida fazia parte da comissão de moradores desde o início da ocupação. Conforme a aviação da Aninha:

A Aparecida teve um papel fundamental na ocupação. Os homens todos respeitavam ela. Até os da COHAB tinham medo... assim... mas só por ser firme. De conversar, de

não fazer nada, nada sem o povo saber o que estavam fazendo. Acho que isso foi muito legal. Criou líderes... Os líderes de quadra e a comissão não faziam nada, nada sem fazer assembleia e chamar o povo, sem explicar tudo. É um método muito legal. E as reuniões...

Tania complementa:

Aí tinha as assembleias, eram de noite, muitas mulher subiam isso aqui que era uma escuridão. Aí eles levavam a notícia pra... tipo lá na minha quadra eles chegavam e diziam: “ó, tá acontecendo isso, isso e isso. Não é pra assinar nada... vamos esperar o pessoal.” Assim que era feito. E também era ruim de sair de dentro das casas. Se nós abandonasse alguém entrava. A gente estava sujeito... e não podia nem fazer nada, né? Então tinha que ter sempre alguém cuidando pra ninguém ocupar tua casa. Pra reunião (de representantes de quadra) só ia como ela falou (os e as representantes), os outros ficavam responsáveis por cuidar as casas. Todo mundo cuidava um a casa do outro.

Além da Cida, a Solange e a Loraine também participavam da comissão de moradores. Segundo elas, a Loraine era a única jovenzinha na Comissão. E discutindo! Ela levantava e: “Eu acho que não é por aí...”. Sempre com opinião.

Haviam representantes de quadras e de setores, assembleias, reuniões de representantes e comissão de negociação. Segundo Solange, “foram reuniões intermináveis”. A Cida ressalta em sua fala a existência de um método de organização e atribui a este as vitórias do povo ocupante: “Foi um método, uma metodologia muito rica, muito pensada, muito participativa. Sabe, e isso foi o êxito da nossa vitória aqui. Foi o método da nossa organização, a assessoria das pessoas que tinham garantido esse método junto com a gente”.

Alguns padres e religiosas atuantes nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica – CEB’s – e dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos foram fundamentais no suporte e assessoramento ao processo de organização e resistência. No que refere ao método de organização, a principal referencia e suporte foi a forma como as CEB’s se organizavam, naquele tempo.

AS REUNIÕES E NEGOCIAÇÕES COM A COHAB

Depois de muitas reuniões nas quadras, do coletivo de representantes e assembleias, a comissão de moradores tinha a tarefa de negociar com os órgãos públicos as demandas da ocupação. Com a COHAB, o principal tema era pactuar um contrato de venda com valores que fossem viáveis para as famílias ocupantes. Essa negociação se estendeu até 1989. Dois 2 anos depois da ocupação. A Cida, que era uma das membras da comissão conta:

Nós revolucionamos o sistema financeiro. Nós conseguimos que os desempregados fizessem contrato, que os aposentados fizessem contrato... que naquela época quem eram aposentados do FUNRURAL e ganhavam meio salário mínimo. Não tinha renda mínima. Então, todas essas questões, elas foram discutidas nas assembleias por setores. A proposta que nós ia levar pra COHAB... Nós fizemos 7 assembleias. Nós apresentamos pra COHAB e a COHAB não aceitou no primeiro momento, fechou negociação, nós

resistimos e aí... foram dois anos. Nós assinamos os contratos em 89. E quando a COHAB começou a pressionar os moradores pra assinar os contratos pela proposta deles, nós tiramos de fazer uma ação...

(E, eis que pega fogo o escritório da COHAB no bairro e queima todos os contratos que as pessoas tinham assinado sob pressão...). E segue a Cida:

Nesse dia veio um companheiro que tomou um trago... foi lá ver (o que havia acontecido no escritório)... bêbado... e a polícia veio... quase mataram ele a pau e prenderem ele por uns dias.

O GUAJUVIRAS DURANTE O PROCESSO DE GREVE GERAL DE 1989

No ano da ocupação as caminhadas, panelaços, lutas e negociações reivindicavam a água, a luz, o ônibus e outras condições mais básicas. Nos anos seguintes, a luta seguiu pelo reconhecimento da posse na forma de contrato justo. Mas não parou por aí. As lutas seguiram com o envolvimento com as greves gerais da classe trabalhadora do ano de 1989. Segundo a Aninha, foram anos intensos:

Depois começa uma outra parte do Guajuviras que a gente nunca esquece... a gente era considerada guerrilheira. Eu usava uma boina com o emblema sandinista, o símbolo da Força de Libertação Nacional Sandinista. Os milicos ficavam doidos com aquilo... E aí, no outro ano tinha uma greve geral e aqui a gente fechava o Guajuviras e não deixava ninguém passar. E a gente fazia coisas fortes... nem dá pra contar. Eu e a Mardeli, a gente estava grávida e aí... lá em casa, a gente fazia (alguns materiais de apoio)... pra parar os ônibus. Os guris corriam pro mato, na Comtel... os guris não dormiam... a gente avisava pras pessoas que não entrassem no bloqueio porque ia dar problema. E aí um cara passou por mim e disse “nós tamos no teu bico. Tamo de olho em ti.. no teu bico”. E eu andando sozinha na rua assim... eu me virei e disse que ele é que se cuidasse porque tem muita gente no bico dele aqui dentro. E eu com aquela boina...eu achava que era... É uma história de conquista, uma história bonita. Nas fotos da época aparece que a maioria são mulheres. Na época, eu estava com 5 meses, a gente estava todos reunidos lá na frente na greve geral e um brigadiano deu um tiro pro alto. Quanto ele atira pra cima, o povo já revoltado, eu grito: “pega ele”! E o povo se foi pra cima dele e eu tirando foto... E um por cima pegou uma pedra e deu na cabeça do brigadiano e ele caiu... até hoje não sei no que deu...

Conforme a Cida, nesta ocasião a confusão foi grande:

Eu tinha ido em casa ver as crianças e quando eu estava subindo, vinha a polícia de choque... alguém disse: “Mataram um brigadiano”. E a polícia de choque dando lhe pau em todo mundo e as pessoas correndo pra dentro dos apartamentos pra se esconder. Na greve geral a gente não deixava ninguém sair pra trabalhar. Por isso que a polícia queria nos pegar...

Enfim... tantas memórias intensas que certamente não cabem nas linhas aqui percorridas. Apenas as espiamos. Para cada uma das ocupantes que aqui narram suas vivências, o Guajuviras e a história de sua conquista significa muito: “Eu amo o Guajuviras. Eu amo isso aqui. Amo! Porque aqui eu reconstruí a minha vida. Eu consegui criar meus filhos, são tudo bem criado. Eu renasci aqui dentro. Eu sou muito grata”, diz Tania, com emoção.

A Loraine, que chegou na ocupação aos 14 anos, fala:

Eu sou muito feliz... eu sou muito feliz por ter conhecido o Guajuviras. E esse momento pra mim... foi uma escola pra mim. Eu acho que eu não seria a pessoa que eu sou se não tivesse o Guajuviras. Eu acho que ia ser uma pessoa muito xarope. Eu não ia gostar de mim não, se eu não tivesse tido esse aprendizado. Eu fui criada no Guajuviras. Eu fui cria... Tudo eu aprendi aqui. Eu aprendi a ser solidária. Aprendi a valorizar as pequenas coisas porque... não era a realidade que eu vivia. Eu vivia numa outra realidade social. Aprendi a dividir, a saber que tinham outras pessoas que não tinham tantas condições quanto a gente. Então... bah, nossa... eu agradeço o Guajuviras a minha formação. Na realidade, a minha formação é o Guajuviras. Hoje se eu sou melhorzinha eu tenho que agradecer o Guajuviras e todas as mães que eu tive. Porque aonde eu ia eu tinha uma mãe. Eu tinha uma mãe Ana, uma mãe Cida, um monte de mães. Todos me cuidavam. Na casa aonde eu chegava pra levar o informativo, eles eram preocupados comigo, me levavam até um pedaço pra mim não me perder.

E assim se fizeram algumas das múltiplas lutas e tramas que fizeram do “GUAJUVIRAS TERRA DA GENTE!

TRANSITANDO ENTRE ESCALAS: O GUAJUVIRAS NO QUADRO GERAL DA URBANIZAÇÃO DE CANOAS, BRASIL E AMÉRICA LATINA

“As vezes a gente passava nos domingos aqui e eu dizia que eu ainda ia morar numa casinha branca de janela azul”.

Cida

As trajetórias pessoais das mulheres portadoras das narrativas que são o conteúdo, “a vida vivida” desta pesquisa são trajetórias individuais, mas também são paralelas; são particulares e também profundamente similares. São trajetórias que se encontram e se fundem nas lutas por moradia da ocupação Guajuviras. São intensas e significativas em si mesmas. Certamente oferecem infinitos elementos de análise e dariam conta do que se propõe este estudo. No entanto, como é concebida esta pesquisa enquanto método, tais narrativas convidam e provocam para alçar outras escalas de tempos e espaços capazes de oferecer elementos que contextualizem tais trajetórias em um “quadro único onde a história se dá” (SANTOS, 2012, p.63). Assim, buscar compreender os fenômenos e eventos estudados na perspectiva que aponta para “sua totalidade, entendendo sua origem, seu desenvolvimento, suas contradições e seus impactos” (CAMPOS, 2011, p.25). Ou ainda, como dito por Julia Adão Bernardes (2000): “O conhecimento de uma fração da realidade supõe, do ponto de vista metodológico, o conhecimento de suas fontes internas de desenvolvimento e movimento e de sua evolução histórica até o momento que se pretende analisar” (p.250).

É de acordo com esta concepção e diante de elementos levantados pelas narrativas das mulheres que se faz importante um esforço para compreender o Guajuviras em seu contexto histórico e geográfico, assim como seu significado no processo de urbanização de Canoas. E, por que não aventar, ainda que brevemente, por não ser o foco da pesquisa, elementos de reprodução do perfil de urbanização do Brasil e América Latina e elementos de astúcia e desvio deste perfil.

DAS TRAJETÓRIAS PESSOAIS AO CONTEXTO DE (I)MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE CANOAS

A primeira questão levantada pelas narrativas que chama atenção é o fato de que, das onze mulheres participantes do grupo – mediante o critério de ser ocupante e ter permanecido morando no Guajuviras – apenas uma não é oriunda do interior do estado do Rio Grande do Sul. Segundo o testemunho de Leidi Rosa, “nós sempre fazíamos essa pesquisa e olha... tanto que o nome do prédio ali... nós botamos ‘Dos Imigrantes’ porque ninguém morava aqui. Ninguém era daqui de Canoas. Todos eram de fora”. Todas as que relataram ter saído do interior para Canoas o fizeram entre os anos 60 e início dos anos 80, mais precisamente, entre 1964 e 1985. E este é o fio fundamental da reflexão de contextualização proposta a seguir, pois não foram só elas que migraram para Canoas neste período.

Foi justamente entre a década 1950 e decorrer da década de 1980 (medida em 1991) que Canoas aumentou vertiginosamente sua população, alcançando o índice de 600% de crescimento neste intervalo de tempo, passando de uma população de 39.826 habitantes para, segundo Censo de 1991, alcançar uma população de 279.127 habitantes.

Ano	População	Crescimento (%)
1940	17.630	125,89
1950	39.826	
1960	104.257	47,45
1970	153.730	
1980	220.446	26,61
1991	279.127	
1940 – 1991		1.483,25%

Tabela 01 – Crescimento da População de Canoas 1940–1991

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE 2010.

É necessário registrar que no referido período Canoas ainda contava com a área rural correspondente ao município de Nova Santa Rita, emancipado em 1992 (Lei Estadual 9.585, de 20/03/1992). À época da emancipação, segundo testemunho do Sr. José Rosales, metalúrgico, dirigente sindical e ex-vereador de Nova Santa Rita, estima-se que o novo município contava com uma população de cerca de 8 mil habitantes no ano de

sua emancipação. O IBGE só passa a incluir dados censitários do município a partir de 2010 (18 anos após a emancipação), ano em que registra 22.716 habitantes. Isso significa que, modo geral, pode-se afirmar que o processo de crescimento populacional de Canoas registrado na tabela acima, refere-se, centralmente, ao crescimento da população urbana de Canoas.

O que se destaca nos dados acima é justamente o intenso processo crescimento populacional de Canoas, fruto da migração do interior do estado, processo do qual fazem parte as trajetórias pessoais narradas. No entanto, tal processo é expresso não somente nos números do crescimento populacional de Canoas, como também, e densamente, nos números que demonstram o intenso processo de urbanização brasileira.

Canoas é fruto e exemplo do contexto brasileiro neste mesmo período em que se faz a virada demográfica, passando de um país majoritariamente rural para um país urbano, tendo feito a travessia na década de 1970, quando 56% da população brasileira passa a viver nos centros urbanos.

Ano	Varição da pop. (%)
1940 – 1950	72,46%
1950 – 1960	70,13%
1960 – 1970	65,55%
1970 – 1980	55,01%
1940 – 1950	653,03%

Tabela 02 – Variação da População Urbana do Brasil de 1940 – 1980

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Santos (2005), em *A Urbanização Brasileira*.

Milton Santos, em seu livro intitulado *A Urbanização Brasileira*, afirma que este não foi um fenômeno apenas quantitativo. Segundo o autor,

A partir dos anos 1960, e sobretudo na década de 1970, as mudanças não são apenas quantitativas, mas também qualitativas. A urbanização ganha novo conteúdo e nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o País conhece e que explica a nova situação (SANTOS, 2013, p.66).

Analisando o processo de urbanização brasileiro, o autor afirma que este não é um processo uniforme ao longo do território nacional: “Se levarmos em conta todos os trinta anos entre 1950 e 1980, é ao sul que cabe o índice maior” (SANTOS, 2013, p.81). Outra característica importante apontada pelo autor e, da mesma forma, importante para um esforço de contextualização do Guajuviras e de Canoas neste quadro maior, é o perfil de metropolização que caracterizou a urbanização brasileira até os anos 1980, “onde diversas ‘cidades’ interagem com grande frequência e intensidade, a partir de uma

interdependência funcional baseada na unidade das infraestruturas urbanas [...]” (SANTOS, 2013, p.75). É importante considerar que Canoas sempre manteve forte relação funcional, social e cultural especialmente com a capital Porto Alegre, mas também, em intensidade diferente, com os demais municípios da RMPA. Ainda, como já referido na introdução, o Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti é parte de uma estratégia de desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre, assim como os demais conjuntos residenciais também referidos na introdução. Tais conjuntos residenciais foram concebidos pelo Grupo Executivo da Região Metropolitana (GERM), dentro da estratégia chamada Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM), engendrada ao longo dos anos 1970, segundo estudo recente empreendido por Willian Mog (2016), pelo Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Assim, os percursos de Aninha, Cida, Vera, Roselma, Christiana, Mardeli, Beatriz, Leidi e dos pais de Tania, não são similares entre si, apenas. Eles são exemplos e expressão de um intenso fluxo de migração que compôs as cidades brasileiras. Essas milhares de mulheres e homens carregavam poucos pertences nas sacolas, filhos no colo e muita esperança nos olhos de dias melhores de cidade grande.

A ESPERANÇA DO EMPREGO

Outro aspecto fundamental referido nas narrativas das trajetórias é a motivo da migração para Canoas em busca de emprego. Tania conta que seus pais “saíram de Cachoeira (do Sul) com uma malinha e as roupinhas deles dentro [...] o meu pai veio pra cá, em Canoas, porque ele já tinha emprego, porque tinham conseguido um emprego pra ele”. A Mardeli, que morava em São Gabriel, escreveu para sua avó que morava em Canoas: “Não dá pra ficar aqui porque não tem trabalho”. Da mesma forma a Christiana, que morava em Alegrete, veio primeiro para Porto Alegre e depois de um ano para Canoas em busca de emprego. Assim como elas, os milhares de imigrantes que chegavam à Canoas, como também chegavam às cidades brasileiras, carregavam consigo poucos pertences, muitas necessidades e bastante esperança. Poucos pertences porque grande parte dos que se viram obrigados a migrar eram trabalhadores rurais sobrando do processo de modernização do campo e reestruturação fundiária dos anos 1960/70 e descobertos por direitos trabalhistas. Por isso, também cheios de necessidades das condições básicas para a manutenção da vida. Um exemplo disso foi o relato de Aninha sobre a condição de sua família. Os pais e os demais irmãos da Aninha e da Cida partiram de Camaquã para Canoas em 1979. Aninha conta como faziam para suprir as demandas básicas da família e prestar assistência aos pais. Seu pai havia trabalhado desde a juventude em lavouras de arroz e sua mãe no lar. Eles eram o exemplo da precariedade da condição do trabalho

rural assalariado. Conforme relata Aninha: “juntando uma graninha aqui, uma graninha ali, um pagava o gás, outro comprava o rancho. O pai e a mãe não tinham condições. Nem aposentados eram”.

Mas na mala, com os poucos pertences, havia muita esperança. Esperança de vida melhor na cidade, de escola para os filhos, de serviços de saúde e, sobretudo, de emprego na auspiciosa industrialização em curso, comandada pelo braço forte do Regime Militar que propagava o milagre econômico. No entanto, tais esperanças não concretizaram-se nas cidades emergentes. A urbanização não acompanhada por uma industrialização capaz de absorver a mão-de-obra crescente foi uma característica da urbanização brasileira e latino-americana. Segundo Milton Santos,

O processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres [...]. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos, e o terciário associa formas modernas a formar primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação (SANTOS, 2013, p.11).

Conforme estudo de monografia de Marcelo Famil Britto, pela Faculdade de Ciências Econômicas da UGRS, no ano de 2009,

Com base em informações dos Censos Industriais do IBGE para os anos de 1950 a 1980, é possível identificar um crescimento vertiginoso na indústria canoense, não apenas entre períodos, mas também em relação à sua contribuição na produção do estado. Entre 1950–1975, a participação do município no valor adicionado pela indústria gaúcha passou de 2,61% para 11,09% (BRITTO, 2009, p.25).

No entanto, ainda que tenha tido um desenvolvimento pujante, o que fez Canoas ser reconhecida como cidade industrial, o setor estava longe de absorver a crescente oferta de mão-de-obra, conforme pode ser visto na tabela abaixo:

Ano	Ocupados	Unidades industriais
1950	1.900	71
1960	2.237	110
1970	7.427	348
1975	13.129	385
1980	16.006	399

Tabela 03 – A evolução do número de trabalhadores ocupados na atividade industrial no município de Canoas entre 1950-1989

Fonte: Elaboração própria com base em dados de BRITTO 2009.

Este quadro, que demonstra uma urbanização desacompanhada de uma industrialização capaz de absorver a mão-de-obra, é um dos principais traços do perfil da urbanização não só de Canoas, como do Brasil e da América Latina, conforme afirma

La urbanización latinoamericana se caracteriza, pues, por los rasgos siguientes: población urbana que supera la correspondiente al nivel productivo del sistema; no relación directa entre empleo industrial y urbanización, pero asociación entre producción industrial y crecimiento urbano; fuerte desequilibrio en la red urbana en beneficio de una aglomeración preponderante; aceleración creciente del proceso de urbanización; insuficiencia de empleo y servicios para las nuevas masas urbanas y, por consiguiente, acentuación de la segregación ecológica por clases sociales y polarización del sistema de estratificación al nivel del consumo (CASTELL, 1974, p.71).

Somando-se a este quadro, a população que ingressa as cidades, em sua grande maioria com baixa escolaridade e sem qualificação técnica, é convertida em fator de pressão sob os trabalhadores empregados. Milton Santos, em *Pobreza Urbana* (2009), vai afirmar que estes trabalhadores desempregados cumprem um papel funcional para o propósito da ampliação dos lucros da indústria, sobretudo, e, considerando-se escalas mais amplas, para o propósito da acumulação capitalista. É essa massa de trabalhadores desempregados ou empregados sem ou com pouca escolaridade e qualificação que serve de argumento de pressão para a baixa dos níveis salariais como um todo. Conforme o autor, “As enormes possibilidades de trabalho da ‘massa marginal’ pesam fortemente sobre o mercado de trabalho não intelectual no circuito moderno e baixam os salários” (SANTOS, 2009, p.40, grifo do autor). Nas palavras de Manuel Castells, “*Esa población flotante, desempleada, ejercito de reserva de una industria inexistente, es la base del crecimiento urbano constatado*” (CASTELLS, 1974, p.79). Desse modo, “a cidade, onde tantas necessidades emergem não pode ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como lugar geográfico e político da possibilidade de soluções” (SANTOS, 2013, p.11). Assim, a cidade vai se constituindo entre e de tensões sociais e conflitos.

A CIDADE DO CONFLITO: O PARADOXO DA CIDADE CAÓTICA COMO POLÍTICA DO ESTADO

O último elemento das narrativas recortado neste capítulo interessado em situar o Guajuviras neste quadro maior da urbanização de Canoas, do Brasil e da América Latina é o drama – ou são os dramas – sociais da manutenção da vida e, sobretudo, o drama da moradia. A Roselma, ao tratar de sua condição de moradia antes da ocupação, relata: “Eu morava nos fundos da casa da minha sogra. Era uma... uma... como é que a gente diz? Uma casa de galinha?” Um galinheiro, nominam as demais porque ela, Roselma, não conseguiu nominar. E segue: “Era uma peça nos fundo que botavam as galinhas ali e eu arrumei, lavei, limpei e vim morar ali”. Ao complementar seu relato, Roselma faz uso vários verbos redundantes para deixar claro, e de forma contundente, que ela tinha transformado aquele lugar num lar. Ela arrumou, lavou, limpou! A Christiana, seu marido e três filhos

moravam numa casa alugada no bairro Niterói, quando os proprietários resolveram vender, a família teve que desocupar a casa. Então, compartilha Christiana: “eu não tinha pra onde ir. Aí eu amontoei... uma vizinha me deu uma peça amontoei minhas tralhas lá. [...] Aí ia dormir na minha sogra e na minha irmã”.

Entre os relatos, houve um desabafo sofrido por violência sexual perpetrada por membro da família onde vivia de favor. Houve relatos de racismo por parte de duas mulheres negras que moravam com sogros. Casos estes que revelam que, além de todo o sofrimento em torno das dificuldades materiais de manutenção da vida, as mulheres nesta condição, estão ainda mais expostas às violências por sua condição de gênero e etnia.

Todas relataram morar de favor ou pagar aluguel. A Cida pagou aluguel por 17 anos em uma casa bem precária, conforme relata: “não gosto nem de me lembrar daquele lugar lá. Tudo bem que morei 17 anos lá, mas quando eu cheguei naquela casa feia... barro por tudo ao redor, uma casa muito feia, muito suja. Eu acho que eu fiquei um mês escovando com esfregão de aço e escova”. Na avaliação da Leidi, se dependessem de recursos próprios para comprar uma casa, não teriam tido condições: “Eu sempre falo pra turma, se não tivesse o Guajuviras hoje, eu acho... a gente continuaria pagando aluguel. Deus me livre! Porque nunca sobrava um centavo, ne!?”

Mais uma vez as trajetórias narradas espelham dilemas sofridos naquele contexto econômico e social de dificuldades em que foram jogadas as famílias que haviam chegado à Canoas. Isso é o que confirma a matéria publicada pelo jornal *Folha de Canoas*, em edição de 03 de fevereiro de 1987.



Figura 10 - Manchete de jornal “80 mil pessoas não têm onde morar”

Fonte: Arquivo de GAMALHO, Nola, obtido na Biblioteca João Palma da Silva, Folha de Canoas, 03/02/1987.

As narrativas também espelham a realidade das cidades brasileiras, conforme afirma Milton Santos:

Com diferença de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas.[...] em toda elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mas visíveis se tornam essas mazelas (SANTOS, 2013, 105).

A política de Estado à época – mais especificamente no período da Ditadura Militar – estava mais preocupada em garantir suportes de diversas ordens às indústrias, sobretudo, com financiamentos, isenções fiscais e equipando as áreas industriais com infraestrutura e serviços. Do ponto de vista das demandas da cidade para morar, a política existente centrava-se pelo Banco Nacional de Habitação – o BNH – que, via seus órgãos gestores, as COHAB's estaduais, e com recursos do FGTS, financiava parte da infraestrutura das cidades e a construção de residenciais voltados à classe média baixa e assalariados (SANTOS, 2005). No entanto, esses residenciais não eram destinados aos trabalhadores com salário mínimo e desempregados ou sub-empregados. O Guajuviras é um dos casos de residenciais construídos com recurso do FGTS, via a execução de empresas privadas, que destinava-se ao recorte de renda mínima de três salários mínimos. Nas palavras de Aninha, “O projeto do Guajuviras era pra funcionário público! Não era pra nós. E aí... quando tu entra, as casas eram todas bonitas, não era pra nós!” A afirmação de Aninha demonstra que, para o perfil socioeconômico delas, não existia nem mesmo a expectativa de uma política habitacional no padrão em que o Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti fora concebido.

Somado à ausência de políticas habitacionais para os mais pobres, estendia-se por quase uma década a saga da construção das moradias do Guajuviras. No final da década de 1970, todos os acordos entre os entes federativos já haviam sido feitos para a construção de um novo bairro de grandes proporções em Canoas. O Jornal *O Timoneiro*, em 16 de agosto de 1979, estampava a manchete “Guajuviras, outra cidade”. A previsão de entrega era para 1983. Contudo, morosidade, conflitos, notícias sobre má qualidade das construções, falência de construtoras e abandono das obras marcaram os anos que se seguiram (GAMALHO, 2015).



Figura 11 - Muitas casas condenadas pela fiscalização da prefeitura

Fonte: Arquivo de GAMALHO, Nola, obtido na Biblioteca João Palma da Silva, Radar, 15/12/1983.



Figura 12 - Trabalhadores param as obras do Guajuviras

Fonte: Arquivo de GAMALHO, Nola, obtido na Biblioteca João Palma da Silva, Folha de Canoas, 08/08/1986.

Em 1986, somando-se ao quadro de tensão e conflito social em função do grande déficit de moradia e de políticas sociais, medidas econômicas adotadas pelo então presidente José Sarney (PMDB) tornam mais graves ainda a condição de vida da população mais pobre. Referindo-se ao Plano Cruzado, de 1986, Cida relata: “Então a inflação sobe e o desemprego bate na porta dos trabalhadores, além da inflação. Em subindo a inflação, sobe os aluguéis. Ficou quase impossível as famílias, principalmente aquela que estava desempregada, pagar aluguel”. Segundo estudo de Nola Gamalho, à época os jornais noticiavam as altas nos preços dos aluguéis, chegando a 50% de aumento de seus valores

(GAMALHO, 2015, p.56).

Assim, ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, as cidades brasileiras tornaram-se o lugar onde necessidades emergentes não encontram respostas e, por isso, fadadas a ser o “teatro” dos conflitos sociais (SANTOS, 2013, p.11). Cidades caóticas, porque não garantem as condições de inserção no emprego e serviços públicos fundamentais, deixando grande parcela de sua população descoberta da garantir de seus direitos, sobretudo à moradia. Ocupações em áreas de risco (sob redes de energia de alta tensão, às margens de riachos e estradas, etc.) e áreas verdes, na forma de autoconstrução de barracos com sobras de materiais (de madeira ao papelão) vão expandindo as cidades. É a cidade caótica se instalando. No entanto, paradoxalmente, este processo não é outra coisa senão a opção do Estado brasileiro que faz a escolha por investir seus recursos no financiamento da implantação das condições e infraestrutura para a industrialização, sobretudo de capital estrangeiro. A este processo, Milton Santos chama de urbanização corporativa. Segundo o autor,

a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências e uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (SANTOS, 2013, p.105).

Desse modo, paradoxalmente, o quadro geral da urbanização brasileira caótica foi a opção política do Estado brasileiro. É claro que esse processo se deu com particularidades e não foi homogêneo no tempo e no espaço. No entanto, genericamente falando, o processo de urbanização empreendido pelo Estado brasileiro, desde a política de intenso financiamento da modernização do campo com expulsão de milhares de pessoas, à concentração de recursos no financiamento da industrialização e a negligência frente às políticas sociais e construção da rede urbana, constituiu, paradoxalmente, uma política de urbanização caótica.

AS LUTAS SOCIAIS COMO IMPERATIVO NA CONQUISTA DE DIREITOS

Os primeiros anos da década de 1980 ficaram marcados na história brasileira por intensa movimentação e luta da sociedade civil. Primeiro, pautadas pela redemocratização política do Brasil, com multidões reunidas em atos públicos nas capitais pelo fim da Ditadura Militar, o que seu deu em 1984. Neste momento, processos de discussão e organização de base tomam vulto e se formalizam em grandes movimentos nacionais. Entre os mais reconhecidos estão o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) com a luta pela reforma agrária e, nas cidades, organizando os operários, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nas periferias das cidades – e também no campo – um segmento ligado à igreja católica chamado CEB’s – Comunidades Eclesiais de Base – dentro de uma linha teológica chamada Teologia da Libertação

, desencadeava um amplo debate e estimulava organização do povo em defesa de seus direitos.

Em Canoas, duas destas organizações tiveram grande influência nos debates e no processo em torno da ocupação do Guajuviras. Foram elas as CEB's que à época tinham intensa penetração e trabalho nas vilas mais pobres da cidade e o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos que vivia um vigoroso processo de debates e organização no chão de fábrica. No processo que antecede, mas sobretudo na ocupação e resistência, cumprindo papéis de assessoramento e suporte, estas duas organizações aparecem de forma intensa nas narrativas das mulheres. Segundo a Cida, as diversas comunidades de base se encontravam na Casa da Partilha, na Vila Santo Operário, no bairro Mathias Velho. Lá conversavam muito sobre o problema da moradia, entre outros. Num destes encontros, em 1986, conta a Cida,

foi tirada uma comissão pra gente pensar alternativas pra resolver o problema da moradia. Foram levantadas várias possibilidades e, entre as possibilidades levantadas, uma delas foi a ocupação do Guajuviras. Teve uma assessoria jurídica [...] foram atrás de informação pra saber detalhes da situação do Guajuviras. E era pra gente ocupar o Guajuviras no dia das eleições de 1986 (15 de novembro), que foi a eleição que elegeu os deputados constituintes. Foram selecionadas 60 famílias pra vir primeiro.

A OCUPAÇÃO DO GUAJUVIRAS: REPRODUÇÃO E TRANSGRESSÃO DA DINÂMICA DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA

Na perspectiva teórica de Castells (1974), sobre a urbanização dependente da América Latina, e de Milton Santos (2009, 2013), sobre a urbanização e pobreza urbana no Brasil, algumas características deste perfil de urbanização são demarcadas neste movimento dialético de escalas. São elas: urbanização acelerada, industrialização incapaz de absorver a mão-de-obra, salários insuficientes para garantir toda a demanda de manutenção da família via mercado, cidades com infraestrutura e serviços precários para atender a crescente demanda, déficit habitacional e, conseqüentemente, tensão e conflito social. Estes traços de perfil podem ser identificados perfeitamente no processo da ocupação Guajuviras.

Notícias veiculadas nos jornais no período da ocupação demonstram uma narrativa que reconhece a ocupação como a resposta ou a solução ao que vinha se arrastando sem capacidade de resposta por parte do poder público. É o que demonstra a matéria estampada na capa do jornal Diário de Canoas do dia 19 de abril de 1987, segunda-feira após o feriado de Páscoa, em que aconteceu a ocupação: “Guajuviras: invasão simboliza a luta por um lar. A ocupação dos prédios inacabados por moradores de Canoas marcou o fracasso do sistema no País.”



Figura 13 - Guajuviras: Invasão simboliza a luta por um lar
Fonte: Arquivo da Biblioteca da E.M. 1º G. Guajuviras. MOG (2016).

Além destas características comuns da urbanização da América Latina, do Brasil e de Canoas no período à que se volta a pesquisa, Emilio Padilla Cobos, ao analisar a urbanização da América Latina, agrega outras:

La urbanización acelerada entre 1940 y 1980, la autoconstrucción masiva de vivienda popular generalizada en la región desde 1940, la formación y presencia actual de un mercado informal de suelo urbano, la llamada informalidad como actividad laboral de subsistencia ante el enorme desempleo estructural y la pobreza, la presencia recurrente de dictaduras militares y regimenes de excepción en la región sobre todo en los años setenta (COBOS, 2014, p.39).

As ocupações urbanas, enquanto recurso e estratégia de acesso à habitação, foram e são ainda uma realidade marcante na produção do espaço urbano brasileiro e latino-americano. Nesse sentido, a ocupação do Guajuviras é parte e reprodução desta dinâmica. No entanto, o perfil destas ocupações geralmente se dá como *“la ocupación irregular de la tierra y la autoconstrucción de viviendas localizadas en los terrenos menos construibles y poco atractivos para los promotores inmobiliarios”* (COBOS, 2014, p.47). É exatamente neste aspecto – da autoconstrução com materiais escasso e em área sem estrutura alguma ou até de risco – que a ocupação do Guajuviras transgrede a regra. Sendo, ao mesmo tempo, reprodução e transgressão, a ocupação do Guajuviras é um símbolo da luta pelo direito à moradia via a ocupação irregular. Contudo, uma ocupação marcada por muita astúcia e pela transgressão ao perfil acima descrito, ao ocupar um conjunto habitacional inteiro, com moradia prontas ou semi-prontas, providas de infraestrutura e belas. Conforme o relato da Cida, *“As vezes a gente passava nos domingos aqui e eu dizia que eu ainda ia morar numa casinha branca de janela azul”*. O Guajuviras é fruto da astúcia daquelas

e daqueles que, como diz Michel de Certeau (2009), com suas táticas transgrediram às normas da cidade planejada e tecnocrática – e ineficaz – e construíram para si não só um lugar para morar, mas um território conquistado, defendido, apropriado e significado: o território Guajuviras.

PARTE TRÊS - AS PRÁTICAS DAS MULHERES NA CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO GUAJUVIRAS



Figura 14 - Mulheres buscando água. Fonte: Arquivos das Irmãs da Divina Providência núcleo Guajuviras.

*“Nos se organizava assim, ó... horário de pegar água... Não era tudo assim ‘à la vonte’.
Tinha horariozinho ali... pra dar pra todo mundo! Nós se organizava pra lavar roupa,
qual a valo que podia lavar roupa, onde que podia pegar água só pra beber. Não era a
gente que organizava isso!”*

Tania Cunha

COMO AS MULHERES SÃO REPRESENTADAS? UMA ANÁLISE DE DISCURSO DAS NOTÍCIAS SOBRE O GUAJUVIRAS

O espaço é compreendido neste estudo como a síntese dialética dos sistemas de objetos, sistemas de ações e sistemas ideológicos (manifestos e materializados nos discursos), agindo solidária e contraditoriamente, tramando-se na produção do espaço e, também, do território. Desse modo, é imperativo que a análise geográfica que se coloca nesta perspectiva de leitura do espaço acione instrumentos teóricos e metodológicos que permitam analisar discursos. Esta é a proposta deste capítulo: realizar uma análise de discurso da produção do espaço e território Guajuviras a partir do referencial teórico e metodológico da Análise de Discurso de linha francesa, proposta por Michel Pêcheux.

Neste capítulo – que compõe a parte 3, centrada na pergunta da pesquisa – os discursos serão analisados sob a seguinte indagação: Como as mulheres aparecem nos discursos sobre o território Guajuviras? Tomando matérias e reportagens de três jornais que circulavam em Canoas à época, buscarei pistas e evidências que permitam revelar sentidos de como as mulheres são representadas, se aparecem e são compreendidas como sujeitas da ação, se há evidências de valoração de suas práticas, etc. Estas perguntas serão feitas às matérias e reportagens (recortadas pelos critérios de ano e tema, ou seja, ser de 1987 a 1989 e tratar da “ocupação Guajuviras”), tomadas na análise como discursos.

Como a Análise de Discurso (AD) é uma ferramenta conceitual e metodológica com caráter de disciplina de entremeio, com arcabouço teórico próprio, é fundamental que seja apresentada em seu escopo, visto que neste texto estará apoiando uma pesquisa geográfica no que refere ao instrumental para a análise de discursos. E isso não somente para lastrear a análise que seguirá, mas, sobretudo, para provocar e, quiçá, inspirar outras possíveis experiências de análises geográfica atentas aos discurso na produção do espaço e território, o que certamente só enriquecerá a Geografia. Desse modo, seguirão apresentados os pilares epistemológicos e a história e referencial teórico e metodológico da Análise de Discurso de linha francesa ou, Análise de Discurso em Michel Pêcheux. Em seguida, seguirá um exercício de análise de discurso que permita revelar sentidos de como as mulheres e suas práticas são representadas na produção do espaço e território Guajuviras.

A ANÁLISE DE DISCURSO, SUA HISTÓRIA E PILARES EPISTEMOLÓGICOS

A Análise de Discurso (AD) surge na França, na década de 1960 do séc. XX, em meio a um tempo de muita efervescência social e política que vai culminar no maio de 68, com intensa mobilização popular, greves e crise política. É nesse contexto histórico, que também provoca novas formas de leitura do mundo, que Michel Pêcheux inicia sua trajetória teórica, formando-se em filosofia em 1963 e, três anos após, integrando o Département de Psychologie de Centre National de Recherche Scientifique (CNRS) de onde, com o pseudônimo de Thomas Herbert, inicia sua produção teórica escrevendo *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e especialmente da psicologia social*. Em 1983, Pêcheux funda a Escola Francesa de Análise de Discurso (SANTOS, 2013).

Seus pilares epistemológicos fundam-se nos universos teóricos dos estudos da língua e linguística, nas ciências sociais de cunho materialista histórico marxista e na psicanálise. Cada um destes universos possibilitou chaves de leitura importantes para Michel Pêcheux, no entanto, não sem questionamentos e ressignificações (FERREIRA, 2003).

Do universo de estudos da língua e linguística, herdados de Saussure, Pêcheux colhe as principais bases da análise de discurso, mas rejeitando completamente a noção da língua e da linguagem como uma entidade abstrata e transparente (com sentidos nela e por ela mesma). Aproximando-se mais da perspectiva linguística de Bakhtin, para a AD, a linguagem é constituída de - e constitui - representações e concepções de mundo. Assim, “a linguagem é um lugar em que a ideologia se manifesta concretamente” (ORLANDI, 2011, p.7). Outra ressignificação fundamental feita por Pêcheux nos estudos da linguística está em superar a prática dos analistas de estudar o texto e/ou enunciado “nele mesmo e por ele mesmo excluindo qualquer reflexão sobre sua exterioridade” (BRANDÃO 2004, p.13). Para a AD, a linguagem é compreendida enquanto discurso completamente atravessado por sua exterioridade, por isso, seu contexto de produção deve ser considerado pelo analista:

A linguagem enquanto discurso, não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso, o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.[...] não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais (ORLAND, 2009, p.11).

Desse modo, Pêcheux extrapola a tradição dos estudos de linguística fundamentalmente na ampliação da noção de linguagem com sentido em si mesma, considerando-a enquanto discurso com atravessamentos da ideologia e do contexto de produção.

Das ciências sociais de tradição marxista, Pêcheux incorpora a noção histórica e a ideologia em sua construção teórica. No entanto, também rejeita a noção de transparência da linguagem desta tradição e introduz uma nova compreensão do sujeito, afirmando que não “não há discurso sem sujeito” (ORLAND, 2009, p.17). Assim, no entremeio das contribuições da linguística e da tradição marxista, atravessadas pela compreensão de

um sujeito afetado pela história e constituído entre o real e simbólico (fatos e sentidos), herdada da psicanálise, constituem-se as bases da construção da Análise de Discurso pêchetiana. No entanto, matamorfisando tais bases epistemológicas, uma vez que

interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando sobre o simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLAND, 2009, p.20).

Assim se constitui a AD como uma disciplina de intersecção, de entremeio; forjada enquanto “herdeira de três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística e Marxismo” (ORLAND, 2009, p.20), tomando-as como bases epistemológicas e resignificando-as frente ao desafio de revelar sentidos nos e dos discursos. E esses – os discursos – entendidos como “o lugar em que se pode observar essa relação entre a língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLAND, 2009, p.17).

A CAIXA DE FERRAMENTAS: TEORIA E PROCEDIMENTOS

O exercício da Análise de Discurso se dá a partir de duas dimensões, sendo uma delas a dimensão teórica, composta por conceitos estruturantes da análise – o dispositivo teórico – e de um conjunto a metodologias e procedimentos – o dispositivo analítico – de análise. Ambos, na ordem aqui expressas, serão apresentadas nas linhas seguintes.

O dispositivo teórico

Discurso

Como já expressei, o discurso é o objeto de análise da AD. Trata-se não de um discurso entendido como um texto ou enunciado “em si e por si”. Para a AD, o texto e, amplamente falando, a língua não é uma estrutura em si mesma que guarda sentidos, como se fosse pura e transparente. A língua é um acontecimento, uma relação social (ORLAND, 2009), e é assim que ela se constitui como um discurso para a AD. Assim, “o discurso é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (ORLANDI, 2009, p.16). O discurso, neste contexto, não é uma mera transmissão de informações, mas sim uma relação entre sujeitos. Conforme afirmava Pêcheux, “O discurso só pode ser concebido como um processo social” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.179). Ele é marcado pela exterioridade, pelo contexto de sua produção e pela história. Portanto, é marcado e afetado pela ideologia. Assim, “o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos é, portanto, o discurso” (BRANDÃO, 2004, p.11).

A língua, enquanto sistema de signos, não é considerada, para a AD, como um mero sistema de regras formais e abstratas. Conforme Eni Orlandi, “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2009, p.15). Importa a língua acontecendo, no mundo, como acontecimento social carregado de sentido e empregando sentidos à vida, aos sujeitos e à sociedade. É justamente por isso que a língua e a linguagem significam somente na relação com sua exterioridade. Só assim a língua faz sentido: inserida em contexto, tendo um sujeito que a proclame dentro de um quadro histórico e social, portanto, ideológico. “Conseqüentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2009, p.17).

Sujeito

Para a AD, o sujeito só se faz sujeito no e do próprio discurso. Interessa sua posição de sujeito no discurso. E, ainda que sujeito do discurso, não é nele que está a origem do discurso. Por isso, para a AD, o sujeito é descentrado. Segundo Helena Brandão (2004, p.44), “a contribuição de Pêcheux está no fato de ver nos protagonistas do discurso não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social”. Para Eni Orlandi,

O sujeito é um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma “posição”. Essas posições, como sabemos, correspondem mas não equivalem à simples presença física dos organismos humanos (empiricismo) ou aos lugares objetivos da estrutura social (sociologismo). São lugares “representados” no discurso, isto é, estes lugares estão presentes, mas transformados nos processos discursivos (ORLANDI, 1998, p.3).

O sujeito não é uma posição estática, “desde sempre” ou natural. Para a AD, ele “é” uma posição, um sujeito falante que se faz sujeito no processo de interpelação pela ideologia, portanto, situado historicamente e socialmente, constituído e constituinte de formações sociais, de relações de poder e força. Seu discurso ganha a força e poder do lugar que ocupa, sendo, por isso, assimétrico, desigual. No discurso o sujeito se revela. Revela os traços das formações discursivas e formações ideológicas às quais o constitui, por isso ele é assujeitado. No entanto, paradoxalmente, é justamente neste ato de assujeitamento que se constitui como sujeito na e da formação discursiva e formação ideológica a que se filia. Pêcheux (1997) chama este sujeito de forma-sujeito. E é no discurso que ele revela o lugar de onde fala. Revela o poder de seu lugar e revela-se como sujeito em relação consigo, com o outro e com o mundo onde se insere (BRANDÃO, 2004).

Contudo, o sujeito não é somente assujeitado às suas formações discursivas e ideológicas. Ele atua e desliza entre formações discursivas, sendo por elas afetado,

mas também afetando-as com marcas de seus desejos, buscas e incompletudes: “Nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado, ele se move entre o espaço discursivo do Um e do Outro [...] está situado numa região fronteira entre a incompletude e o desejo de ser completo” (ELIAS; FRANCISCO; FISS, 1997, p.122).

Sentido

Para a AD não há sentidos “já lá” nos textos e enunciados. Nem os sentidos têm sua origem no sujeito do discurso, mas se realizam nele. Os sentidos se constituem no processo discursivo, nunca completamente estabilizados, portanto diz-se que são sentidos deslizantes. Por isso fala-se em efeitos de sentidos porque se constituem na e da posição do sujeito (que se faz sujeito falante do e no discurso), nas e das relações de poder, do contexto e, sobretudo, das formações discursivas às quais se filia o discurso.

Segundo essa perspectiva, se processo discursivo é processo e produção de sentido, discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações. E aqui, o lugar específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva, noção que, juntamente com a de condição de produção e formação ideológica, vai construir uma tríade básica nas formulações teóricas da análise de discurso (BRANDÃO, 2004, p.42).

Desse modo, é no contexto (de produção, das formações discursivas e ideológicas) que o sentido se constitui: “nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (PÊCHEUX, 1997, p.161). E, sendo assim, as mesmas palavras, expressões ou proposições produzem diferentes sentidos em diferentes contextos (de produção, de formações discursivas e ideológicas). Como afirma Eni Orlandi, “é preciso que a língua se inscreva na história para significar” (ORLANDI, 1999, p.60).

Formações discursivas (FD)

Para que produza efeitos de sentido, o discurso é, desde sempre, inserido em determinadas formações discursivas que, na AD, se constitui como conceito (Formações Discursivas - FD).

É este fato de toda sequência pertencer necessariamente a uma FD para que seja dotada de sentido que se acha recalcado para o (ou pelo) sujeito e recoberto para este último, pela ilusão de estar na fonte do sentido (PÊCHEUX e FUCHS, 1990, p. 174).

São as formações discursivas às quais se filiam o sujeito, no ato do discurso, que estabelecem “aquilo que, numa determinada formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada [...] determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1997, p.160). No entanto, diferentes formações discursivas podem estar presentes no discurso, contudo, uma delas será a formação discursiva dominante. “Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua

dependência com o ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHUX, 1997, p.162, grifo do autor). Assim, as formações discursivas se inserem no arcabouço de formações ideológicas – FI.

Ideologia e formações ideológicas (FI)

Concluiremos esse ponto dizendo que o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especialmente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas [...] e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistemas de evidências percebidas – aceitas – experimentadas (PÊCHEUX, 1997, p.162, grifos do autor).

Assim, as formações ideológicas são definidas como este conjunto complexo de representações, significados e atitudes que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam com as condições objetivas de produção e reprodução da vida material e simbólica, o que significa também das relações sociais (PÊCHEUX, 1997). É aí que entra o papel da ideologia na AD, entendida “como mecanismo estruturante do processo de significação” (ORLANDI, 1997, p.96). Para Eni Orlandi, “Não há, aliás, realidade sem ideologia. Como prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (ORLANDI, 1997, p.48). Segundo Pêcheux é pela ideologia que se estabelece os significados das coisas e os lugares sociais ou, os lugares (papéis, práticas e posturas) que ocupamos na sociedade conforme pertencimento a uma das classes que estruturam o modo de produção – que em cada tempo histórico, é o modo não só da organização da produção e reprodução da vida, como também das relações sociais e dos símbolos e significado que afetam o conjunto da dada sociedade. “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem” (PÊCHEUX, 1997, p.160, grifo do autor). Nessa perspectiva, não há sujeito sem ideologia e os discursos são uma forma de materialização da ideologia e só podem produzir sentido através dela.

Memória e interdiscurso

Todos os sistemas de signos e significados, delimitados pelas formações ideológicas e discursivas às quais se filia o sujeito, compõem a memória discursiva que, por sua vez, é uma memória social (ACHARD, 1999). Para Pêcheux, essa memória discursiva e social constitui o interdiscurso, enquanto “já ditos” que sustentam o dizer, são exteriores ao sujeito e fogem à sua consciência. Conforme Eni Orlandi, “a memória – o interdiscurso, como definimos na análise do discurso – é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já dito” (ORLANDI, 1999, p.64).

Segundo Pêcheux, é o “interdiscurso, enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita” (PÊCHEUX, 1997, p.167, grifo do autor). Contudo, no ato do discurso, o sujeito falante têm a ilusão de ser a origem daquilo que diz – o que, na AD, chama-se esquecimento número 1 – trata-se do esquecimento ideológico. Da mesma forma, esquece que a palavra não é transparente, que não tem somente o significado “daquilo que se quis dizer”; este é o esquecimento referencial ou esquecimento número 2. E é por isso que, ainda que interpelado “desde sempre” pela ideologia, o sujeito não é determinado (nem tão pouco livre), mas escorrega pelas contradições, transborda pelos desejos, rompe fronteiras, reproduz e transforma... pode sempre se refazer e refazer os discursos, os sentidos, a história.

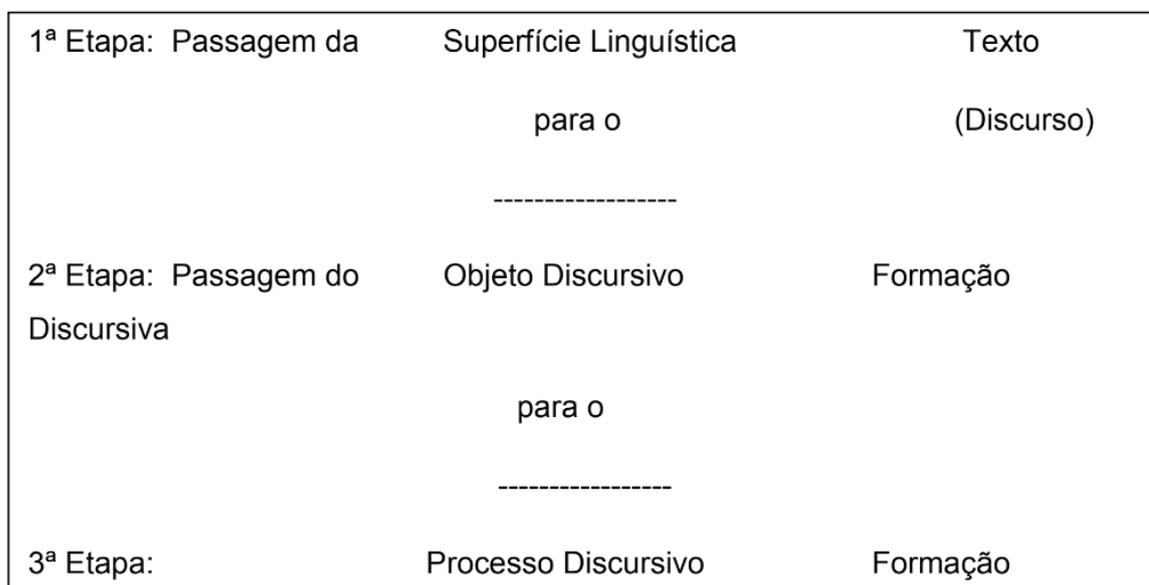
Metodologia e procedimentos da análise

Com relação à apresentação da metodologia e dos procedimentos da análise - Dispositivo Analítico – o que segue apresentado será uma síntese breve de cada etapa que compõe o procedimento da análise. Isso porque no exercício analista que seguirá adiante, tais etapas aparecerão operando a análise e, dessa forma, também apresentando o dispositivo. Para esta tarefa, tomarei como referencial teórico o livro *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*, de Eni Orlandi (1997). Portanto, nas citações que seguirão, situarei apenas a página.

Antes dos procedimentos, é necessário explicitar que, a prática enquanto analista do discurso cobra a postura de quem se colocar em contemplação, em escuta discursiva (p.60), tendo como “lentes e ouvidos” o dispositivo teórico, através dos passos do dispositivo analítico. É certo que a condição de analista não é neutra. Por isso a análise produzida é, em verdade, um gesto de interpretação possível dentre outros, que podem iluminar diferentes dimensões ou ver as mesmas sob outros ângulos. Assim, não há na AD uma busca por “verdades”, mas por pistas e evidências que revelem sentidos.

O exercício de análise se dá sempre sob um *corpus* discursivo concreto. Seja ele um texto escrito ou falado (não importa seu tamanho), música, imagem ou outras formas de linguagem que possam ser tomadas como discurso. A primeira etapa do procedimento é definir e delimitar este *corpus*, a partir do interesse ou indagação de pesquisa e estudo da e/ou do analista. Definido e delimitado o *corpus* discursivo, seguirá a segunda etapa que é situar, “mapear” as condições de produção do discurso para, então, ir além de sua superfície (p.65), pesquisando como ele se contextualiza. Para isso, é necessário considerar as condições de produção imediatas (quem falou, onde falou, quando falou, para quem falou, etc.) e as condições de produção amplas (que posição ocupa o sujeito, que formações discursivas revelam as pistas de qual é a “formação ideológica que rege essa relação” (p.78). Na passagem da primeira etapa para a segunda, ocorre a passagem da superfície

linguística convertida em objeto discursivo. Na terceira etapa, onde o discurso é analisado enquanto processo discursivo, busca-se sua contextualização histórica e ideológica e produz-se os gestos de interpretação e produção de sentidos. Na síntese apresentada por Eni Orlandi (p.77), as etapas ficam objetivas e claras, conforme segue no quadro abaixo:



Assim, apresentada a Análise de Discurso enquanto um dispositivo teórico e metodológico potente para, entre outras empreitadas, analisar os discursos que atuam na produção do espaço e território, seguirá o exercício de analista. Com já expresso nas ‘primeiras palavras’ deste capítulo, este exercício de análise se insere na parte do corpo da dissertação dedicada à analisar como as mulheres e suas práticas participam da produção e/ou construção do território Guajuviras. É importante deixar claro que a análise de discurso que será realizada não terá como objeto as narrativas das mulheres. Estas são tomadas como o delineamento, a composição e narrativa que apresenta o recorte espaço-temporal da pesquisa. No exercício de análise de discurso que segue, interessa identificar como as mulheres e seus fazeres são representados, no contexto da construção do território.

POSIÇÃO DE ANALISTA: COMO AS MULHERES APARECEM NAS NOTÍCIAS SOBRE A OCUPAÇÃO DO GUAJUVIRAS?

Conforme afirmado anteriormente, o exercício de análise será realizado buscando deixar explícitos os momentos – etapas – e conceitos acionados. Desse modo, devo advertir que a escrita, em alguns momentos, será bastante cartesiana. Contudo, importa que possibilite explicitar o exercício, juntamente com os gestos de interpretação resultantes da análise.

COMPOSIÇÃO DO CORPUS

Para delimitar o *corpus* discursivo, alguns passos metodológicos foram seguidos, conforme segue:

1. Seleção de matérias e reportagens dos três jornais de circulação na cidade à época – *O Timoneiro*, *Radars* e *Folha de Canoas* – a partir dos critérios: a) do ano 1987 ao ano 1989 e b) tratar do assunto “ocupação do Guajuviras”.
2. Leitura e catalogação dos jornais, perguntando-os: Faz referência à(s) mulhere(s)? Se sim: Em que condição? O que diz?
3. Observação das matérias e escolha de uma para a realização da operação de AD, segundo os critérios de excesso, falta e/ou estranhamento, conforme (ERNEST-PEREIRA; MUTTI, 2011).

Passos 1 e 2 da composição do *corpus*:

	TÍTULO E DATA	FAZ REFERENCIA À(S) MULHER(S)?	EM QUE CONDIÇÃO? O QUE DIZ?
O TIMONEIRO			
1	Guajuviras: primeira reunião define responsabilidades - 22/05/87	SIM	Maria Aparecida Flores Lima, única mulher na reunião com a presença de 15 homens (11 representando órgão públicos e 4 representantes da ocupação)
2	Guajuviras: a força dá socorro à injustiça (referência à incapacidade da polícia de executar a ordem de despejo ganha pela Cohab na justiça) - 24/06/87	NÃO	
3	Guajuviras (informações sobre linhas de ônibus e integração com o trem) - 26/06/87	NÃO	
4	Cohab sem licença para comercialização - 20/11/87	NÃO	
5	Guajuviras já tem integração com o metrô - 19-25/06/87	NÃO	

6	Guajuviras: 36 mil ocupantes e inúmeros problemas - 24-30/07/87	SIM	Assembleia da Ass. Moradores define diretoria; de 14 membros: Maria Aparecida Flores Lima e Ana Maria dos Anjos Conceição 1ª e 2ª secretarias respectivamente, Maria Cristhiana Fernandes compõe Conselho Fiscal com 7 homens e Carmem Gianini Damasco e Goretti Silva como suplentes do conselho acima.
7	Guajuvira: morosidade nas providencias e jogo de responsabilidades - 13/08/87	SIM	Roberto Cianchi e Vera Lúcia Mello em nome da associação participaram de reunião com autoridades
8	Guajuviras: Cohab pede inquérito sobre venda de chaves - 04/09/87	NÃO	
9	Guajuviras: Romaria do trabalhador com fiéis de todo o estado - 16/10/87	NÃO	
10	Guajuviras: esgoto a céu aberto e falta d'água. - 25-31/12/87	NÃO	
11	Guajuviras: moradores esbanjam energia elétrica 8-14/01/88	NÃO	
12	Guajuviras ("muitas perguntas de moradores sobre constante falta d'água") - 8-14/01/88	NÃO	
13	Guajuviras: Cohab acusada de chantagem – 7-12/01/89	NÃO	
14	Guajuviras: Sem repasses da Caixa não saem vendas dos imóveis - 08/04/88	NÃO	
15	Guajuviras em Paz – 14-20/04/89	SIM	Mercedes Rodrigues, titular da STAS (Sec. Assist. Social)
16	Guajuviras: faltam segurança e obras de infraestrutura - 17-23/11/89	NÃO	
RADAR			
17	Brigada Militar suspende despejos no Guajuvira - 23/04/87	NÃO	
18	Invasores estão com trânsito livre no Guajuviras - 30/04/87	NÃO	

19	Advogados denunciam que foram barrados (de entrar no Guajuviras; pelo diretor da Cohab) – 30/04/87	NÃO	
20	Vereadores discutem a ocupação do Guajuviras – 30/04/87	NÃO	
21	Conjunto residencial Guajuviras continua sem água e sem luz – 30/04/87	SIM	Na matéria há uma foto de uma mulher, um homens, um rapaz e um menino com a legenda: “Apesar dos vários problemas, a família de Haydée respira aliviada com a certeza de que a casa será dela”.
22	O sonho da casa própria – 23-30/04/87	SIM	“Haydée Pires Furtado, que invadiu uma casa com dois quartos com o filho e um neto[...] Suzana Furtado Peres com suas duas filhas em casa com um quarto, mas não tem renda para pagar à Cohab”. Nas duas famílias não há referência da presença de pai/esposo.
23	Começa o cadastramento dos ocupantes do Guajuviras - 07/05/87	NÃO	
24	Guajuviras: um campo de concentração - 07/05/87	NÃO	
25	Cohab cria projeto para Guajuviras – 15/05/87	NÃO	
26	Inaugurada primeira escola no Guajuviras - 09/07/87	NÃO	
27	Guajuvias ainda sem água e sem luz - 16/07/87	SIM	“embora existam muitos policiais residindo no loteamento[...] tendo ocorrido até arrombamento de casas, furtos e agressões à mulheres”
28	Irregularidades no Guajuviras criticadas: imóveis habitados estão sendo invadidos - 20/08/87	NÃO	

29	Inaugurada mais uma escola para 1.200 alunos no Guajuviras - 27/08/87	SIM	Maria Lima Leal – secretária da educação; Edna Rozani Batista Bittencourt, diretora da escola que destacou que as mães dos alunos realizaram mutirão para limpar a escola. Em nome da comunidade falaram Maria da Conceição e Vera, agradecendo a administração.
30	Reclamações pela falta de água e luz – 18/11/87	SIM	“a maioria da mulheres não trabalha[...]algumas mulheres reclamam que buscam água todos os dias e durante todo o dia[...] a mulherada anda louca lá embaixo, estão se juntando e vão fazer um escândalo na prefeitura “
31	Guajuviras: uma cidade inteira dentro de Canoas – (“ocupada em abril deste ano por cerca de 9 mil famílias, o Núcleo Habitacional Guajuviras comporta, hoje, mais de 35 mil moradores”) - 19/11/87	SIM	Vera Lucia de Mello - presidentes da Associação Beneficente Comunitária do Guajuviras fundada em 19 de julho de 87. Denuncia que a inexistência de creche o que impede as mães de trabalhar. Vera aparece como porta voz das demandas da comunidade.
32	1.300 alunos do Guajuviras estão sem aula - 31/03/88	SIM	Claudete Mayer, diretora da escola Jussara Polidoro. Maria de Lurdes Valente, diretora da escola Carlos Drumund e Ana Luiz Ocanã, diretora da escola Guajuviras.
33	Guajuviras reclama do atraso no recolhimento do lixo - 21/07/88	SIM	“um grupo de moradores[..] comissão formada por Iara Costa, Maria Aparecida Flores Lima e Eloísa Helena de Paulo Duarte”.
34	Prestações do Guajuviras definidas hoje - 26/01/89	NÃO	
35	Guajuviras: Direito garantidos só mesmo na justiça. - 02/02/89	NÃO	
36	Muitas agressões no Guajuviras (em função dos piquetes pela greve geral) - 16/03/89	NÃO	
37	Justiça defini: comercialização livre no Guajuviras - 23/03/89	NÃO	

38	O sonho da casa própria realizado pelos moradores – 20/04/89.	NÃO	
39	Guajuviras comemora 2 anos de ocupação com a legalização - 20/04/89	NÃO	
FOLHA DE CANOAS			
40	Guajuviras: Permanece o impasse (700 famílias continuam ocupando o conjunto desde domingo; aproximadamente 3000 pessoas) – 23/04/87	NÃO	
41	Guajuviras: tensão, carência e direitos eliminados (“Quem não conhece um campo de concentração que venha ao Guajuviras”). – 24/04/87	NÃO	
42	Guajuviras: quando o sonho do lar, doce lar vira um pesadelo. Condições humanas: (sobre falta de água, luz, saneamento e impossibilidade de sair e entrar com alimentos) – 28/04/87	SIM	Adília testemunha sobre a dificuldade de entrar e sair da ocupação. Ela é o único testemunho.
43	Infraestrutura do Guajuvira – 05/05/87	NÃO	
44	Cohab cria projeto para Guajuviras – 15/05/87	NÃO	
45	Guajuviras recebe reformas básicas – 15/05/87	NÃO	
46	Guajuviras terá luz instalada, (reunião da comissão de moradores com a prefeitura e Cee) – 19/05/87	SIM	Maria Aparecida F. Lima (membra da comissão de moradores com 4 homens)
47	Guajuviras contra a sujeira – 19/07/88	SIM	“mais de duas centenas de mulheres e crianças estiveram na prefeitura apoiando uma comissão representativa do Guajuviras formada exclusivamente por mulheres”
48	Abastecimento de água será sanado - 08/10/88	NÃO	
49	Guajuviras, infraestrutura está cada vez melhor – 15/11/88	NÃO	
50	Cohab vende o Guajuviras (assembleis discutem preços propostos pela Cohab) – 23/12/88	NÃO	

51	Intransigência marca reunião com a Cohab (“a Cohab não valida a determinação da assembleia de moradores que não quis os preços propostos, por achar que os menos de 3 mil pessoas que compareceram não representam o pensamento das 36 mil do residencial”) – 06/01/89	NÃO	
52	Guajuvias: limites da negociação (comissão pró-moradia tem que dar respostas sobre valores) - 24/01/89	NÃO	
53	Guajuviras (chamamento público para assembleia da associação de moradores) - 24/01/89	SIM	Maria Aparecida Flores Lima assina como 1ª secretária da associação
54	Cohab/Guajuviras: agora é na justiça – 31/01/89	SIM	Maria da Fontoura é a advogada de defesa
55	Guajuviras pode se tornar inabitável - 17/02/89	NÃO	
56	Guajuviras: solução via judicial – 28/02/89	NÃO	
57	Cohab livre para negociar Guajuviras – 21/03/89	NÃO	
58	Loteamentos Têm Irregularidade (“30% da área habitada em Canoas”) - 01/05/89	NÃO	
59	Despejo: Guajuviras garante suspensão da liminar - 17/08/89	NÃO	
60	Guajuviras reclama abandono das autoridades – 06/10/89	NÃO	

Tabela 04 – Relação de matérias dos jornas Radar, Folha de Canoas e O Timoneiro dos anos de 1987 a 1989 que mencionam uma ou mais mulheres

Fonte: Elaboração própria.

Segundo os critérios expostos e, com relativa cobertura do tempo recortado, foram selecionadas 60 matérias de jornais. Destas, apenas 17 matérias fazem alguma referência a uma ou mais mulheres, ou seja, apenas 28%, o que, por si, revela silêncio e invisibilidade sobre as mulheres. No entanto, ao observar um pouco mais atentamente as 17 referências existentes veremos em quais lugares e/ou papéis sociais as mulheres aparecem. Falando desde a condição de órgão público, só há mulheres no papel de serviço de assistência social e professora/diretora de escola (linhas 15 e 29). Quando as matérias falam de entidade de representação da comunidade – fala-se em duas associações de moradores –

as mulheres aparecem em número muito reduzido, como secretária e membra da comissão fiscal (linhas 6 e 53) e, em uma das associações, é presidenta (linha 31). Em todos os registros de reuniões de comissões e associações com órgãos públicos há a presença de uma mulher (linhas 7, 46 e 1). Pontualmente, há um registro da advogada que atuou em defesa da ocupação (linha 54), uma fala de testemunho sobre o tema do bloqueio do acesso pela polícia nos primeiros dias da ocupação (linha 42) e, um registro de reunião sobre o tema da violência que apresenta genericamente “agressões a mulheres”, colocando-as em posição de vulnerabilidades para corroborar com o argumento da necessidade de maior policiamento (linha 27).

Em apenas quatro notícias – dentre as 60 matérias analisadas – as mulheres da ocupação são representadas como protagonistas da ação. Uma delas retrata os casos de Heydée e Suzana (linha 22) que são apresentadas como famílias em situação limites entre a vulnerabilidade e a esperança da tão sonhada casa própria. Ainda que a matéria fale das dificuldades e angústias de Haydée (que ocupou com seu filho e neto) e de Suzana (com suas duas filhas ocupantes de uma casa com apenas um quarto), elas aparecem como chefes de família, enfrentando sozinhas as durezas daquela luta. Um das matérias retrata as dificuldades enfrentadas pelos mais de 35 mil ocupantes tendo como “voz” da comunidade a presidenta da Associação Beneficente Comunitária (linha 31). Em duas matérias estão os registros de dois jornais sobre a mesma luta das mulheres cobrando do poder público o recolhimento de lixo no Guajuviras. O jornal *Radar* publicou a notícia no dia 21/07/88 e registrou apenas a reunião da comissão composta somente por mulheres com representantes do prefeito (linha 33). O jornal *Folha de Canoas* noticiou no dia 19/07/88, dizendo que “mais de duas centenas de mulheres e crianças estiveram na prefeitura apoiando uma comissão representativa do Guajuviras formada exclusivamente por mulheres” (linha 47).



Figura 15 - Mulheres em protesto na prefeitura pelo recolhimento de lixo

Fonte: Arquivo de GAMALHO, Nola, obtido na Biblioteca João Palma da Silva, Folha de Canoas, 19/07/1988.

Em verdade, as matérias do jornal *Radar*, em 21/07/88 e do jornal *Folha de Canoas*, em 19/07/88, referem-se a um só acontecimento e registro em que efetivamente as mulheres foram representadas como protagonistas. Com isso, considerando que a intenção da matéria que tratou dos casos de Haydée e Suzana era retratar suas dificuldades e vulnerabilidade e, considerando que as duas matérias que abordam a luta pelo recolhimento do lixo referem-se à um só fato, temos, efetivamente, apenas duas situações em que as mulheres são representadas como protagonistas da ação e porta-voz da comunidade: A situação da luta pelo recolhimento do lixo (das linhas 33 e 47) e a fala da presidenta da associação sobre as dificuldades enfrentadas pelos moradores (linha 31). Assim, ao recordar as narrativas das mulheres ocupantes, no capítulo 2 deste texto, que retrataram a contundente presença, resistência e luta das mulheres em todo o processo da ocupação e negociações, fica um sentimento – e constatação – de falta, de silêncio, de invisibilidade nas matérias consideradas dignas de registro e publicidade.

E, finalmente, uma matéria em particular gerou estranhamento, desde os gestos de interpretação de que se trata este exercício de análise. É uma matéria intitulada “Reclamações pela falta de luz e água”, veiculada pelo jornal *Radar*, no dia 18 de novembro de 1987 (linha 30). Nela as evidências referente às representações das mulheres, que têm seus rastros no conjunto das demais matérias, se apresenta de forma mais explícita. Por isso esta é a matéria escolhida, de onde recortei os trechos mais significativos da representação das mulheres e a valoração de suas práticas. Estes recortes, por sua vez, passam a ser o *corpus* discursivo em que efetivamente será executada a operação da análise de discurso.



Figura 16 - Reclamações pela falta de luz e água

Fonte: Arquivo de GAMALHO, Nola, obtido na Biblioteca João Palma da Silva, Radar, 18/11/1987.

Recorte do *corpus* discursivo: superfície linguística

“Do número total de moradores do Guajuvira, cerca de 80 por cento dos homens tem empregos, a maioria das mulheres não trabalha.

[...]

No final do setor dois, em frente à uma parada de ônibus, existem bicas onde constantemente pessoas buscam água em baldes. Também em alguns tanques pessoas lavam roupas. Algumas mulheres reclama que buscam água todos os dias, durante todo o dia. Uma senhora fala que “a mulherada anda louca lá embaixo, estão se juntando e vão fazer um escândalo na Prefeitura”. Um jovem que acompanha sua mãe, diz que em alguns locais do Guajuviras nunca tem água, e a luz também é rara.

Do objeto discursivo às formações discursivas: as Condições de Produção, Formações Discursivas e Formações Ideológicas

Com relação a condição de produção imediata, é necessário situar quem fala, de onde fala, para quem fala e de quem está falando. Nesse sentido, o discurso em análise é emitido pelo sujeito social falante jornalista, cujo nome e sobrenome não importa nesta análise, pois não se trata de avalia-lo no exercício de seu ofício e não interessa, em nenhum momento, sua exposição. Na análise, importa a forma-sujeito que se faz no ato do discurso que, neste caso, ocupa um espaço em um jornal de circulação na cidade de Canoas e que, em novembro de 1987, está relatando a seus leitores assinantes sobre “as reclamações

pela falta de luz e de água” das pessoas que, desde abril do mesmo ano, ocuparam o Guajuviras.

A fala de um jornalista é amparada em sua liberdade pela legislação brasileira e pela sociedade. É uma fala com legitimidade e autoridade para “dar a informação”. De outro lado, a fala do jornalista, considerada apta pela diretriz editorial para ser veiculada em determinado jornal, dialoga com seu público leitor em termos de linguagem, conteúdo e forma. Nesse sentido, ao dizer o que diz em suas páginas, o jornal sabe que encontra amparo de sentidos compartilhados com parte significativa de seus leitores assinantes.

A primeira frase recortada no corpus é exatamente a frase que abre a matéria. Sua afirmação é que “cerca de 80 por cento dos homens têm emprego” e que “a maioria das mulheres que não trabalha”. No entanto, a matéria se propõe a tratar das reclamações frente a falta de água e luz, considerados recursos essenciais para a manutenção da vida e direitos básicos. Então, por que a matéria inicia informando sobre a situação de emprego e trabalho dos homens e mulheres ocupantes? É nesse momento que é necessário acionar o contexto histórico mais amplo em que se insere tal notícia ou, a condição de produção ampliada em seu contexto de formação discursiva e formação ideológica.

O Brasil da segunda metade dos anos 1980 estava saindo de duas décadas de Ditadura Militar. Isso significa um mundo de coisas na história do Brasil e, dentre elas, significa dizer o Brasil estava saindo de duas décadas de comando autoritário, sob o marco ideológico conservador, do ponto de vista moral, social e político. E é justamente neste marco que se insere a formação discursiva que entende ser necessário iniciar a matéria afirmando que se trata de homens empregados e trabalhadores, em sua maioria, por isso com legitimidade para reclamar direitos. Aqui a afirmação que se quis fazer está, na verdade, no que não foi dito, no silenciado que indica outros sentido (ORLANDI, 2009). Ao dizer que a maioria dos homens são empregados, a matéria busca afirmar que se não trata de “gente que não trabalha, preguiçosos, vagabundos” mas de trabalhadores, portanto, gente séria que deve ser ouvida em suas reclamações.

Ainda na mesma frase, é importante observar que, ao dizer que ter emprego serve para atestar seriedade, significa dizer que não se trata de qualquer forma de trabalho e sim de um determinado tipo de trabalho circunscrito em uma determinada forma de organização da produção e da sociedade. De acordo com o *Dicionário do Pensamento Social do Século XX* (1996), emprego é uma relação de trabalho em que alguém, possuidor de meios de produção, contrata a força de trabalho de outro alguém por um valor determinado, dentro de uma relação de troca. O trabalhador contratado deverá realizar produtos e/ou serviços para fins de troca no mercado. Esta forma de trabalho está circunscrita historicamente dentro e a partir do modo de organização da produção, da sociedade, das relações e da vida, chamado capitalismo. Portanto, o que atribui as qualidades requeridas para ser sério e ter direitos é o emprego e não o trabalho. Este, segundo o referido dicionário, é entendido como todo e qualquer esforço humano, físico e/ou mental, dotado de propósito e voltado

a realizar e produzir bens e serviços para fins de uso ou de troca. Mais adiante, quando analisarmos as mulheres neste discurso, a distinção de significado e valor do emprego e trabalho ficará mais explícita.

Bem, mas por que participar do universo da produção e troca de mercadorias através do emprego aparece no discurso dando sinais da seriedade e legitimidade para reclamar direitos? Novamente, é necessário retomar o que significa a década de 1980 no contexto brasileiro e como, no marco da Ditadura Militar, se concebia direitos e o papel do Estado frente às demandas sociais. As Ditaduras Militares do Brasil e da América Latina centravam-se no empenho entre, de um lado, implantar políticas econômicas liberais e, de outro, garantir políticas sociais de controle baseadas em práticas autoritárias e violentas e, o que importa nesta análise, numa moral conservadora ancorada na ética do trabalho (RUVALCABA, 2006; ALABARCE, 2015). Nessa perspectiva, os indivíduos considerados “capazes” deveriam ser responsáveis por satisfazer suas necessidades e, ao Estado, caberia promover o desenvolvimento econômico para gerar empregos. Assim, os indivíduos integrados à produção e ao mercado, integrariam-se também à sociedade, contribuindo com impostos e, em consequência, seriam portadores de direitos. O Estado, segundo estes marcos, *“deja actuar la desigualdad, garantizando un mínimo vital a quienes no puedan asegurar su propia existencia”* (ALABARCE, 2015, p.33). Esta é a história que significa os – dá significado aos – sentidos contidos no discurso.

Contudo, com o processo de redemocratização a partir de 1984 e, sobretudo, de organização de diversos movimentos sociais, entidades de classe e partidos de esquerda, o debate de concepção e, sobretudo ideológico, a cerca de direitos estava acontecendo no contexto brasileiro. De um lado a formação ideológica acima e de outro a formação ideológica que concebia direitos a partir de princípios universais e humanitários. Estas duas concepções de direitos em debate estavam concentradas na arena de luta em que consistiu a Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1º de fevereiro de 1987. E este foi justamente o ano em que o discurso aqui analisado foi inocentemente (talvez) emitido. Estas duas concepções deixam pistas mostrando que as duas formações discursivas estão presentes no discurso. Uma delas demonstra interesse em, de início da matéria, depor em favor da reivindicação e justificar que “aquela gente” pode reclamar direitos porque é trabalhadora (os homens), mas a outra formação discursiva, esta sim dominante no discurso, afirma que é pelo emprego que se constituem como portadores de direitos. Assim, revela-se a formação ideológica que rege o discurso filiada à concepção conservadora moralmente e liberal economicamente.

Bem, agora efetivamente partiremos para a análise de como as mulheres são representadas no discurso. Para isso, foi necessário e importante todo o caminho de análise de discurso feito até este ponto, olhando para como o trabalho e o direito são significados no e para o universo masculino. A partir disso, a análise segue olhando o discurso do ponto de vista de gênero ou, analisando o discurso do ponto de vista de gênero

para revelar evidências de sentidos a cerca das representações das mulheres e de suas práticas. Para isso, e para facilitar à leitora e ao leitor, é válido retomar o *corpus* discursivo em análise, sublinhando, agora, as referências explícitas às mulheres:

“Do numero total de moradores do Guajuvira, cerca de 80 por cento dos homens tem empregos, a maioria das mulheres não trabalha.

[...]

No final do setor dois, em frente à uma parada de ônibus, existem bicas onde constantemente pessoas buscam água em baldes. Também em alguns tanques pessoas lavam roupas. Algumas mulheres reclamam que buscam água todos os dias, durante todo o dia. Uma senhora fala que “a mulherada anda louca lá embaixo, estão se juntando e vão fazer um escândalo na Prefeitura”.

Como pode ser visto na imagem da matéria, o *corpus* foi constituído da primeira frase e último parágrafo da matéria (exceto a última frase). Numa primeira análise da superfície linguística, aparece evidente uma contradição: “a maioria das mulheres não trabalha [...] algumas mulheres reclamam que buscam água todos os dias, durante todo o dia”. Independente de tratar-se de um recorte com frases de diferentes partes do texto, trata-se de uma mesma matéria aqui tomada como discurso. No mínimo, um estranhamento é gerado ao ler tais afirmativas. Não trabalham? Mas buscam água todos os dias e o dia todo? Num primeiro momento, parece tratar-se de uma contradição. No entanto, se analisarmos do ponto de vista de gênero, acionando os “já ditos” na memória (que é social) e no interdiscurso sobre o que Nancy Fraser (2001) chama de cultura-valorativa da sociedade referente ao fazer das mulheres, veremos o discurso significar e, assim, revelar a mais absoluta coerência nos sentidos que emite.

Seguindo as pistas deixadas no discurso, primeiro cabem algumas análises linguísticas de expressões e afirmações que aparentemente não referem-se às mulheres. Quando diz que “existem bicas onde constantemente pessoas buscam água em baldes. Também em alguns tanques pessoas lavam roupas”, a matéria não revela o sexo destas pessoas e leva a crer que são mulheres e homens. No entanto, duas pistas colocam dúvidas sobre isso: a primeira é que, quem conhece minimamente a cultura brasileira no que refere à divisão sexual do trabalho doméstico, no mínimo deve desconfiar de que se trata de uma certa equidade no número de homens e mulheres empenhados nas lidas cotidianas de buscar água na bica e, muito menos, de lavar roupas no tanque. A segunda pista revela que, se 80% dos homens tinham empregos – fora do Guajuviras, porque lá não havia indústrias ou comércios neste período – então, no mínimo nestas 80% das famílias, quem cumpriam estas tarefas eram as mulheres. E isso considerando, hipoteticamente, que todos os demais homens que não estavam em empregos dividissem igualmente as tarefas de buscar água e lavar roupas nos tanques, o que parece pouco plausível numa cultura machista e sexista como é a brasileira. Então, será que não se está falando de mulheres? E se sim, por que não se afirma que mulheres buscam água e lavam roupas nas fontes?

Isso não teria importância? Para quem não teria importância?

Quando inicia-se a frase que fala objetivamente das mulheres aparece a expressão “algumas”. Do ponto de vista da gramática, trata-se de um pronome indefinido coletivo que indica nem muito, nem pouco, conforme o dicionário Houaiss (2008). No entanto, a mesma reflexão acima demonstra que é muito provável que eram, no mínimo, 80% das mulheres que cumpriam estas tarefas cotidianas, “ todos os dias e o dia todo”. E, se considerarmos que os jornais do mesmo período afirmavam que já deviam ser cerca de 36 mil os habitantes nas cerca de 6 mil unidades habitacionais, significa dizer que os núcleos familiares eram, em média, de quase seis pessoas. Ora, buscar água de baldes em bicas e lavar roupas em tanques coletivos desde abril, quando aconteceu a ocupação, até aquele momento, sete meses após, não consistia em pouco trabalho.

Bem, então resta analisar por que, se as mulheres faziam tudo isso, a matéria afirmava que “a maioria das mulheres não trabalhavam”? Novamente é necessário acionar a compreensão de trabalho na sociedade capitalista ou, melhor dizendo, a compreensão de qual trabalho tem valor e importância social dentro deste marco de organização material e simbólica da produção e da sociedade. O trabalho que vale é o trabalho que participa da esfera da produção de riquezas – produtos e serviços – com valor de troca no mercado. Nessa perspectiva, todo o trabalho da esfera da reprodução social da vida, o trabalho cotidiano, não tem o mesmo valor. Sobretudo, se for um trabalho realizado pelas mulheres em suas famílias, este tem um sentido de obrigação, de dever. Tal sentido se assenta em dois pressupostos: o primeiro é de que o trabalho doméstico, da esfera da reprodução da vida, não tem valor ou pouco tem (mesmo que se trate das esposas dos 80% dos homens empregados que os mandam com marmitas para o emprego e lavem os uniformes das empresas, sujos de resíduos os quais nem mesmo conhecem). O segundo pressuposto é o da divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres a obrigação do cuidado da casa e da família (OKIN, 2008). Estes pressupostos habitam a memória coletiva, na forma de convicções tão contundentes que transparecem no discurso com naturalidade, como se os papéis sociais de homens e mulheres fossem, desde sempre, determinações da natureza. E é assim que o discurso em análise manifesta seus sentidos, de modo tão sutil e tão contundente que, paradoxalmente, como disse Pêcheux, “marca e veicula a ‘norma’ identificadora” (PÊCHEUX, 1997, p.159, grifo do autor) do que é ser mulher e qual o valor de seu trabalho. E isso, conforme segue autor, é o papel da “ideologia que, através do ‘habito’ e do uso, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*” (PÊCHEUX, 1997, p. 159, grifos do autor). É por isso que a matéria não comete contradição em suas afirmações, ela revela coerentemente o que “está lá” na memória coletiva sobre as mulheres e suas práticas.

E sobre ser sujeito de direitos? Se os homens, nos gestos de interpretação acima produzidos, têm direitos e legitimidade para cobrá-los porque participam da produção de riquezas através do emprego – que é o trabalho que vale – então, às mulheres, como

fica tal legitimidade? Uma pista que aponta para os significados neste sentido pode ser percebida no testemunho da senhora que diz que “a mulherada lá embaixo tá se juntando e vão fazer um escândalo na prefeitura”. A senhora diz que estão se juntando. Não seria se organizando? E completa dizendo que pretendem fazer um escândalo na prefeitura. Não seria um protesto? As palavras acionadas pela senhora em seu testemunho não são meras expressões simples. “As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2009, p.20). Desse modo, são palavras que compõem um discurso que habita e se apoia em memórias sociais que, além de valorar desigualmente o fazer das mulheres, põem em dúvida a legitimidade delas enquanto cidadãs portadoras de direitos e legítimas para reclamá-los. E, quando as mulheres se colocam neste lugar – de cidadãs de direitos legítimas para reclamá-los – suas ações não encontram sentido político (organização, reivindicação) nas representações sociais.

Por fim, frente ao conjunto de matérias analisadas é possível identificar um reduzido número de menções à(s) mulher(es). Apenas em dois casos elas aparecem como protagonistas da fala e da ação, revelando invisibilidade. E, finalmente, a matéria tomada como corpus discursivo da análise revela sentidos que apontam para representações sexistas e machistas que não reconhecem a labuta cotidiana das mulheres enquanto trabalho e retira delas a condição de sujeitas políticas tanto em suas práticas cotidianas como nas lutas que protagonizam em defesa do direito de morar com dignidade. Assim, são representadas em condição secundária, pouco visibilizadas e subvalorizadas em suas práticas e no papel que estas cumpriram na conquista do território Guajuviras.

COMO AS MULHERES E SUAS PRÁTICAS PARTICIPAM NA CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO

Fazer uma análise geográfica iluminada pela perspectiva de gênero, ou, com matizes feministas (SILVA, 1998), não significa tratar das mulheres e suas práticas como fenômenos e processos isolados. Nem mesmo trata-se de estabelecer paralelos imediatos entre elas e suas práticas comparando-as aos homens e suas práticas. Significa investigar sinais e evidências que apontem para especificidades de seu fazer e de sua condição de gênero operando nos processos. E por isso foi fundamental apresentar o espaço e território Guajuviras de forma densa, no entanto, desde a perspectiva das mulheres. Essa foi a intensão da parte Dois desta dissertação. Tomando as narrativas como o principal documento histórico que apresenta e espaço-tempo recortado, a pesquisa buscou identificar processos, eventos e vivências pessoais marcantes para buscar caminhos de contextualização dos mesmos. Não tomando-os como processos, eventos ou vivências somente particulares, ainda que também o sejam, mas como sinais e evidências daquilo que significam em contextos sócio-espaciais mais amplos.

Neste capítulo, buscarei retomar aquilo que é central nas abordagens dos capítulos anteriores no esforço de tomá-las como fios para, aqui, tecer a rede que permite ‘pescar’ pistas de respostas da pergunta orientadora da pesquisa. Para isso, vários subtítulos serão necessários. Paradoxalmente, talvez pecando por formato de apresentação mais cartesiano, o intuito é justamente construir um esforço de pensamento dialético, que parte do particular para o amplo e deste, volta ao particular para compreendê-lo em contextos e realizar análises que, em alguma medida, são gestos pessoais de busca de sentidos.

O GUAJUVIRAS COMO ESPAÇO

Estudar o Guajuviras é, necessariamente, estudar as relações sociais que o constituíram (SOUZA, 2013). Por isso, trata-se de uma análise sócio-espacial de um processo de produção do espaço empreendido sob a força de diferentes atores sociais, com diferentes interesses e projetos e, sobretudo, desigual poder, agindo cooperativamente e contraditoriamente - em conflito – através de técnicas na execução de ações, implantação de objetos e processos discursivos.

A urbanização do Guajuviras se constitui, num primeiro momento, como um projeto e empreendimento do Estado, com participação dos três níveis – federal, estadual e

municipal - financiado majoritariamente com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS, e executado por empresas privadas em sintonia com interesses do mercado imobiliário. Conforme estudo empreendido pelo arquiteto e urbanista William Mog (2016), o Guajuviras era parte da estratégia de urbanização e desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre, com a participação ativa de agentes estrangeiros:

Dentro do contexto da RMPA, o Grupo Executivo da Região Metropolitana (GERM) representou os atores que determinaram e planejaram a mesma. No início da década de 1970, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM) em função de uma parceria entre Brasil e Alemanha. Este documento representava uma regularização e organização para o crescimento urbano da RMPA considerando os seguintes aspectos: indústria, habitação, recreação, transporte coletivo, saneamento, entre outros (MOG, 2016, p.5).

No entanto, essa não era uma particularidade da RMPA e muito menos do empreendimento que é objeto desta pesquisa. O estudo de William Mog demonstra a política e estratégia do Estado brasileiro, sob o comando do Regime Militar que, segundo Milton Santos (2001; 2013) promove as condições para a presença de capitais estrangeiros no território nacional. Milton Santos (2013), tratando da presença do capital alemão neste período e contexto, afirma que seu poder não restringia-se às questões da produção industrial apenas, mas também na influencia o padrão de comunicação de massas, imprimindo novo estilo de *marketing* de governo e, o que interessa neste estudo, influenciando no planejamento urbano. Conforme descreve o mesmo autor, o Jornal *O Estado de S. Paulo*, de 06 de abril de 1979, noticiou um encontro da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, ocorrido um dia antes – 05/4/79 – onde o chanceler alemão proferiu o discurso intitulado *Perspectivas das Relações Teuto-Brasileiras*, em que felicitava a grande presença de seu país na produção industrial, geração de renda e cooperação com o Brasil (SANTOS, 2013, p.112).

Ainda analisando desde o prisma da produção do espaço pela política de urbanização do Estado em que se inseria o Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, é significativo compreender o papel deste formato de empreendimento:

Os conjuntos residenciais, levantados com dinheiro público – mas por firmas privadas – para as classes médias baixas e pobres, situavam-se quase invariavelmente nas periferias urbanas, a pretexto dos preços mais acessíveis dos terrenos, levando, quando havia pressão, a expansão de serviços públicos como luz, água, às vezes esgotos, pavimentação e transportes, custeados, também, com os mesmos recursos. É desse modo que o BNH contribuiu para agravar a tendência ao espraiamento das cidades e para estimular a especulação imobiliária. A construção de um conjunto residencial, e a consecutiva dotação de infraestrutura, valoriza os terrenos ao redor, estimulando os proprietários a uma espera especulativa. Produzem-se novos vazios urbanos, ao passo que a população necessitada de habitação, mas sem poder pagar pelo seu preço nas áreas mais equipadas, deve deslocar-se para mais longe, ampliando o processo de periferização (SANTOS, 2013, p.124).

Este perfil descrito por Milton Santos, no que refere à localização do empreendimento, pode ser nitidamente observado no caso de Canoas, conforme demonstram as figuras abaixo:



Figura 17 - Fotografia aérea do Guajuviras, 1991

Fonte: Acervo Metroplan.



Figura 18 - Imagem do Guajuviras, 2009

Fonte: Google Maps, obtido por Rosemari B. Oliveira.

As Figuras 17 e 18 demonstram que o Guajuviras foi projetado e executado em meio a uma região verde, não urbanizada e afastada do núcleo central da cidade (cerca de 8 km, considerando-se a rótula de acesso ao Guajuviras). A fotografia aérea do ano de 1991, cerca de duas décadas após o planejamento do empreendimento, deixa claro esta constatação que, segundo Milton Santos, era parte da estratégia de produção do espaço

urbano segregador. A Figura 18, do ano de 2009, demonstra ainda haver vazios urbanos em espaculação.

No entanto, o Guajuviras não se constituiu como um espaço empreendido pelos atores hegemônicos apenas. Ele se constituiu pela força da coexistência de diferentes e desiguais atores sociais, com diferentes e desiguais poderes; de instituições de Estado e privadas, mas também de homens e mulheres, de diferentes trajetórias migrantes que se encontraram na cidade grande e, movidas pela necessidade, organizaram-se e coloram em conflito os projetos e estratégias de desenvolvimento hegemônico. A ocupação do Guajuviras colocou em choque o espaço dominado pelas forças hegemônicas do Estado e interesses do mercado, transformando-o num espaço apropriado por milhares de pessoas que o converteram em “Guajuviras, terra da gente”. Assim, demonstrando que espaço é sempre carregado de possibilidades, é sempre palco e alvo em feitura pelas forças sociais que o constituem. Portanto, o espaço é, também e sempre, palco e alvo de esperança.

Nesse sentido, a ocupação do Guajuviras também deve ser compreendida enquanto expressão de um processo muito significativo de seu tempo, no contexto sócio-espacial brasileiro de final dos anos 1970. Um contexto em que o povo brasileiro, espremido pelas contradições sociais e pela repressão política da Ditadura Militar, faz emergir das entranhas dos campos e corredores de beira de estrada repletos de sem-terra, das fábricas e das vilas repletas de migrantes, a presença da política, entendida como possibilidade e prática do debate sobre o que é do interesse coletivo, de que fala Hannah Arendt (2011).

Além de todo o contexto de déficit habitacional e carência de políticas públicas, tratados no capítulo três deste texto, é fundamental visibilizar o importante papel que cumpriu no processo de ocupação e lutas do Guajuviras as emergentes organizações da sociedade civil daquele contexto histórico. Contribuindo no processo de debates nas vilas e no chão de fábrica, com apoio e assessorando jurídico e outros suportes importantes, especialmente o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas e as CEB's da igreja católica.

As narrativas das participantes do grupo de mulheres ocupantes, demonstram a percepção e compreensão de que havia um método de organização popular e lutas em operação, através de diversas metodologias significativamente participativas. A Solange falou que “foram reuniões intermináveis”. A Aninha disse que “isso foi muito legal. Criou líderes... Os líderes de quadra e a comissão não faziam nada, nada sem fazer assembleia e chamar o povo, sem explicar tudo. É um método muito legal”. Já a Cida, que participava de encontros anteriores à ocupação, na Casa da Partilha das CEB's - onde se planejava a ocupação - e atuava na coordenação do processo de organização interna da ocupação, fez questão de ressaltar em sua fala: “foi um método, uma metodologia muito rica, muito pensada, muito participativa. Sabe, e isso foi o êxito da nossa vitória aqui. Foi o método da nossa organização, a assessoria das pessoas que tinham garantido esse método junto com a gente”.

De um espaço empreendido enquanto estratégia tecnocráticos – e ineficazes – do Estado, ao espaço apropriado pela organização e luta popular. Assim o Guajuviras se constitui enquanto território, construído com as marcas de metodologias participativas e práticas políticas coletivas – o que não significa sem tensões e conflitos - nas esferas do universo público e cotidiano. Assim se constitui o território Guajuviras.

O GUAJUVIRAS COMO TERRITÓRIO

Após todas as descrições e narrativas, reflexões e gestos de análises realizadas sobre o Guajuviras, torna-se uma tautologia discuti-lo do ponto de vista das feições e atributos que o caracterizam como um território. Desde os gestos simples de Cida e Solange que, ao passar pelo residencial em construção, ficavam sonhando com uma daquelas casinhas, até os debates e planejamentos na Casa da Partilha da CEB's, relatados por Cida, são intenções e projetos que têm por objeto o espaço. A ocupação em massa – fala-se em cerca de 700 famílias durante o final de semana da Páscoa – a resistência ao cerco policial que tornou, por alguns dias, aquele como um cenário de “campo de concentração”, onde não passavam pessoas, alimentos ou agasalhos. A persistência ao longo de mais de seis meses sem água e sem luz; buscando água “todos os dias e o dia todo” em bicas e valos. As caminhadas até a prefeitura (cerca de 8 km), as “intermináveis reuniões”, a metodologia intensa de representação e discussões, as negociações com a prefeitura e COHAB, etc. Tudo isso caracteriza um espaço disputado, apropriado, usado, defendido e demarcado, comunicado e reconhecido (as matérias de jornais da época demonstram reconhecer a legitimidade da ocupação). Tudo isso significa trabalho (intensivo), comunicação, programas e ações empreendidas por milhares de pessoas que, na absoluta maioria, até aquele espaço-tempo não se conheciam e ali se constituíram coletivo, povo, ator sintagmático empregando energia sob o espaço convertido em território (RAFESTTIN, 1993).

O Guajuviras não só reuniu pessoas de origens diferentes, muitas delas de trajetórias migrantes, como mostram as narrativas e os dados demográficos de Canoas – nos capítulos 2 e 3 – como as congregou em torno da defesa do território. Guajuviras constituiu-se não apenas um endereço ou um local de moradia. Guajuviras, para a população ocupante, tornou-se uma bandeira de lutas, uma causa, elemento de pertencimento e identidade, especialmente para as pessoas que cumpriram papéis de liderança durante a ocupação e permanecem morando e atuando no território.

O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO PONTO DE VISTA DE GÊNERO

Todo esse trabalho, energia, comunicação, exercício cotidiano de tessitura de de relações de cuidado e processos de organização para toda ordem de demanda e ação

coletiva, foram fundamentais. Cabe agora refletir como isso se deu do ponto de vista de gênero. O que, neste momento, a partir das narrativas, reflexões, estudos e análises, buscarei refletir. Retomando o que já foi dito no início deste capítulo, não se trata de compreender as mulheres e suas práticas de modo isolado ou comparativamente, é justamente o contrário. Trata-se de compreendê-las relacionalmente, no processo, evidenciando – e visibilizando – especificidades de suas práticas e posições enquanto práticas e posições que são genericadas. Isso significa dizer que, em nenhum momentos está sendo defendido qualquer compreensão essencializada de papel de mulher, mas sim estudar os papéis sociais que cumpriram no processo e que, por se tratar de mulheres, invariavelmente são invisibilizados e/ou subvalorizados. E esse caminho será traçado a partir de falas das mulheres ocupantes, demonstrando que um pouco de atenção às vivências cotidianas (SILVA, 2003) faz emergir significativos traços e processos socialmente amplos, contundentes e, ao mesmo tempo velados.

A OCUPAÇÃO E OS DIAS DE “CAMPO DE CONCENTRAÇÃO”

“Tá. Tu espera teu edital que eu tô indo...”

Tania

“Se tu não me acompanhar nós vamos ficar aqui sofrendo como nós sofremos.
Vamos?!”

Vera

A Tania, a Vera, a Cida, a Roselma, a Aninha e a Christina forma casos de mulheres que tiveram a iniciativa e, mesmo contrariando seus maridos, decidira ocupar em condições completamente inseguras, sem recurso básicos tais como agasalhos e alimentos e, em um clima de completa tensão e medo. O cerco policial, as tentativas e permanentes ameaças de despejo, assim como a proibição de deixar passar alimentos e agasalhos, tornaram as primeiras semanas de ocupação o que os jornais chamaram de campo de concentração.



Figura 19 - Quem não conhece um campo de concentração que venha ao Guajuviras

Fonte: GAMALHO, Nola. Obtido na Biblioteca Pública João Palma da Silva, Folha de Canoas, 28/04/1997.



Figura 20 - Guajuviras: "um campo de concentração"

Fonte: GAMALHO, Nola. Obtido na Biblioteca Pública João Palma da Silva, Radar, 07/05/1987.

Durante os primeiros meses, o cerco de policiais da Brigada Militar e do Exército cobria toda a extensão do Guajuviras pela Avenida Boquerião. Nas primeiras semanas a entrada de pessoas era completamente proibida. Nem mesmo alimentos e remédios podiam ser levados ou mesmo entregues para as pessoas ocupantes. Com a mediação de políticos e entidades da cidade foi sendo amenizada a rigidez com relação aos alimentos e agasalhos. No entanto, com variações, conforme os comandos de cada turno e mesmo de soldado para soldado. E mesmo nestas condições a Tania e a Vera resistiram. A Vera e sua cunhada, ambas com filhos pequenos, ficaram cinco dias sem que seus esposos, dando conta de toda sorte de necessidade, contando com a proteção e ajuda de vizinhos. A Tania da mesma forma, resistiu sozinha durante 5 dias até seu esposo retornar ao Guajuviras. A Cida também relatou ficar morando com seus filhos, pois seu esposo não quis ocupar com ela. A Roselma, por pouco tempo conseguiu salvar seu apartamento, pois o esposo, que

num primeiro momento não quis ir junto, quase cedeu à chantagem de um especulador que havia deixado alguns objetos para ganhar um apartamento extra ou algum dinheiro. A mãe de Loraine e outras mulheres solteiras, moravam com seus filhos no prédio em frente de escola e posto de saúde, local facilitado para o deslocamento das crianças à escola e onde qualquer situação estranha seria percebida facilmente. Da mesma forma, Haiddé e Suzana, que aparecem em matérias de jornais analisadas neste estudo, também eram exemplos de mulheres que se mantiveram sozinhas com suas filhas e seus filhos naquele contexto de tensão, medo e riscos. Certamente elas não eram as únicas e, certamente isso não é o mais relevante enquanto argumento da importância que cumpriram na conquista do território. No entanto, merece visibilidade e reconhecimento dada a valentia e a determinação que foram imprescindíveis na conquista do território.

Por ocasião dos 30 anos da ocupação do Guajuviras, em celebração realizada numa capela católica, foi lida uma carta enviada por uma das religiosas que moraram na ocupação desde os primeiros dias da mesma, contribuindo na organização e resistência. No recorte que segue, a Irmã Liris Heisler testemunha a importância das mulheres naquele contexto crítico:

Marabá, 17 de abril de 2017.

Exatamente há 30 anos, dia 17/04, numa 6ª feira santa, aconteceu a grande conquista da passagem de um povo oprimido, para a casa própria, se libertando do aluguel, ou pior, do sem-teto, não tendo onde ir.

As mulheres foram as grandes heroínas, como que “as parteiras do Egito” driblando polícia, autoridades etc para poderem segurar a sua casinha. Sujeitaram –se a dormir no chão, passando fome, partilhando com vizinhos o pouco que tinham trazido ou conseguiam pegar, quando pessoas generosas de fora do cerco da polícia, atiravam sacolas com algum alimento. Como iluminação, acendiam-se as fogueiras perto das casas, que também serviam para aquecer alguma água, ou alimento..

Esta conquista exigiu muita coragem, enfrentamentos de todos os tipos, organização de encontros, assembleias, lutas, busca de ajudas de lideranças populares para reverter “as seguidas ordens de despejo.” Graças a fé e garra, depois de dois longos anos, de muita negociação, chegamos a vitória da permanência.

Figura 21 - Trecho da carta da Irmã Liris por ocasião da celebração dos 30 anos da ocupação Fonte: Acervo da pesquisa.

As palavras de Irmã Liris emocionam ao testemunham a centralidade da presença das mulheres protagonizando a resistência, a persistência e a coragem que garantiram a conquista do território.

AMEAÇAS DE ESTUPRO: ESTRATÉGIAS DE INTERDIÇÃO DAS MULHERES NAS RUAS E ESPAÇOS PÚBLICOS

Um indício que permite pensar que era muito significativa, numericamente, a presença das mulheres ocupantes está nos boatos que eram espalhados sobre estupros, conforme relata Tania:

Diziam que até a polícia estava estuprando as mulheres. Eu acredito que eram boatos pra gente sair. Mas... Lá embaixo a gente ouvia muito isso. É que queriam que o pessoal saísse das casas. E muitas pessoas desistiram. Eu acredito que era uma estratégia... é porque tinha muitas casas com mulheres sozinhas. Era uma estratégia.

Segundo elas, com o tempo, esses boatos não se confirmavam. Com isso elas entendem e afirmam que aquele era um boato com o propósito de fazer com que as mulheres ocupantes desistissem. Como eram consideradas vulneráveis, especialmente por parte de quem estava empenhado em inviabilizar a ocupação, justificava acionar o recurso do perigo do estupro para disseminar medo e, assim, fazer com que elas desistissem. No entanto, nenhum dos relatos aponta para qualquer gesto de ameaça vinda de ocupantes. Muito pelo contrário. Os testemunhos ressaltam uma atenção e cuidado dos homens ocupantes para com o coletivo e, especialmente para com as mulheres ocupantes. O único relato de assédio vivido naquele contexto foi o da Aninha, em que o autor/agressor foi um policial.

A mesma fala sobre os boatos de estupro foi feita quando conversávamos no grupo sobre a participação das mulheres nas reuniões e assembleias. Tania novamente foi quem falou das ameaças e medos – em torno do estupro – como impedimento e limitador da participação dela e de suas vizinhas nas reuniões. Ela ressaltou que essa era a dificuldade de todas as que moravam nos setores mais afastados da entrada do Guajuviras, onde, normalmente eram feitas as reuniões.

Esse tema – o risco e medo de estupro nas ruas – apresentado nas narrativas das mulheres enquanto fator de medo para forçar a desistência da ocupação e para limitar a circulação das mulheres nas ruas e sua participação nas reuniões e assembleias, não pode apenas ser registrado em uma pesquisa geográfica que se pretende feminista e reveladora das dimensões de gênero no espaço. É necessário explorar esta perversa sutileza em seu papel de interdição simbólica – mas concreta – da circulação das mulheres na rua.

As advertências sobre o risco de estupro na rua é uma das mais perversas crenças generificadas que atuam para a interdição das mulheres nos espaços públicos. Trata-se de uma das principais crenças que – com outras – opera na construção de papéis, condutas e espaços generificados. Nesse ponto, explícito a insistência em não usar o conceito de papéis, condutas e espaços sexuais porque não se trata de determinações biológicas, de corpos sexuais apenas, mas sim de constructos de gênero sobre estes corpos.

A perversidade da advertência em não expor-se nas ruas para não sofrer estupro se dá pelo fato de que, ao pretensamente advertir para proteger, esta fala responsabiliza as

mulheres pelo risco e, mais cruelmente ainda, é uma fala que autoriza ao sexo oposto, em a mulher se “expondo”, praticar a violência. Esta crença opera criando supostos espaços seguros e espaços de risco para as mulheres. Obviamente, atribuindo ao espaço doméstico a condição de proteção e a rua e espaço público a condição de vulnerabilidade e risco, operando para uma geografia da interdição feminina no espaço público.

No entanto, esta crença – que opera como sentença – é problematizada pelos dados oficiais sobre este tipo de violência contra as mulheres. Não é acaso o fato de ter havido apenas um testemunho de sofrimento de tentativa de estupro por uma das mulheres participante do grupo, sendo o agressor um membro da família¹. Segundo a *Nota Técnica do IPEA* (N.T. n. 11, 2014), elaborada a partir de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, é no espaço doméstico que ocorre a maior parte dos casos deste tipo de violência. As mulheres representam 89% da vítimas de estupro, portanto, é uma violência que vitima majoritariamente as mulheres. Destas, 71% das vítimas tem menos de 18 anos e 29% são mulheres maiores de 18 anos. Com relação ao agressor, 70% dos casos são perpetrados por familiares, parentes ou amigos próximos das vítimas. E, o dado que realmente confronta a ameaça da rua está no estudo intitulado “*A casa como local de risco*”. Em geral, 70% dos casos acontecem na casa da vítima ou familiares, parentes e amigos próximos. Para as mulheres maiores de 18 anos este dado baixa para 65% dos casos em casa e cerca de 15% dos casos de estupro na rua². No entanto, essa realidade é estranhamente invisibilizada e não advertida.

É necessário afirmar de forma explícita que este argumento não pretende dizer que não há riscos de violências diversas nas ruas ou que o espaço doméstico é um local de risco para as mulheres. O que impõe risco às mulheres é a cultura machista que é autorizada e alimentada nas falas de advertência problematizadas nestas linhas. O que pretendeu este debate foi mostrar que existe uma crença e estratégia de interdição das mulheres e isso é espacializado, geografizado.

1 Em uma carona de automóvel, após carícias forçadas e tentativa de manter relação, o agressor deixou a vítima à margem da BR 116. Tais relatos, conforme legislação atual, não configuram apenas tentativa de estupro. Pela lei 12015/09 estes atos configuram estupro, diferente do artigo 213 do Código Penas (1940) em que apenas a conjunção carnal configurava estupro. (<https://jus.com.br/artigos/36671/crime-de-estupro-as-alteracoes-ocorridas-com-a-lei-n-12015-2009>).

2 Nota Técnica número 11, de 2014, intitulada Estupros no Brasil, uma radiografia segundo dados da Saúde disponível em: <http://www.agenciapatriagalvao.org.br/dossie/pesquisas/estupro-no-brasil-uma-radiografia-segundo-os-dados-da-saude-ipea-2014/#o-agressor-age-dentro-de-casa>. É interessante analisar em conjunto este documento com a pesquisa do IPEA, do mesmo ano, intitulada Tolerância social à violência contra as mulheres. Nesta última, entre outras perguntas, as pessoas entrevistadas foram indagadas se concordam ou discordam da afirmação “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Frente a esta afirmativa tão... (monstruosa!) apenas 58,4 % das pessoas disseram discordar totalmente. Todas as demais se posicionaram entre discordar parcialmente até concordar totalmente, posição esta assumida por 13,2% das pessoas entrevistadas. Pesquisa disponível em: <http://www.agenciapatriagalvao.org.br/dossie/pesquisas/tolerancia-social-a-violencia-contra-as-mulheres-ipea-2014/>.

CLASSE SOCIAL, GÊNERO E ETNIA CONSTITUINDO-SE COMO VULNERABILIDADES

“Deus sabe o que a gente passou. Até separação deu. Que a sogra se metia muito né... que eu sou negra e a gente dele não me aceitava.

Vera

“A gente não pagava aluguel, mas a gente se incomodou muito... porque também eles não gostavam... porque eu era negra e meu marido é claro e a família dele achavam que eram ricos. Então, aqui a gente passou por muita coisa. Tinha que aguentar porque não tinha pra onde ir”.

Tania

Os testemunhos de Vera e Tania referem-se a situações vividas antes da ocupação. No entanto, apresentam situações que não podem ser sonegadas porque tratam de sofrimentos que, lamentavelmente, são comuns entre as mulheres que vivenciam contextos sociais similares. A privação material decorrente da condição socioeconômica da classe social a que pertencem lhes impõe privações materiais, como precisar morar “de favor” e/ou em habitações precárias. Pelo fato de serem mulheres, estão muito mais expostas aos constrangimentos e riscos impostos pela realidade de falta de privacidade e de autonomia, advinda da condição de classe. Pelo simples fato de serem mulheres, e por isso responsabilizadas por permanecer em casa e responder pelo cuidado das crianças e da casa, estão por mais tempo expostas. No entanto, não é só isso. O testemunho de sofrimento de violência sexual sofrido por uma das mulheres demonstra o nível de vulnerabilidade imposta aos corpos femininos nestas condições. E como se não bastasse, além dos sofrimentos pela condição de classe e vulnerabilidades acrescidas pela condição de gênero, ainda a condição étnica racial se agrega como um fator que produz agravo na vulnerabilidade imposta às mulheres. Nancy Fraser (2001) falando das estruturas econômico-política e cultural-valorativas nas quais se alicerça a sociedade capitalista, afirma que classe social, gênero e etnia se constituem como marcadores sociais que produzem restrições, limitações, desvantagens e violações, na medida que “se entrelaçam para se reforçarem entre si dialeticamente [...] O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica” (FRASER, 2001, p.234).

DO ABANDONO DO EMPREGO AO TRABALHO COTIDIANO

“No começo era assim, se os dois trabalhassem, então quem ficaria... perderia o emprego. Sempre era a mulher! Então a mulher ficou aqui. Por isso que foi [...]. As lutas, as caminhadas quem faziam eram as mulheres”.

Leidi

A Vera e sua cunhada tiveram que abandonar seus empregos na empresa Trensurb

para permanecer na ocupação. A Aninha e a Solange assumiram o risco de perder seus empregos pelo mesmo motivo. Conforme a Leidi, esta era uma realidade comum entre os casais empregados: “então, quem ficaria... perderia o emprego. Sempre era a mulher!”. Essa realidade é confirmada na matéria do jornal *Radar*, de 18/11/87 (analisada no Capítulo 3), quando diz que cerca de 80 % dos homens tinham empregos, “a maioria das mulheres não trabalha”. Vale também recordar da análise da frase tomada como discurso, no que refere aos sentidos revelados em torno do significado do emprego e do trabalho. Na formação sócio-cultural capitalista o emprego é um tipo de trabalho com valoração monetária e social. Ter emprego significa ter um *status* social diferenciado e eleva à condição de cidadania. Quando a frase citada acima é concluída (a maioria das mulheres não trabalha), fica evidente o sentido atribuído ao emprego e, sobretudo, a estratificação de gênero a qual é imposta a realidade e significação. Ou seja, além de serem mais contundentemente compelidas a abandonar o emprego, caso o tivessem antes da ocupação, delas dizia-se que não trabalham. Essa é a representação do trabalho cotidiano socialmente atribuído às mulheres, ainda que se diga que elas “buscam água todos os dias e o dia todo”, lavam roupas, organizam-se para lutar (e tudo mais que envolve o cuidado da casa, crianças, família, etc., durante todos os dias, sem feriado ou final de semana).

Ainda que o foco do interesse da pesquisa seja refletir o papel das práticas, no caso do trabalho cotidiano das mulheres no processo de territorialização – ou, na conquista do território – não é justo e plausível deixar de registrar o papel do trabalho das mulheres na esfera da reprodução social enquanto suporte e partícipe do processo de produção de riquezas na sociedade capitalista. Nesse sentido, ainda que apenas para registro, não se pode desconsiderar a importância do trabalho doméstico das mulheres em tempo integral. É ele que garante as condições aos homens para, depois da jornada de trabalho, voltar às casas e encontrar alimento preparado, roupas limpas, filhos cuidados e, assim, poder repousar e resguardar sua energia para uma jornada produtiva no dia seguinte. Lavar a roupa suja da fábrica (infectada por substâncias químicas, muitas vezes), preparar um lanche para garantir a melhor condição de energia para o trabalho, são trabalho feminino não pago e que certamente rende consideráveis lucros no computo geral da produção social apropriada pelo capital privado³.

Esse trabalho, segundo Nancy Fraser, “estrutura a divisão fundamental entre o trabalho “produtivo” remunerado e o trabalho ‘reprodutivo’ não-remunerado, atribuindo às mulheres

3 Para não perder o foco do papel do trabalho cotidiano no processo de territorialização, mas também não sonegar esta que é uma dimensão tão importante do trabalho doméstico, seguem apontadas algumas contribuições teóricas centradas no tema do trabalho doméstico para a produção capitalista:

“Trabalho doméstico, trabalho desvalorizado, trabalho de mulheres”, por Luciana Cândido Barbosa e Maria de Lourdes Soares, 2012; “O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Zaffioti e Zuleika Alambert”, por Joana Maria Pedro, Soraia Carolina de Mello e Veridiana Bertelli F. de Oliveira, 2005; A Divisão sexual do trabalho no espaço doméstico: um estudo preliminar com mulheres pertencentes à burguesia e ao proletariado, Elaine Cristina Mendinça (dissertação de mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2009); Uma leitura marxista do trabalho doméstico, Marcus Oriene Gonçalves Correia e Pablo Biondi (Revista LTR, v.75, p.311-317, 2011).

a responsabilidade primordial por este último” (FRASER, 2001, p.233, grifo da autora). É dele que duas dimensões fundantes e fundamentais do processo de territorialização são constituídas: a dimensão do uso cotidiano no processo de apropriação do espaço e a dimensão da esfera da vida doméstica na política da disputa pelo território.

Na primeira dimensão está o primeiro e principal ato de defesa do território após a ocupação: a permanência. Resistir, permanecer na ocupação foi a tarefa prioritária e de grande grau de dificuldade. As matérias de jornais mostram, no mínimo, um mês de cerco sem deixar sair para buscar alimentos, ao que os meios de comunicação chegaram a nominar como um campo de concentração. Um quadro de precariedade de recursos básicos e de grande tensão e medo que foi enfrentando contando com pequeno suporte possível de familiares que alcançavam, por entre o cerco policial, algum alimento e agasalho ou, com as táticas de saída e entrada da ocupação por áreas verdes ou plantações limítrofes. Nesse contexto, assim como a Vera (e sua cunhada), Tania, Cida, Loraine (com sua mãe e a amiga Vilma e todas as mulheres que moravam no Prédio 16), permaneceram e resistiram, enfrentando restrições de alimento e água, passando frio e medo. Vera, sua cunhada e Tania só puderam contar com seus maridos uma semana após a entrada na área, quando eles apareceram na ocupação. E elas o fizeram com crianças pequenas.

Naquelas condições foram elas que, majoritariamente, cumpriram a tarefa de palmejar a área da ocupação para encontrar as bicas e fontes de água e os locais para lavar roupa. Foi assim que mapearam o território e seus recursos fundamentais para suprir as necessidades. E se organizavam para isso. Como disse a Tania,

Nós se organizava assim, ó: horário de pegar água... Não era tudo assim “à la vonte”. Tinha horarozinho ali... pra dar pra todo mundo. Nós se organizava pra lavar roupa, qual a valo que podia lavar roupa, onde que podei pegar água só pra beber. Não era a gente que organizava isso? E recolher água pra noite. Era a gente!”

Assim, elas mapearam os recursos e reorganizaram o uso dos mesmos, para garantir que pudessem atender à coletividade, tarefas estratégicas que cumpriram papel fundamental para a resistência da ocupação.

Conforme as narrativas e matérias de jornais, no mínimo por 6 meses não foram ligadas a água e a luz, mesmo com as instalações ligadas e em condições (na maior parte das habitações). Esta foi a estratégia do poder público para fazer com que desistissem. Segundo repetidos testemunhos das mulheres, o prefeito Lagranha acreditava que se não ligasse a água e a luz as famílias desistiriam da ocupação. Segundo elas, o prefeito dizia que, se quisessem água que esperassem a chuva e se quisesse luz que esperassem o sol. No entanto, elas atravessaram inverno e verão buscando água todos os dias e o dia todo e lavando roupas nas sangas e tanques, conforme a notícia repetidas vezes referida, que é datada de novembro, ou seja, sete meses após a ocupação. Conforme diz a expressão popular, “afundaram o caminho” nas inúmeras vezes que trilharam a ida e volta da bica com galões cheios d’água, do valo e do tanque com roupas sujas ou molhadas, muitas

vezes com filhos pela mão, nos braços e no ventre.

E nessa labuta cotidiana elas discutiam o processo em curso. Conforme conta a Tania: “Eram nestes encontros que a gente conversava, trocava informações e decidia o que fazer para resolver os problemas. Então, começaram as caminhadas e a bateção de panelas pra fazer pressão pela ligação da água e da luz”. Para não deixar dúvida, os encontros de que fala a Tania não eram reuniões. Eram os encontros para pegar água e lavar roupa. Daí saíam as avaliações, decisões e encaminhamentos das manifestações e lutas.

Outro relato muito importante sobre as informações e avaliações que aconteciam nestes encontros está na fala da Aninha, referente às reuniões e assembleias: “E nós passava pros companheiros que chegavam. Olha... tá acontecendo isso, isso e isso”. Ela se refere à forma como as mulheres socializavam as informações e as avaliações com os homens que passavam o dia e a semana fora da ocupação, para que eles pudessem participar das reuniões devidamente informados. Quando esta fala aconteceu no grupo, houve um momento de bastante inquietação e até desconforto. Isso porque eu às questioneei sobre a presença e participação com fala das mulheres nas reuniões e assembleias, já que eram elas que estavam ali na ocupação vivendo o dia a dia e, por isso, sabiam de todas as informações, elas que organizavam as lutas, etc. As falas passaram a ser em tom mais alto, agitadas e contraditórias, de modo que ficou quase impossível transcrever. Umas justificando que as reuniões eram a noite (horário que garantia aos homens a possibilidade de participação) e que para eles era mais difícil participar, (nesse momento ressurgiu a fala do medo do estupro para justificar a dificuldade de participação das mulheres). As falas afirmam que muitas mulheres participavam das reuniões, contudo nenhuma ousou afirmar que esta participação era maior que a dos homens ou que na hora da fala eram as mulheres que se pronunciavam mais por estarem mais bem informadas. Saíram falas justificando que alguns tinham mais perfil liderança, por isso falavam... A Loraine chegou a nominar o “perfil do metalúrgico” que fala auto e firme... para justificar, quem sabe, que a palavra no espaço público tem um “perfil” e esse não era o delas. É verdade, e tem que ser registrado, que algumas mulheres foram citadas como lideranças com voz ativa e participação nas reuniões de negociação com a COHAB. A Cida, dentre as participantes do grupo, foi referida por todas como uma mulher firme que se fazia ouvir pelas autoridades, especialmente porque ela tinha a postura e capacidade metodológica de consultar e informar ao coletivo sobre o andamento do processo.

Ainda dentro do que aqui está sendo tratada como a primeira dimensão do significado desse trabalho cotidiano, não é possível deixar de considerar a importância do papel que cumpriu no estabelecimento das relações e vínculos entre pessoas que, na sua imensa maioria, se encontraram a partir da ocupação. Os lindos relatos da Vera e da Tania – que ocuparam casas - contam como os alimentos eram preparados nos primeiros tempos da ocupação, em torno de fogueirinhas que, além de aquecer, serviam

para produzir o alimento que tinham disponível. O arroz com linguiça, a mandioca subtraída de uma plantação lindeira à ocupação, tudo compartilhado de forma solidária. No prédio onde morava a garota Loraine, o alimento que recebiam clandestinamente também era dividido solidariamente. Em um encontro de validação do texto do capítulo das narrativas, as 6 mulheres presentes se deram conta de que haviam esquecido de relatar sobre os grupos de mulheres e pediram para fazer constar sobre os vários grupos de em que elas faziam pão, sabão e pomadas coletivamente. Tudo isso, somado às tarefas cotidianas exaustivamente referidas acima, constituíam práticas de tessitura de relações, de vínculos e de pertencimento importantes num processo de territorialização.

A segunda dimensão da análise do significado deste trabalho cotidiano se dá pela compreensão, ou pela problematização da compreensão das vivências da esfera da vida pública (espaço das reuniões e assembleias) e privada (entendida aqui como a esfera doméstica, do cuidado da casa e da família). A rotina de trabalho cotidiano discutida acima se circunscreve no universo de tarefas da esfera da vida doméstica das mulheres. Buscar água, lavar roupa, preparar os alimentos nas fogueirinhas na rua, eram tarefas que tinham como objetivo primeiro suprir as demandas da manutenção da família e assim eram compreendidas socialmente. Não havia nada de heroico naquela rotina e, nem mesmo trabalho era considerada. Eram apenas mulheres cumprindo as obrigações atribuídas aos seus corpos sexuados. Mulheres respondendo por suas obrigações na vida doméstica enquanto os homens (ou a maioria dos homens da ocupação) respondendo as atribuições sociais a eles reservadas na vida pública (no emprego e nas reuniões que eram feitas a noite para que pudessem participar). É justamente no olhar problematizador destas duas dimensões sociais da vida – a pública e a privada/doméstica – que se é possível revelar o papel das mulheres no processo, sobretudo, problematizando o quão política é cada uma destas dimensões.

O SIGNIFICADO POLÍTICO DO TRABALHO COTIDIANO

Por fim, para o esforço de leitura da dimensão política das práticas cotidianas das mulheres do Guajuviras, será necessários um caminho de retorno a referências teóricas fundamentais que darão suporte à análise. Com as teóricas feministas Carole Patemam (1983) e Susan Okin (2007), o significado e sentido das esferas pública e privada serão explicitados e problematizados. Assim, possibilitando melhor dimensionar o papel dos afazeres cotidianos realizados pelas mulheres enquanto práticas sócio-espaciais, operando com participação fundamental na conquista e constituição do território Guajuviras.

Carole Patemam, em seu livro *O Contrato Sexual*, registra importante contribuição para o debate referente as dimensões público e privado ao demonstrar o quanto essas concepções tomam parte dos fundamentos do pensamento político-jurídico da sociedade moderna liberal. A autora revisa as principais concepções forjadas e disseminadas a partir

do chamado contrato social enquanto marco teórico-político que tem como principais pensadores os reconhecidos contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau. Segundo a autora, “A história do contrato social é tratada como um relato da constituição da esfera pública da liberdade civil. A outra esfera, a privada, não é encarada como sendo politicamente relevante.[...] O domínio público não pode ser totalmente compreendido sem a esfera privada” (PATEMAM, 1993, p.18-19).

No mesmo sentido, Susan Okin discute o que chama de dicotomia público/privada, estabelecendo, primeiramente, uma definição destes termos que, segundo a autora, podem ser distinguidos no mínimo de duas formas:

“Público/privado” é usado tanto para referir-se à distinção entre o Estado e a sociedade (como em propriedade pública e privada), quanto para referir-se à distinção entre a vida não-doméstica e vida doméstica. Nestas duas dicotomias, o Estado é (paradigmaticamente) público, e a família e a vida íntima e doméstica são (também paradigmaticamente) privadas. [...] Eu vou focar no segundo significado neste capítulo porque é a permanência desta dicotomia que torna possível que os teóricos ignorem a natureza política da família, a relevância da justiça na vida pessoal e, conseqüentemente, uma parte central das desigualdades de gênero (OKIN, 2007, p.307; grifos da autora).

Tomando a dicotomia público como a dimensão das vivências na/da esfera não doméstica e o privado como a dimensão das vivências na/da esfera familiar e doméstica, a autora afirma que a esfera pública se constituiu historicamente revestida de caráter político, de interesse público, com *status* relevante de esfera cívica, da cidadania. Enquanto isso, a vida privada constituiu-se com caráter particular, não sujeito à interferência e intrusão externa, sem relevância e sem valor para a vida pública, cívica e política. No entanto, essas concepções constituem-se como crenças e práticas entendidas e vividas de modo muito distinto por mulheres e homens. São crenças e valores que operam na construção da generificação dos corpos. Conforme Boudieu, em *A Dominação Masculina*: “O mundo social constrói o corpo como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 1999, p.18). Assim, as dimensões da vida pública, onde atuam os papéis social com relevância e onde proferem-se as palavras com valor cívico e político “são monopólio dos homens” (BOURDIEU, 1999, p.27). Já a esfera privada e doméstica é considerada de interesse particular, não relevante para a vida cívica e política, onde o trabalho cotidiano do cuidado da casa e educação dos filhos é entendido como obrigação de mulheres.

No entanto, e essa é a denúncia central de Okin, “nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro” (OKIN, 2007, p.314). Por isso, a autora afirma que, na forma como são concebidas e vividas tais esferas público e privada, as mulheres não superarão as desigualdades nas relações de poder no interior da família e na vida social, assim como a invisibilidade e sub-valorização à que são condicionadas na sociedade e afirma: O pessoal é político.

Por que essa reflexão é importante para analisar as práticas das mulheres no e do Guajuviras? Justamente porque a análise de suas práticas demonstra o quão determinante foram as tarefas por elas realizadas para dar conta do universo de demanda da vida doméstica. A determinação para ocupar e resistir, abandonar o emprego e ficar realizando as tarefas cotidianas de buscar água, lavar roupas, preparar alimentos, cuidar dos filhos em condições precárias, etc., são tarefas da esfera privada, realizadas para responder às demandas da vida doméstica. A realização destas não tinham o objetivo de ser atos políticos. No entanto, o foram! O cotidiano de realização de tarefas domésticas que foi cumprido persistentemente, valentemente pelas mulheres, teve um papel determinante no processo de tomada, de uso cotidiano, de apropriação, de reconhecimento e legitimação da conquista do território.

É claro que as caminhadas, manifestações, lutas, intermináveis reuniões, assembleias e negociações com os entes do Estado foram importantes e fundamentais. No entanto, o que a pesquisa faz acreditar é que isso não teriam sido suficientes para garantir a permanência das famílias e conquista do território.

Também é preciso redundar em afirmar que as mulheres foram presença protagonista e fundamental nas lutas e processo de avaliação e tomada de decisão coletiva, nem sempre feitos em reunião, mas também nas fontes e tanques de lavar roupa e nas filas das bicas d'água. As mulheres foram presença fundamental nos atos coletivos e públicos, o que é mais facilmente percebido e reconhecido socialmente e por elas mesmas. No entanto, tudo o que elas fizeram dentro do universo de demandas da vida privada e doméstica, não é considerado significativo no processo da conquista do território, nem mesmo por elas. E justamente o que a pesquisa revelou de forma mais contundente é que estes afazeres cotidianos eram práticas sócio-espaciais com papel fundamental no processo que resultou no reconhecimento da posse das moradias em 1989. Todas as práticas, as públicas e as do universo privado e doméstico, participaram na conquista do território. Analisar uma sem a outra é um equívoco. Ambas operam em cooperação (e conflito também), mas ambas operam na construção do território e na construção da sociedade e, por isso, ambas são dimensões e práticas políticas.

Ainda, é preciso deixar explícito que não se trata de reificar, reforçar ou qualquer coisa desta ordem de compreensão sexista que entende que a mulher é mesmo mais competente ou vocacionada para a vida doméstica. Não mesmo. Homens e mulheres têm obrigações com relação às demandas do universo da reprodução da vida, assim como ambos devem (ou deveriam) alçar sonhos e projetos em igualdade de oportunidades no mundo do trabalho e da vida política institucional. E, ainda é necessário que se repita, as mulheres têm o direito de viver livres de qualquer forma de violência de gênero. Esse é o horizonte que precisa ser perseguido. É um caminho em feitura com o qual soma-se a pesquisa que se encerra, afirmando que foram as mulheres do Guajuviras que tiveram papel determinante na ocupação, conquista e construção do território. Mais do

que os homens, foram as mulheres que ficaram na ocupação, defendendo seus lares e construindo estratégias coletivas de luta pelas condições de moradia e por seus direitos. Por isso, suas práticas sócio-espaciais, sejam elas do âmbito das demandas cotidianas de defesa e cuidado de seus lares, ou práticas de lutas e negociações coletiva, foram (e são) práticas densamente políticas com papel determinante na conquista e construção do território Guajuviras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma análise geográfica identificando a dimensão de gênero operando no processo de produção do espaço e território, buscando não deslizar para o caminho de uma leitura apartada do conjunto das relações e contextos, foi uma tarefa complexa. Por muitos momentos, me sentia tratando de obviedades, coisas que todo mundo percebe e compreende. Por outros momentos, me sentia criando uma leitura distorcida pelas lentes teóricas e recortes que optei, ressaltando fatos e dimensões que não encontrariam sentidos para as outras pessoas que, de alguma forma, viriam a acessar a pesquisa. Sentia-me, como disse Boudieu, em uma “luta cognitiva” (BOURDIEU, 1999, p.22), buscando estudar processos e estruturas (objetivas e simbólicas) marcadas por esquemas de crenças e papéis depositados em corpos segundo critério de sexo, constitutivos de um modo de estar no mundo o qual eu mesma tomo parte. Assim foi falar das práticas e papéis das mulheres nos processos e contextos intensos e complexos daquele tempo-espaço ocupação e conquista do Guajuviras.

Para, brevemente e conclusivamente, revisar o conjunto do texto que materializa esse caminho de aprendizado e esforço de elaboração teórica, retomo as três partes no qual foi estruturado buscando, demarcar macro dimensões que perpassam a reflexão e elaboração. Na primeira parte, tive a intenção não somente de declarar o referencial teórico da pesquisa, mas, ao fazê-lo, assumir a condição de partícipe de uma construção teórica em Geografia que apoia-se em pilares herdados (da Geografia brasileira) e, ao mesmo tempo, busca iluminar-se com matizes de outros campos das ciências sociais, sobretudo com as construções teóricas do pensamento feminista. Assim, espero estar contribuindo para a ampliação epistemológica que possibilite iluminar diferentes dimensões do espaço pela análise das relações sociais que o constituem, em especial, pelas relações de gênero. Dessa forma, somar-me na construção de uma Geografia Feminista. Na segunda parte, busquei apresentar densamente o Guajuviras pela voz de mulheres que o vivenciaram e vivenciam cotidianamente. É verdade que tão e somente as narrativas das mulheres são o documento que apresenta a história do território Guajuviras. No entanto, justamente por força e intensidade de determinados processos e vivências relatadas, senti a necessidade de buscar elementos de contexto em escalas mais ampliadas. Assim, a partir de elementos recortados das narrativas, por repetição ou intensidade com que foram

tratados, o Guajuviras foi abordado desde a perspectiva do contexto histórico e geográfico do processo de urbanização do qual é parte. E, por fim, na terceira parte, esforcei-me por centrar a reflexão a partir das perguntas da pesquisa, recortando e analisando eventos, fatos e dimensões das narrativas que apontavam para pistas e evidências a cerca do papel que as mulheres e suas práticas cumpriram no processo de conquista – e territorialização – do Guajuviras. Também, nesta parte do estudo, fiz o instigante exercício de análise de discurso buscando evidenciar sentidos presentes nas representações a cerca das mulheres e suas práticas.

Nessa caminhada, que em alguns momentos foi densamente compartilhada com as mulheres que tomaram parte da pesquisa, pude aprender muito. Com elas aprendi sobre coragem, determinação, firmeza e força física e de espírito, valores que a sociedade não reconhece como atributos femininos. Mas há um outro aprendizado deste processo de pesquisa e elaboração, que aqui assumo com caráter de conclusão do estudo: aprendi que, paradoxalmente, são justamente as dimensões mais invisibilizadas e desvalorizadas das práticas sociais no espaço, do tecer cotidiano da vida (buscar água, lavar roupa, levar e buscar na escola, etc.), das relações de vizinhança e de coletividade, que cumprem o papel mais determinante na conquista e constituição do território. Portanto, estas práticas cotidianas são práticas densamente políticas. No caso do Guajuviras, por tudo que conheci, refleti e estudei, tenho, neste momento, a convicção de que sem o processo cotidiano de mapeamento, uso, demarcação e apropriação do espaço, não haveriam caminhadas, protestos e reuniões capazes de garantir o reconhecimento da legitimidade da ocupação. E, ao assumir e defender tal afirmativa, também assumo e defendo a afirmação de que as mulheres ocupantes do Guajuviras tiveram um papel central, protagonista e determinante na conquista do território, pois foram elas que, por semanas, meses e anos garantiram a presença, a permanência, a resistência e estiveram lado a lado nos enfrentamentos e negociações que garantiram a conquista do território.

Com relação ao olhar sobre a vivência pessoal de pesquisa e estudo, tomo emprestado a poesia musicada de Ana Vilela para expressar um sentimento: “É sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu” (Trem Bala). Com isso, dizer que aprendi muito com as leituras, com a prática de pesquisa, com o solitário e moroso processo de elaboração, com meu apego ao planejado, com os percursos da vida que, por vezes, parecem inviabilizar aquilo que havia sido planejado. Talvez seja justamente porque aprendi com o processo que olho para ele, e sobretudo para a dissertação, e identifico muitos limites e fragilidades os quais devo enfrentar para os próximos passos na caminhada e aventada infundável e deliciosa em busca de conhecimento.

Ainda sobre o apego ao planejado, por muitas vezes, ao longo da pesquisa revisei o projeto e, sobretudo, os objetivos nele estabelecidos. Ao refazê-lo neste momento, reconheço, sem falsa modestia, um agradável sentimento de satisfação por avaliar que, em grande medida, os objetivos foram alcançados. No entanto, na revisão das etapas e

procedimentos metodológicos estabelecidos no projeto, resta uma avaliação de fragilidade. Além da previsão de cinco encontros que se transformaram em três – longos e densos – haviam sido planejados dois encontros de devolução e validação. Este processo, que tinha um caráter pedagógico importante, ficou bastante falho. Apenas um encontro com seis presentes e visitas individuais para apresentar o texto foi realizado para a devolução e validação das narrativas. Isso porque a vida cotidiana e concreta apresentou situações de todas as ordens que se impuseram ao planejamento, condicionando-o e limitando-o. Dos calendários e disputas em torno das eleições municipais que lotaram agendas de várias mulheres do grupo, das férias e visitas a familiares distantes até a partida de pessoas queridas que impuseram tempos de silêncio e luto. Tudo isso fez parte do processo da pesquisa.

Palavras finais

Com algumas palavras finais encerro a pesquisa, a dissertação e, encerro o mestrado. Sinto um misto de alívio e saudade dos dias, meses e anos em que estive envolvida nas tarefas de pesquisa, leituras e reflexões (que acompanhavam os deslocamentos, o preparo das refeições, o banho, a noite adentro...). Sobretudo, sentirei saudade do imenso privilégio de encontrar com as queridas Aninha, Cida, Roselma, Bia, Vera, Chris, Mardeli, Leidi, Loraine e Solange e escutá-las falando, por horas, sobre lindas e intensas vivências que são suas, mas também do povo brasileiro. Escutei muito. Sempre atenta e respeitosamente. Encantada! Escutei sobre as lembranças da vida no interior, as quais também guardo no peito; sobre a aflição e a indignação frente as injustiças sociais, com o que também sofro. Escutei com a alma sobre a coragem e a ousadia de mulheres que tomaram a frente, abriram as portas, pularam as janelas e lá fincaram pé, corajosamente, desafiando o medo imposto a elas, pela condição de classe e de gênero. Desejo que meu corpo e minha alma tenham aprendido com elas sobre o que é ser mulher!

Que esta dissertação possa servir para contribuir no encorajamento de mulheres, da academia e das periferias, nas inúmeras formas de luta por igualdade, equidade e justiça social, étnica e de gênero. E que possamos dizer:

“Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo”.

Olga Benário
Márcia Ivana da Silva Falcão

ACHARD, Pierre et al. **O Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ALEBARCE, Melisa C. **Regímenes de Bienestar en América Latina y el Caribe: Notas para pensar lo contemporáneo**. Trabajo Social Global. Revista de Investigaciones en Intervención Social, 5 (8), 2015, p. 26-46.

ARENDT, Hannah. **O Que é Política?** 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2011.

BAUTISTA, Graciela V.; TAVIRA, Norma B. La construcción de género en la UAEM. In: SILVA, Joseli M. (Org.). **Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas**. Ponta Grossa: Ed. Todapalavra, 2011.

BARBOSA, Luciana C.; SOARES, Lurdes. **Trabalho doméstico, trabalho desvalorizado, trabalho de mulheres**, 2012. Disponível em: www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/.../284/14. Acesso em 22 de março de 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERNARDES, Julia A. **Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação**. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs). **Geografia Conceitos e Temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, Helena H. **Introdução à Análise do Discurso**. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo (Orgs.). **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Editora Idéias e Letras, 2006.

BRANDÃO, Carlos R. (Org). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

BRITTO, Marcelo F. **Análise do Perfil Sócioeconômico do Município de Canoas RS (TCC)**. UFRGS – Faculdade de Ciências Econômicas – Departamento de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/25400>>.

BROSE, Markus (Org). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. 2ª. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

BUTLER, Judith. **El género en disputa**. El feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona: Ediciones Paidós Iberica, 2007.

CAMPOS, Christiane S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza no agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS.** Ed. 1. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CASTELLS Manuel. **La Questión Urbana.** México: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: arte de fazer.** 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CESAR, Tamires R. A.; PINTO, Vagner A. A Produção Intelectual da Geografia Brasileira Em Torno das Temáticas de Gênero e Sexualidades: uma visão a partir dos periódicos on line. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero.** Ponta Grossa. v.6, n. 2, p.119-132, ago/dez 2015.

COBOS, Emilio P. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 16, n. 31, p.37-60, jun 2014.

CORREIA, Marcus O.; BIONDI, Pablo. Uma leitura marxista do trabalho doméstico. **Revista LTR**, v 75, p.311-317, 2011.

DELGADO, L.A.N, **História Oral e Narrativa: Tempo, Memória e Identidade.** Rev. História Oral, n. 6, p.9-25, 2003.

ELIAS, Carime; FRANCISCO, Deise; FISS, Dóris; GUSTSACK, Felipe. **Dos Interstícios do Dizer às Margens do Fazer: Um Exercício de Análise de Discurso.** Colet. Programa de Pós-Grad. Educ., Porto Alegre, vol4, n. 10, p.120-131, 1997.

EST-PEREIRA, Aracy; MUTTI, Regina M. V. **O Analista de Discurso em Formação: Apontamentos À Prática Analítica.** Porto Alegre. Revista Educação e Realidade, V 36, p.817-833), set/dez 2011.

FRANCISCO, Maria Luiza Oliveira de. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero.** Ponta Grossa. v.2, n.1, p.27-36, jan/jul 2011.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea.** Brasília: Ed. UnB, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários para a prática educativa.** 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do aprimido.** 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

FREITAS, Sônia M. **História Oral: Possibilidades e procedimentos.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Humanitas, 2006.

GAMALHO, Nola P.; HEIDRICH, Álvaro L. **Percursos entre centralidade, periferias, ocupações e vilas: As representações do espaço por jovens do Guajuviras – Canoas /RS.** Revista MOUSEION, n. 19, Editora Unilasalle, 2014.

GAMALHO, Nola P. **Entre Dominações e Apropriações, Reproduções e Criações, Centralidades e Periferias: Práticas e Espaços de Representações de Jovens do Guajuviras- Canoas/RS (Teses de Doutorado).** UFRGS, Inst. Pós Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2015.

GARCIA, Maria V.; HERRERA, Irma E. **Geografía feministas de diversas latitudes: Orígenes, desarrollo y temática contemporâneas.** México, UNAM/ Instituto de Geografía, 2016.

LIMA, Elias L. O lugar do sujeito em A Natureza do Espaço de Milton Santos. **Revista Geografia**, v.3, n.2, p.1-8, 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MENDONÇA, Eliane C. **A Divisão sexual do trabalho no espaço doméstico**: um estudo preliminar com mulheres pertencentes à burguesia e ao proletariado. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFSC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93404>. Acesso 22 março de 2017.

MOG, William. **Entre o Projeto e o Cotidiano – o caso Guajuviras – Habitação Social no Brasil 1930 – 2015**: revisão dos programas habitacionais. IV ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanism, Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016.

MONK, Janice. Colocando Gênero na Geografia: Política e Prioridades. In: SILVA, Joseli M.; SILVA, Augusto C. P. (Orgs.). **Espaço, gênero e poder**. Ponta Grossa: Ed. Todapalavra, 2011.

MICHELAT, Guy. Sobre a Utilidade da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, Michel, **Crítica metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**, São Paulo: Polis, 1980. p 191- 212.

OKIN, Susan M. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.16 (2), 2008.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Argumentação**: Um Observatório do Político. Fórum Lingüístico, Florianópolis, n. 1, p.73-81, jul/dez, 1998.

ORLANDI, Eni P. **A Linguagem e seu funcionamento**: *as formas do Discurso*. Campinas, SP: Pontes Ed., 2011.

_____. **Análise de Discurso**: Princípios & Procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORNAT, Marcio J. **Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista**. Terr@Plural, v.2, n.2, 2008.

PATAI, Daphne. **História Oral, Feminismo e Política**. São Paulo: Ed. Letra e Vós, 2010.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Edit. Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana M.; MELLO, Soraia C.; OLIVEIRA, Veridiana B. **O feminismo marxista e o trabalho doméstico**: discutindo com Heleieth Zaffioti e Zuleika Alambert, Revista Unisinos, v.9, n.2, 2005. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6419>. Acesso 22 de março de 2017.

PÊCHEUX & FUCHS (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso. In: GADET & HAK (org). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orland [et al.] 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

QUADROS, Waldir. Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. **Rev.Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1 (20), p.109-135, jan/jun 2003.

RAFFESTIN, Claude. **O que é o território?** Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RUVALCABA, Mario Alfredo Navarro. Modelos y Regimenes de Bienestar Social en una perspectiva comparativa: Europa, Estados Unidos y América Latina. **Desacatos**, n. 21, Mexico. 2006. p. 109-134.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María L. **O Brasil: território e sociedade no início do século**. XXI. Rio de Janeiro. Record. 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 7 reimpr. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. 3 reimpr. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. 2013.

_____. **Pobreza Urbana**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2009.

SANTOS, Sônia S. Pechêux. In: OLIVEIRA, Luciano A. (Org). **Estudos do Discurso**: Perspectivas Teóricas. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editora, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Revista Educação e Sociedade**. Vol.15, n.2, 1990.

SILVA, Alessandro. **Ações Coletivas e Movimentos Sociais**: O Estatuto Teórico, Brasil, 2006.

SILVA, Joseli M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: Uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli M. (Org.). **Geografias Subversivas: Discursos sobre o espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b.

SILVA, Joseli M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista História Regional** 8(1), p.31-45, 2003.

SILVA, Joseli M. **Geografias Feministas, Sexualidade e Corporeidades**: Desafios às Práticas Investigativas da Ciência Geográfica. Publicações UEPG, 2012.

SILVA, Suzana M. V. Geografia e Gênero/Geografia Feminista. O que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Geógrafos, março 1998.

SILVEIRA, Roberison W.; VITTE, Antonio C. **Debate e epistemologia na gênese da geografia moderna**. XII Colóquio Ibérico de Geografia. Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto), 6 a 9 de Outubro 2010.

SOUZA, Marcelo J. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPITALERE, Ana C. R. **Geografia e Gênero**: Considerações sobre a produção acadêmica brasileira. (TCC) UNESP, 2014.

SUERTEGARAY, Dirce. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona, n. 93, 15 jul. 2001.

SUERTEGARAY, Dirce. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis, n. 12, maio de 2005.

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. Coleção Teoria e História 6. São Paulo: Polis, 1980.

VIEGAS, Danielle H. **Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade**: um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959). Porto Alegre, 2011.

SOBRE A AUTORA

MÁRCIA IVANA DA SILVA FALCÃO - Educadora Popular, feminista e ativista por direitos sociais. É graduada em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - (2014), mestra pela linha de pesquisa em Análise Territorial em Geografia, pela UFRGS (2017) e doutoranda pela mesma linha de pesquisa e universidade (2018-2022). Pesquisadora nas temáticas da produção do espaço urbano: direito à moradia e à cidade, tensões e conflitos sociais, ativismos e movimentos sociais desde perspectiva de gênero. Possui experiência na elaboração, gestão e execução de projetos sociais, a partir da atuação em ONG's de Educação Popular (CAMP Escola de Cidadania e Instituto Paulo Freire). Também possui experiência como gestora pública nas políticas de desenvolvimento social (2009 à 2012) e de políticas para as mulheres (2013 à 2015), na cidade de Canoas, RS.

**Por uma Geografia
Feminista:
As Mulheres na
Conquista do Território
Guajuviras, Canoas/RS**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020

**Por uma Geografia
Feminista:
As Mulheres na
Conquista do Território
Guajuviras, Canoas/RS**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020